

HISTORIOGRAFIA DO ALTO URUGUAI

Série CEDOPH –

Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai, v. 1



Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Reitor

Luiz Mario Silveira Spinelli

Pró-Reitora de Ensino

Rosane Vontobel Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Giovani Palma Bastos

Pró-Reitor de Administração

Clóvis Quadros Hempel

Campus de Frederico Westphalen

Diretor Geral

César Luís Pinheiro

Diretora Acadêmica

Silvia Regina Canan

Diretor Administrativo

Nestor Henrique De Cesaro

Campus de Erechim

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretora Acadêmica

Elisabete Maria Zanin

Diretor Administrativo

Paulo Roberto Giollo

Campus de Santo Ângelo

Diretor Geral

Maurílio Miguel Tiecker

Diretora Acadêmica

Neusa Maria John Scheid

Diretor Administrativo

Gilberto Pacheco

Campus de Santiago

Diretor Geral

Francisco de Assis Górski

Diretora Acadêmica

Michele Noal Beltrão

Diretor Administrativo

Jorge Padilha Santos

Campus de São Luiz Gonzaga

Diretora Geral

Sonia Regina Bressan Vieira

Campus de Cerro Largo

Diretor Geral

Edson Bolzan



CONSELHO EDITORIAL SÉRIE CEDOPH

Editores

Dr. Breno A. Sponchiado - sponchiado@fw.uri.br
(Coordenador)

Dra. Jussara Jacomelli – URI - FW –
jacomelli@fw.uri.br

Dra. Edite Maria Sudbrack - sudbrack@uri.edu.br

Dra. Denise Almeida Silva -
dnsalmeidasilva@gmail.com

Dr. Antonio Carlos Moreira – amoreira@uri.edu.br

Componentes do Conselho editorial

Dra. Fátima Marlise Marroni Rosa Lopes – UNIJUI
fatima.lopes@unijui.edu.br

Dr. André Luís Mitidieri Pereira - UESC
mitidierister@gmail.com

Dr. Paulo Afonso Zarth – UNIJUI
p.zarth@uol.com.br

Dr. Astor Antônio Diehl – UPF
astor@upf.br

Dr. Artur César Isaia – UFSC
artur@uol.com.br

Dra. Isabel Gritti – UFFS/Erechim
isabel.gritti@gmail.com

Dr. René E. Gertz – PUCRS
gertz@pucrs.br

Breno Antonio Sponchiado (Org.)

HISTORIOGRAFIA DO ALTO URUGUAI

Série CEDOPH –

Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai, v. 1



Frederico Westphalen

2013



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Breno Antonio Sponchiado
Revisão Linguística: Wilson Cadoná
Revisão metodológica: Franciele da Silva Nascimento
Capa/Arte:
Diagramação: Franciele da Silva Nascimento

O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

H578 Historiografia do Alto Uruguai [e-book] / Organizador: Breno A. Sponchiado . – Frederico Westphalen, RS: URI – Frederico Westph, 2013.
183 p. – (Série CEDOPH – Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai ; v. 1)

ISBN 978-85-7796-100-9 (versão *on-line*)

1. História. 2. Alto Uruguai. 3. CEDOPH. I. Sponchiado, Breno A. II. Título. IV. Série.

CDU 94(816.5)



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 8, Sala 108
Campus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 – Fax: 55 3744-9265
E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@fw.uri.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>I Parte</i>	
UM PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA DO ALTO-MÉDIO URUGUAI	
UM PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA DO E NO ALTO-MÉDIO URUGUAI.....	10
Breno A. Sponchiado	
<i>II Parte</i>	
ANÁLISES DE OBRAS HISTORIOGRÁFICAS DO ALTO-MÉDIO URUGUAI	
ANÁLISE DA OBRA <i>PANAMBI: O VALE DAS BORBOLETAS AZUIS</i>, DE ADIL ALVES MALHEIROS	35
Miquela Piaia	
UMA ANÁLISE DO LIVRO <i>SEBERI, FORTALEZA, RINCÃO DA FORTALEZA, BOCA DA PICADA: 109 ANOS DE HISTÓRIA</i>	50
Edevandro Sabino da Silva	
HISTORIOGRAFIA REGIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA <i>TAQUARAÇU: NOSSA GENTE NOSSA HISTÓRIA</i>	63
Mack Leo Pedroso	
ALGUNS ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA PALMEIRENSE	70
Fabiana Garafini	
<i>NOVO TIRADENTES: UMA HISTÓRIA – ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA OBRA</i>	76
Gabriela Cornelli dos Santos	
TERRITÓRIOS E TEMPORALIDADES EM <i>XINGU: 100 ANOS (1897-1997): UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ</i>.....	84
Carla Luciane Klôs Schöninger	
UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE O <i>HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA – SINAIS E PISTAS EM BUSCA DAS ORIGENS</i>.....	94
Rejane Seitenfuss Gehlen	
ROSTOS E RASTROS NO BARRIL 1954 – 2004 – FREDERICO WESTPHALEN... 	104
Terezinha Pezzini Soares	

<i>QUEM CHEGA, QUEM SAI: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE A NARRATIVA DE NILSE CORTESE DALLA NORA.</i>	112
Suzana Raquel Bisognin Zanon	
<i>ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA D'OS PRIMÓDIOS DA COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE E O NOROESTE GAÚCHO</i>	120
Rudião Rafael Wisniewski	
<i>DUAS SÍNTESES HISTÓRICAS E UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA: DIFERENTES ENFOQUES</i>	129
Isabel Cristina Brettas Duarte	
<i>ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE ERVAL SECO NO CAPRICO DE FREI SYLVIO DALL'AGNOL</i>	144
Adilson Barbosa	
<i>UM NOVO OLHAR SOBRE A OBRA A VILA FAGUENSE - REFLEXÕES SOBRE ESTE E OUTROS PÓLOS TURÍSTICOS DE FREDERICO WESPHALEN</i>	152
Adriana Maria Romitti Albarello	
<i>O PAPEL DA MEMÓRIA NA (RE) CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA: UM OLHAR À OBRA PALMITINHO: ORIGEM E TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL</i>	167
Sandra de Fátima Kalinoski	
<i>RODEIO BONITO: SUA HISTÓRIA E SUA GENTE SOB DUAS PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS</i>	176
Karine Studzinski Kerber	

APRESENTAÇÃO

Este estudo parte de uma clara constatação: cerca de 90% da literatura produzida e publicada na região Alto Médio Uruguai consiste de obras que abordam temas relacionados à História. Por força disso, na formatação do Curso de Mestrado em Letras da URI-FW, houve a inclusão de uma disciplina que se ocupava em examinar esse expressivo repertório, que, convenientemente analisado, reflete os diferentes modos de conceber o passado histórico: sua ideologia e/ou horizonte conceitual, a forma como significados são atribuídos, interpretados, e transformados em narrativa e, uma vez escritos, tornados públicos através do processo de impressão e distribuição. Surgiu a disciplina de “Historiografia Regional: textos e contextos narrativos”, cuja ementa dizia: “Estudo das diversas visões de história, gêneros historiográficos e estilos literários presentes na bibliografia histórica da região do Alto Uruguai gaúcho. A análise recairá sobre textos históricos de municípios, biografias e autobiografias e obras de ficção com substrato na realidade histórica. As obras serão inquiridas sobre o local social e mentalidade de seus autores, suas motivações, o contexto histórico-cultural e as preferências estéticas em que geraram o texto”.

Como resultado dos estudos e pesquisas desenvolvidos ao longo dessa disciplina, surgiu o presente volume, organizado em agosto de 2002, com o objetivo de investigar o processo histórico da região do Alto Uruguai e Oeste de Santa Catarina, através da identificação, aquisição, arquivamento, sistematização e publicação da produção historiográfica. **Historiografia do Alto-Médio Uruguai**, caracteriza-se, pois, como uma publicação acadêmico-científica do Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai (CEDOPH), pertencente à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões Campus de Frederico Westphalen, que se projeta como um espaço de guarda, estudo e divulgação da memória da região Norte do Rio Grande do Sul (<http://www.fw.uri.br/cedoph/>). Este volume constitui-se no número inicial da Série CEDOPH, publicação digital vinculada ao *Grupo de Pesquisas em História* (CNPQ-Lattes).

A obra divide-se em duas partes. A primeira é um ensaio de traçar o perfil geral do que se produziu na região do Alto-Médio Uruguai em termos de história; pode servir como um “guia” para estudiosos. A segunda parte consiste em estudos analíticos, realizados a partir de convite aos alunos para que elaborassem análise de alguma obra da historiografia regional. Traçamos um rápido esquema que balizasse o exame, mas sem engessá-lo, com alguns pontos a serem observados:

Autoria: Dados biográficos, contexto histórico mundial, nacional. O autor e sua motivação historiográfica regional: historiador ou diletante (sem formação específica). Motivos que levam o historiador a fazer a pesquisa (causa, objetivo). Finalidade da história produzida para o autor. Identificação de quem promove e edita a obra, e como este aparece na obra.

Visão histórica e procedimentos historiográficos: Concepção de história. Tratamento do tempo e mudanças históricas. Estabelecimento de relação entre os fatos. Personagens centrais (indivíduos ou coletivo). Os excluídos: índios, caboclos, mulheres... Aspectos contemplados/valorizados (políticos, econômicos, culturais, religiosos, sociais). Identificação de o que ou quem move a História. O autor como testemunha ou não da história (autobiografia).

Orientação metodológica: Formas de reconstrução da história: fontes utilizadas; forma de utilização das fontes: transcrição, fontes orais, fala do povo... Identificação da visão do autor: ufanista, heroica/ anti-heroica, com ou sem apresentação de conflitos, problemas e entraves da “evolução” histórica; tratamento das realidades negativas ou menos festivas (pobreza, exclusão, êxodos, violências, corrupção, “imoralidades”...); apresentação ou não de diferentes versões em torno de um fato; silêncios (omissões).

Representação histórica: Representação da história: matrizes tradicional, crítica, exemplar, genética.

O texto: Estilo. Discurso histórico e ficcional. Linguagem: popular ou elitista; diálogos.

Com base nessas orientações, dezesseis alunos fizeram uma resenha de um livro; alguns preferiram dois, para poder cotejar e evidenciar as diferenças ao abordarem a mesma localidade. São análises diversificadas, segundo o gosto e entendimento de cada aluno. Fica clara a ideia de que cada ponto de vista é a vista de um ponto. Isso vale tanto para os elaboradores de obras de história, como para as análises. Olhares são revisitados, de época em época, consecutivamente. Nada como o tempo...

I PARTE

**UM PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA
DO ALTO-MÉDIO URUGUAI**

UM PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA DO E NO ALTO-MÉDIO URUGUAI

Breno A. Sponchiado¹

Deseja-se aqui traçar um breve panorama da produção do que comumente chamamos de *História* na região do Alto-Médio Uruguai, no extremo Norte do Rio Grande do Sul. Por região do Alto Uruguai entendemos aqui o território compreendido pelo primitivo Município de Palmeira das Missões (criado em 1874). Pretende-se dar uma visão de conjunto, procurando reunir **quem fez** (identificar os autores), **o que se fez** e separar as obras por certas características comuns e **o como se fez** a literatura que evoca e/ou reivindica ser reconhecida como História.

1 A “incógnita região do Alto Uruguai” aguça a atenção de cientistas

É natural que os primeiros que voltaram os olhos para a realidade da última região a ser efetivamente ocupada por não-índios no Estado gaúcho tenham sido pessoas não residentes nela, mas fixados em centros maiores, mais antigos e os viajantes/exploradores.

Assim que uma das primeiras descrições da vilinha da Palmeira e do campestre do Campo Novo, com importantes apontamentos sobre a produção, colheita e exportação da erva-mate, vem do italiano e membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na época radicado em Rio Grande - RS, Henrique Ambauer Schutel (REVISTA DO IHGB, 1868, p. 381-394).

Maior destaque merecem as análises e observações do engenheiro alemão Maximiliano Beschoren, que, entre, 1876 e 1886, em trabalhos de demarcação de terras, palmilhou a região. Foi um admirador, estudioso, pesquisador e entusiasta defensor da colonização do vale do Rio Uruguai, na sua região Norte, realizando a epopeia de abrir uma picada em toda a extensão do sertão, com o objetivo de abrir uma nova comunicação com a então província do Paraná. Primeiramente publicados na Europa, encontramos suas principais contribuições na sua obra traduzida do alemão² (BESCHOREN, 1989). O escritor Evaristo Affonso de Castro, estancieiro cruzaltense, político e sócio de empresa colonizadora da futura Saldanha Marinho, publicou outra obra sobre aspectos geográficos e etnográficos, *Notícia*

¹ Doutor em História pela PUCRS. Professor do DCH e do Mestrado em Letras da URI-FW.

² Traços biográficos e a relação completa da sua bibliografia em: BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1975. v. 1.

Descritiva da Região Missioneira (1887). Nascido em Portugal em 1852, e falecido no município de Passo em 1910, Castro publicou, ainda, além da obra citada, mapa e apêndices, e "Gigante Missioneiro", poema histórico-geográfico.

Outras facetas da região em meados do século 19 são encontradas no livro do advogado pernambucano Hemetério José Velloso da Silveira (1909). Por fim, citamos o naturalista e antropólogo argentino Juan Batista Ambrosetti (1865-1917), que faz uma das raras descrições de Campo Novo e da Colônia Militar do Alto Uruguai por 1890- *Viaje a las Misiones Argentinas y Brasileras por el Alto Uruguay* (1892).

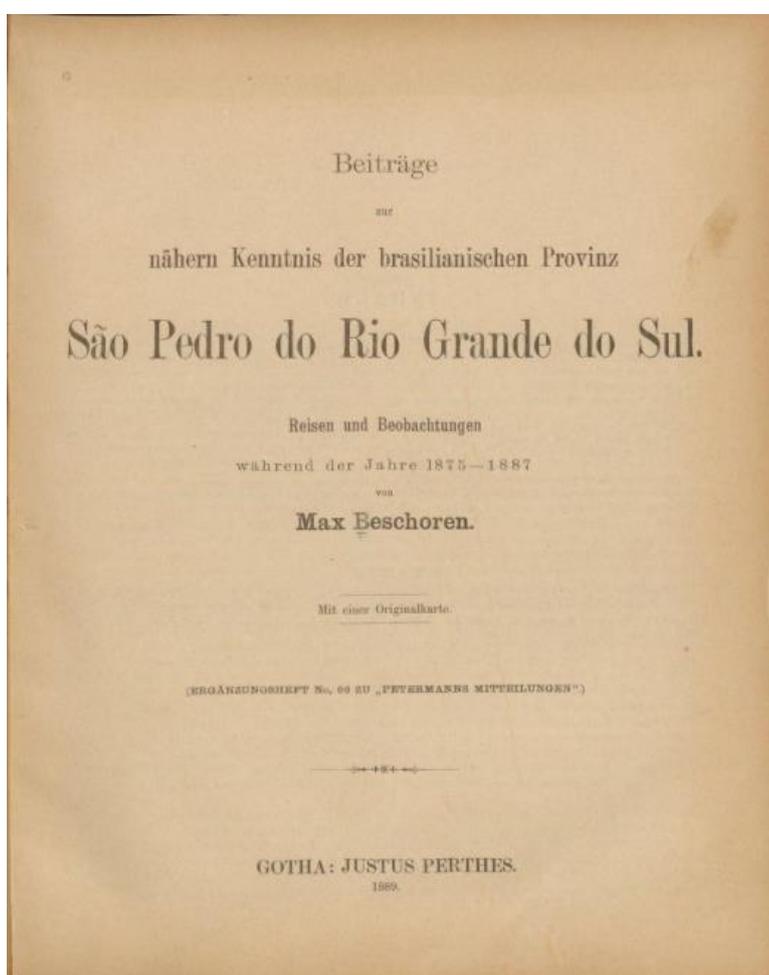


FIGURA 1: Fac-símile da capa da obra de Max Beschoren

No século XX, temos os estudos do padre jesuíta gaúcho Balduino Rambo (1906-1961). Aproveitando o fato de que a Sociedade União Popular, fundada pelo colega Pe. Amstad, S. J, estava colonizando Porto Novo, hoje Itapiranga, SC, perambulou pelas matas e comunidades nascentes, fazendo observações e coletando espécimes da flora nativa. Daí

resultou *A fisionomia do Alto Uruguay – uma viagem de estudos* (1935).³ A descrição é ampliada em seu clássico *A Fisionomia do Rio Grande do Sul – ensaio de monografia natural* (1942).

Mudando o foco para a **presença indígena** na região, as primeiras descrições vêm dos relatórios e cartas entre os missionários, e destes com as autoridades, nos períodos das missões entre os índios Kaingáng de Nonoai e Guarita (1848-1850), que constam na obra do espanhol Pe. Rafael Pérez, SJ *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil*, publicado em Barcelona, em 1901. Digno de nota ainda são os *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul* (1983), do engenheiro belga Alfonso Mabilde, que narra suas experiências quando foi aprisionado por dois anos por um grupo de índios *Kaingang*, perto de Santa Cruz do Sul. Outro padre jesuíta, historiador de origem alemã, que contactou diretamente os primeiros habitantes no século 19, foi Carlos Teschauer (1851-1930), como se vê em *Poranduba, Riograndense* (1929).

Muitos outros se detiveram sobre o tema indígena na região nos primeiros tempos. Uma boa coletânea foi elaborada pelo folclorista Dante de Laytano (1908-2000), em "Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul" (LAYTANO, 1955, 1956, 1957). Do tempo dos Sete Povos das Missões e sua influência na região em apreço, resta mencionar a compilação de Jorge Edete Cafruni, *Passo Fundo das Missões* (1966).

Dos escritores de alhures que dissertaram, embora de forma tangente, sobre a região, nos aspectos geográficos e agrários, destacamos os estudos pioneiros de Leo Waibel (1888-1951) "Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil" (1949)⁴. Este geógrafo alemão analisou as transformações da economia agrícola e da sociedade rural do sul do Brasil, atentando com ineditismo para as formações sociais derivadas de processos de imigração e assentamento de colonos de origem europeia. Acrescente-se o livro do também geógrafo e professor fluminense Nilo Bernardes (1922-1991), *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul* (1997).

³ Esta obra foi publicada como Separata do Relatório do Ginásio Anchieta, em 1935. Uma segunda edição foi publicada dois anos mais tarde (ver Referências).

⁴ Outros escritos que abordam o mesmo tema: *As Zonas Pioneiras do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 17, n. 4, p. 389-417, 1955.; *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. anotada. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

Desta primeira leva de historiadores que abordam o processo de colonização podemos mencionar no que se refere à introdução da pecuária na zona de campo, a obra de memórias do estancieiro/ coronel Aristides de Moraes Gomes, *Fundação e Evolução das estâncias serranas* (1966). Por fim, o clássico que elucida com profundidade aspectos sociais, políticos e geográficos da ocupação alemã, inclusive considerável parte do Alto Uruguai, *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul* (1969), do historiador francês Jean Roche (1917-2006).

Completando esse grupo, englobamos escritos cujos autores não têm a pretensão primeira de serem propriamente historiadores – mas antes técnicos – temos a vasta produção do engenheiro nascido em Rio Grande Carlos Torres Gonçalves (1875-1974), que chefiou a Diretoria de Terras e Colonização de 1909 a 1929. Seguidor ortodoxo da doutrina positivista de Augusto Comte, nessa função orientou o processo de ordenamento fundiário e de colonização do Norte do Rio Grande do Sul, dando-lhe uma configuração *sui generis*. Foi o grande protagonista da criação e planejamento das colônias, administradas pelo Estado, de Erechim, Santa Rosa e Palmeira/Irai. Nesta última dedicou grande apreço na organização da estância balneária de Irai, o núcleo inicial do povoamento metódico do interior de Palmeira das Missões. Como ilustração, citemos apenas três: 1) *Relatório da excursão ao Município da Palmeira e às Colônias Santa Rosa e Guarany*, apresentado ao Secretário das Obras Públicas, em 11 de maio de 1917; 2) *Organização Industrial da Zona Norte do Estado*. Directoria de Terras e Colonização - Relatório anual apresentado ao Sr. Dr. Protasio A. Alves, Secretario de Estado em 1917; 3) *Relatório da Excursão de Serviço a Irahya e na zona norte, ao longo do valle do Rio Uruguay, do lado do Rio Grande do Sul e do de Santa Catarina*, apresentado ao Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 1920. Nesta linha, o Dr. Heitor Silveira, médico da estância de Águas de Irai, publica, em 1927, *A Estância de Águas Mineraes de Irahya (Fontes do Mel) e suas indicações e contraindicações therapeuticas* - tese de doutorado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. A obra faz um exame das águas e narra sua experiência no tratamento de varias doenças.

Como classificar essa literatura sob o ponto de vista da historiografia? Sem querer enquadrá-la, podemos inferir algumas características comuns. Os autores, em sua maioria, não se apresentam e não têm pretensão de serem historiadores. São homens de ciência, cientistas, e como tais, procuram transmitir suas observações num método que julgam, dentro do seu tempo e campo de estudo, dar cientificidade ao discurso. Seu propósito, em geral, é revelar a realidade da região em estágio virgem, obscura, destituída de História humana - constava nos

mapas como “região incógnita”, “sertão despovoado”, no máximo fazia menção dos “bugres coroados”. Seus registros, pois, desejavam descobrir, compreender e divulgar as potencialidades da região margeante ao Rio Uruguai, da parte de alguns cronistas, vinculados a empresas colonizadoras, havia o interesse de povoar as terras e extrair lucros. Seriam os proto-marqueteiros do Alto Uruguai?

O método usados na elaboração das obras é do contato direto, *in loco*, conhecimento haurido da experiência; daí serem descrições, observações. Outros se assessoram em documentação original ou testemunhos orais. Uma análise interna do significado do conteúdo do texto revela algumas características. Em graus e modos diversos, perpassa essa literatura um espírito *cientificista*, pois, como foi dito, os narradores são homens saídos da Academia, portadores da Ilustração, intelectuais. Confiantes na superioridade da ciência para explicar a realidade tanto física como social, viam somente nela o passaporte para o desenvolvimento. Daí a *mentalidade evolucionista*, a crença na inevitável (determinismo) evolução do real em direção a estados mais aperfeiçoados. Como seu corolário é recorrente a ideia de *progresso*, um desenvolvimento econômico e intelectual nos moldes dos países europeus que garantiriam uma situação de bem estar em todos os sentidos. Para tanto era preciso, conforme este raciocínio, superar os obstáculos. Vemos isso nas expressões que refletem um pensamento dicotômico: selvagem X civilizado; arcaico X moderno; ignorância/trevas X ilustração/luz; práticas tradicionais X novas tecnologias... Isso também nos escritores de formação religiosa: pagãos X cristãos; ateus/hereses X catequizados; bárbaros X aldeados... Por força desta mentalidade, percebem-se manifestações de *etnocentrismo*. A regra é depreciar o elemento nativo ao compará-lo com o elemento europeu, este visto como modelo, superior, variando a nacionalidade conforme a país de origem do observador. Alguns autores chegam a identificar virtudes nas populações autóctones, como a hospitalidade dos indígenas e a vida bucólica dos caboclos, o que parece indicar uma percepção *Romântica*, - do tipo bom-selvagem.

2 A contribuição dos padres cronistas

Uma segunda fase da historiografia vai ser protagonizada pelos sacerdotes da igreja católica. Com efeito, povoada majoritariamente por descendentes de imigrantes que professavam e praticavam a religião, a igreja marcou presença desde o surgimento dos primeiros núcleos e escassas povoações. Portadores de uma instrução superior a dos demais habitantes, coube-lhes, muitas vezes, o pioneirismo nas iniciativas de ordem espiritual (erigir

igrejas e associações religiosas), culturais (fundar escolas, bibliotecas, seminários), sociais (sindicatos, clubes) e até econômicas (estabelecer cooperativas, introduzir técnicas novas...). Essa onipresença, sobretudo em colonizações italianas, criou uma estreita relação vital entre o sacerdote e os seus paroquianos, o que se denominou de o “mito do padre”. Outra tarefa foi a de serem os registradores dos acontecimentos que lhes pareciam dignos de nota. Cumpre lembrar que os estudos filosóficos e teológicos introduziam os seminaristas a seu modo nos conhecimentos históricos. Além disso, o Código Canônico prescrevia que os párocos registrassem em livros especiais, chamados *de Tombo*, os eventos mais significativos para a vida da paróquia, e transcrevessem os documentos oficiais da instituição, para fins de testemunho e orientação para os seus sucessores. A diligência de muitos padres permitiu que se produzissem valiosas páginas para a reconstrução de histórias locais e as percepções que os clérigos tiveram frente aos diversos momentos. Os Livros Tombos das Paróquias, pois, podem ser incluídos no rol da produção historiográfica.

Um exemplo disso é o fac-símile reproduzido abaixo, o termo de abertura do Livro Tombo, elaborado pelo Secretário Geral do Bispado da Diocese de Santa Maria, no qual se lê: “Fac-símile do termo de abertura do Livro Tombo”, elaborado pelo Secretário Geral do Bispado da Diocese de Santa Maria: “O presente livro há de servir para nele serem lançados ouo registrados todos os atos emanados da autoridade diocesana bem como todos os fatos que se referem á vida íntima da paróquia [...] [e] os que se relacionem com a vida civil [...]”

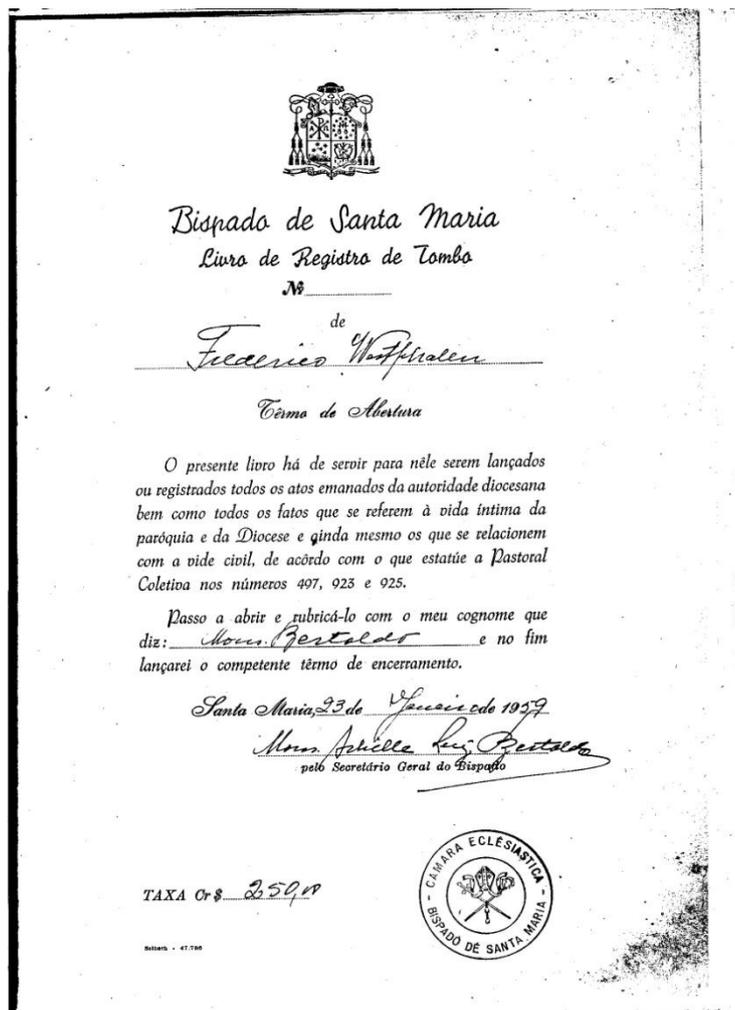


FIGURA 2: Livro de Registro de Tombo, Bispado de Santa Maria (1959) – Facsimile D

Abrimos essa série com a *História da fundação desta paróquia de Santo Antonio da Palmeira*, da autoria de seu pároco, Cônego Francisco Teodosio de Almeida Leme (1813-1876). Segundo relata, escreve a obra “pela minha obrigação de historiador em escrever com toda a minuciosidade e imparcialidade de todo o ocorrido...” (Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio da Palmeira, 12 p. Iniciais; cópia datil.). Dito como ilustrado, este paulista, sorocabano, segundo seu relato, preocupou-se com a prosperidade material de seus longínquos paroquianos, inclusive os índios; visitou e incentivou os moradores do Alto Uruguai. Mais tarde foi vereador de Cruz Alta.

Mais recentemente temos as obras do Pe. Sebastião Rademaker, desde 1932, administrador da Zona Eclesiástica do Alto Uruguai - região de Três Passos. Este sacerdote, ex-soldado alemão, foi o primeiro a pesquisar e escrever sobre o duplo assassinato do Pe. Manuel Gómez Gonzalez e coroinha Adílio Daronch, apenas dez anos após ocorridos os fatos.

Em *Cruz e Coroa de Três Passos* (1954) narra que chegou a conversar pessoalmente com os matadores, o que lhe dá maior credibilidade. Quando já pároco de Crissiumal, escreve *Herdeiro das Missões dos Mártires Riograndenses* (1943), obra autobiográfica onde se defende e narra as celeumas com empresas colonizadoras e com autoridades no período da nacionalização.

Grande colaborador para a historiografia regional foi o primeiro pároco de Frederico Westphalen, Mons. Vítor Battistella (1905-1973). Deixou quatro volumes de Livros Tombo da Paróquia com minuciosas notícias de tudo o que envolvia seu apostolado. Dezenas de artigos em revistas e jornais, relatos de viagens, cadernos de prédicas e retiros... Mas o mais importante, nos parece, é a série de mais de 57 artigos sobre a história da região, entremeados de autobiografia, estampados nos jornais *O Alto Uruguai* e *O Despertar*, ambos de Frederico Westphalen, nos idos de 1967 e 68, e reformulados e reunidos na obra *Painéis do Passado – História de Frederico Westphalen* (1969). Foi organizador de *Congresso de Ação Social Rural em Frederico Westphalen* (1953) e escreveu *A história de Tapera*. Campo Real (Não Me Toque) (1973).

Fecha esse quadro o Pe. Arlindo Rubert (1922-2006), que se especializou em História Eclesiástica e Patologia pela Universidade Gregoriana, em Roma. Da sua monumental obra, fruto de abundante e metódica produção, destaca-se *A igreja no Brasil* (1981-1993) e *História da Igreja no Rio Grande do Sul* (1994, 1998). No atinente à região em apreço, Pe. Rubert, então vice-chanceler do Bispado de Santa Maria, publica *A diocese de Santa Maria* (1957), por ocasião do jubileu do bispo Dom Antonio Reis. Dá ênfase à descrição das reduções jesuíticas, biografia do clero e histórico das paróquias, aí incluídas as da região do Médio Alto Uruguai. Segue-se *O Herói do Alto Uruguai* (1964) trazendo uma biografia do Pe. Manuel Gómez Gonzáles. Ampliada e reformulada, recebeu o título *Servos de Deus- Pe. Manuel e Adílio* (2007). Nos 10 anos da diocese em que trabalhava, lançou *A diocese de Frederico Westphalen* (1972). Escreveu, ainda, *Clero secular Italiano no Rio Grande do Sul (1815-1930) - padres dos imigrantes* (1977).

A expressão clássica de Cícero, *Mestra da vida*, talvez sintetize a concepção de história que permeia a literatura produzida pelos últimos autores – aprender com a trajetória do passado, evitar os erros e imitar as atitudes válidas e positivas. E, nesta separação, é evidente uma carga de subjetividade, do gosto do cronista. Daí o caráter *apologético* muito encontrado. Geralmente tais obras são escritas em defesa das ações da instituição a que estão filiados, a Igreja Católica, e em ataque aos seus supostos inimigos, o que origina o

objetivo de *homenagem*: enaltecer os homens (mulher é raríssimo) que se distinguiram pela defesa ou prática das virtudes cristãs, vistos como *modelos*. Embora se encontrem expressões como “irreversível curso da história” e apelos para a mão guiadora de Deus (ou santos, anjos...), a visão da história está longe de ser uma concepção providencialista ou teocêntrica. A igreja, para além de incorporada por Cristo, é comunidade humana, portanto situada no tempo e no espaço, daí a valorização das datas, lugares e nomes. Ademais, essa perspectiva historiográfica baseia-se na *crença na Verdade* possível de ser encontrada (dogmatismo). Garantia da autenticidade e da “fidelidade histórica” (presente no texto narrativo) é o *respaldo em documentos*. E prevalece o *princípio da autoridade*, onde quanto mais alto na hierarquia estiver o responsável pelo documento, maior sua credibilidade e relevância, produzindo assim, no mais das vezes, uma história da elite dominante.

3 Obras de diletantes

Um outro grupo de pessoas que se dedicaram a escrever fatos do passado e que representam, talvez, a maior produção quantitativa na região do Alto Uruguai é o que podemos chamar de diletantes, escritores das coisas do passado, autodidatas, para diferenciá-los dos historiadores profissionais, ou seja, com formação especializada na atividade. São profissionais de diversas áreas, em geral liberais, possuidores de certo grau de cultura e que dominam a escrita, o que lhes permitiu aventurarem-se no mundo da literatura histórica. Aventurar, sim, porquanto situam-se longe de centros acadêmicos e de pesquisa, longe de bibliotecas, livrarias e arquivos, e longe de gráficas. Em geral custeavam suas pesquisas e os custos da impressão. Tinham um gosto pela história, o que os levou a recolherem documentos, juntar informações e compilar em um texto, sem muita pretensão de reconhecimento ou lucros.

Abrimos essa seção com a obra do Martin Robert Fischer (1887- ?) *Iraí - Cidade Saúde – trechos característicos de sua história* (1954). “Doutor” e ex-combatente alemão, jornalista em Iraí e Ijuí, inova ao declarar os indígenas como os descobridores das fontes; enfoca as origens e evolução do município, esmerando-se em elogiar suas riquezas. Anexou comerciais, dando um caráter de propaganda da estação hidromineral, então afamada e muito frequentada. É da sua autoria *Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuí* (1987).

Seguimos com Nicolau Mendes, *O Império dos Coroados* (1954), que junta história e ficção, abordando uma pretensa unificação dos índios, testemunhada por um velho índio;

escreveu também e *O pé no chão - O pé de palmeira no chão de São Paulo* (1958). Por volta de 1960, José Mazocato publica *Esboço Histórico de Nonoai*. O autor era escrivão distrital e dedica parte da obra a descrever sua atuação como presidente de comissão emancipadora de Nonoai.

Os editores do jornal *O Panambiense* publicam *65 anos de progresso: Panambi, município de um decênio* (1965). O ex-cabo do exército e “fundador de jornais” João Lamarque de Almeida contribui com *História de Palmeira 1874-1974*. O professor e escritor de Três Passos, Jacó Beuren, lança *O Tenente Portela na marcha da Coluna Revolucionária* (1969), um estudo biográfico do patrono do município de Tenente Portela.

Profissionais liberais que registram a história são o dentista Silvio Bueno Oliveira, que traz à lume *Vilha de Palmeira (1974)* crônicas comemorativas do primeiro centenário de Palmeira das Missões (6 de maio, 1974), e o médico-veterinário, professor, escritor de romances e memorialista, Mozart Pereira Soares (1915-2006), autor de *Santo Antonio da Palmeira* (1974), obra de fôlego, com visão global, na qual Soares omitiu, conscientemente, a presença da Igreja católica.

O funcionário do Estado, pesquisador autodidata Adil A. Malheiros (1913-1991) publicou *Panambi, o vale das borboletas azuis* (1990). Escreveu, também, *História da Família Malheiros no RS, Pequena História da Paróquia São João Batista*, além de pequenos fascículos, tipo cadernetas.

O engenheiro agrônomo Roque Jacob Steffen, sua esposa professora Inês Maria L. e o cunhado, Nelson S. Steffen, publicaram *Histórico do Município de Chapada* (1984). O nonoaiense José V. Sperry lança *Raízes e retalhos de Nonoai* (1985). O advogado e literato Wilmar Campos Bindé estreia na historiografia com *Campo Novo – apontamentos para sua história* (1986). Clovis Baraldi Machado e Rozanne da Rosa complementam com *Campo Novo: no relato histórico, as etapas pela conquista de sua emancipação* (1986).

O estudante Breno A. Sponchiado publicou *Taquaruçu – Nossa gente, nossa história* (1986), seguido por *Mons. Vítor Battistella na história de “Barril”* (1989), *Monsenhor Albino Busatto – 60 anos a serviço do reino* (1999); organizou *Dom Bruno Maldaner – 50 anos a serviço da Igreja* (2000). Publicou sua dissertação em História pela PUCRS *O Positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul* e completou com *Taquaruçu do Sul – nossa gente – nossa história* (2011).

O frei e pároco de Erval Seco Sylvio Dall’Agnol publica *Erval Seco no capricho* (1988). Hermes Vigne lançou *Trindade do Sul da Serra do Lobo* (1996).

O padre e advogado, radicado em Iraí, Fiorindo David Grassi, foi autor de *Os maragatos e o Médio Alto Uruguai no Sul do Brasil* (1996), *A montaria de Jesus Cristo* (1998), *A Vila Faguense – reflexões sobre este e outros polos turísticos de Frederico Westphalen* (2000) e *Iraí, cidade turística* (2001).

Teresinha Derosso e Enio Felipin produzem *Mártires da Fé: Pe. Manuel Gómez Gonzalez e Coroinha Adílio Daronch* (2003), e o agricultor Luiz José Salvoldi contribuiu com *Rodeio Bonito e sua história* (2003).

A professora Jussara Jacomelli, esta da academia, escreveu *Políticas públicas e rede de transporte no Norte rio-grandense (1889-1955)* (2011). O professor aposentado Altair Savoldi publicou *Só a imagem retém o tempo: retrospectiva fotográfica de Rodeio Bonito* (2012).

O bancário aposentado, Wilson Ferigollo, dedicado pesquisador da sua terra, lançou *Rostos e rastros no Barril 1954 – 2004* (2004), em 2010, entregou ao público a obra *Driblando a saudade* e, em 2012, *Sicredi Alto Uruguai RS/SC: caminhada de sucesso*.

O acadêmico em direito Adari Francisco Ecker colaborou com *A trilha dos pioneiros* (2007); o comerciante aposentado Nelson Luersen lançou *Fragmentos da História da Colônia Meyer (Fortaleza/Guarita/Erval Seco)* (2012).

Podemos enumerar também:

- DIRETRIZES Gerais para uma Política de Desenvolvimento de Frederico Westphalen. Frederico Westphalen: Prefeitura Municipal de Frederico Westphalen, 1990.

- Dr. MARTIN Fischer: retrato de uma homenagem. Ijuí: Correio Serrano, 1969.

- FENNER, Darci et. al. *Xingu 100 anos*. Constantina: Artes Gráficas Constantina Ltda., 1997.

- FRANTZ, Walter. *A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

- HUMAITÁ: Município Jardim. Três de Maio: Samavi; Prefeitura municipal de Humaitá, [s.d.].

- MEIRELLES, Suzi Schefer. *Outra vez... o Vale das Borboletinhas Azuis*. Panambi: Bühring, 2008.

- MUSEU e arquivo histórico de panambi. *Panambi: múltiplos olhares*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.

- VENCATO, Almedoro. *Sarandi: um recanto histórico do Rio Grande do Sul*. Sarandi: A Região, 1994;

Um ponto comum relevante nestes escritos é o *resgate*, entendido como um ato que objetiva livrar, salvar, recuperar alguém ou alguma coisa. Perpassa os autores o desejo de trazer à tona, tornar público, e, ao mesmo tempo, proteger determinados acontecimentos e certos indivíduos, que, por razões diversas lhes pareciam estar em perigo, esquecidos, ignorados. Materializar em livros certos fatos do passado garantiria a sua permanência, a *preservação* na História, na forma, na versão, que lhe for conferida. Os temas abordados versam, em geral, sobre trajetórias de municípios ou de pessoas. Não raro se faz autobiografia, talvez no intuito de mostrar a presença do autor ou de seu grupo nas decisões. Se privilegia o aspecto étnico e o aspecto político. Daí as *versões excludentes* do(s) outro(s), que não fazem parte do círculo vital do autor. No mais das vezes os “outros”, adversários, não entram em cena ou apenas superficialmente. Casos considerados pouco construtivos, com viés negativo são omitidos – como se diz: “não dar o nome dos bois maus”. Da mesma forma, acontecimentos ou figuras polêmicas, com imagens contraditórias, no mais das vezes para evitar constrangimentos com os envolvidos ou sucessores, e tornar mais aceitável/simpática sua obra.

Um fato que guarda relações com esse período foi a realização de uma série de encontros, idealizados pelos professores Tarcísio Taborda e Astrogildo Fernandes, chamados de *Encontro Estadual de Microistória*, a partir de 1984 (Bagé) e que reunia anualmente em diferentes municípios microhistoriadores e pesquisadores, em geral diletantes e professores de história, para intercâmbio de experiências (relatos em plenário) e debates atinentes ao processo de editoração de livros na área em questão. Foram reuniões informais, com “troca-de-figurinhas”, cujo ponto comum era a afeição à defesa e divulgação do patrimônio histórico. Na região, aconteceu em Erechim em 1991 e em Frederico Westphalen em 1996 (XIII edição), sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e da URI. Contou com expressiva presença de pesquisadores da região que se enriqueceram e reforçaram seus projetos.

4 A vez dos professores e o *Projeto Raízes*

Considerável parcela da produção historiográfica dos últimos anos foi elaborada por professores, em iniciativas pessoais, em parcerias ou pelas Secretarias Municipais de Educação. Isto se deve, em grande parte: ao novo contexto vigente: houve visível elevação dos níveis de educação dos mestres, consequência do incentivo institucional à capacitação

docente e ao desenvolvimento da pesquisa que caracterizaram a gestão acadêmica; à percepção da ausência de estudos locais e a demanda das próprias escolas; à facilidade em editar livros pela presença de gráficas com parques modernos, e à colaboração financeira de prefeituras de municípios novos.

Outro fato mais restrito, mas significativo por desencadear um processo maior, foi a realização, em 1981, do *1º Simpósio sobre a História de Frederico Westphalen e Região*, pelo Departamento de Ciências Administrativas da Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai (FESAU). Foi elaborado um roteiro e realizadas entrevistas com pioneiros. Comentando os fundamentos teóricos da iniciativa, Ivo Blat, professor da FESAU, diz: “Pretendemos buscar os elementos conjunturais que escreveram e fizeram a história viva desta região tanto no aspecto religioso como no econômico, social e cultural.” Em 1985, foi implementado o *Projeto Raízes- microhistória regional*, coordenado pela FESAU de Frederico Westphalen (futura URI) – na pessoa prof. Ivo Blat, e promovida pela 33ª Delegacia de Ensino e as Secretarias Municipais de Educação e Cultura de nove municípios de seu entorno. Os participantes eram, na maioria, professores municipais de Estudos Sociais Fomentou iniciativas como avaliar as experiências de microhistória em andamento, produção de textos didáticos, entrevistas com pioneiros colonizadores, exposições e preservação de acervos de objetos e documentos antigos, elaboração de monografias sobre a história municipal, comemorar datas celebrativas com envolvimento dos alunos em pesquisas. Percebe-se uma visão mais crítica, ousada, popular da história. A ideia era trabalhar a “história-problema, ligada mais do que nunca à nossa vida, que é o inesperado, trabalhar as disciplinas e os conteúdos como alguém que vai estabelecer um conflito de opiniões, dúvidas, interrogações, alguém que vai problematizar”⁵.

Tudo isso oportunizou a proliferação de estudos monográficos, sendo alguns publicados, como os seguintes:

- *Seberi, Fortaleza, Boca da Picada: 109 anos de história*, publicado pela CMES/SMEC.

- *Rodeio Bonito, sua história, sua gente* (1987) de Iloni M. Marnagon Dourado e Maria de Lurdes Bazanella.

Por iniciativa pessoal ou com apoio público, produziram-se, por ordem cronológica, os seguintes títulos que nos chegaram ao conhecimento:

⁵ Cf. *A questão do livro texto*. Encontro Regional. Projeto Raízes, nov. 1986. mimeog.

- *Neu-württemberg: einedlungdeustcher in Rio Grande do Sul – Brasilien*, publicado pelos dirigentes de escolas da rede *Faulhaberstiftung*, de Panambi, Na mesma cidade, o professor de São Leopoldo, Erich Fausen, publica *Cinquentenário de Panambi: 1899-1949*.

- José R. Pletsch lança *Historia de Crissiumal* (1978).

- A SMEC local publica *Tenente Portela - 1955-1980*.

- As professoras Marta Maria Curry Martins e Nelci Machado Batista coordenam a obra *Nossa Terra é Palmeira das Missões* (1986).

- Martinho F. Schutkoski traz a público seu *Alpestre através dos tempos* (1989).

- Aparece, também *A paróquia de Coronel Bicaco – 25 anos* (1992).

- O Prof. e músico Bruno Guido Wehrmann marca a historiografia com a obra *Condor, comunidade, história e cultura* (1992).

- Elenice Szatkoski estreia no mundo editorial com *A construção da catedral de Frederico Westphalen* (1994), originalmente monografia de licenciatura em história, na UNIJUÍ (1992).

- Valdir Formentini colabora com *Manuscritos* (1994).

- O professor Odilon Gomes de Oliveira apresenta sua monografia *Inhacorá - anotações para a história de Campo Cercado* (1995), e *Apontamentos para a história de Santo Augusto* (como organizador).

- A SMEC do Município lança *São Martinho 1964- 1996 - 32 anos de progresso*.

- A SMEC local compila *Apontamentos sobre o passado de Crissiumal 1933-1993*.

- O professor Armando T. Enderle publica a obra robusta *Palmitinho – origem e trajetória histórico-cultural*.

- Armando Antônio Sachett e outros organizam *Memórias I... Três Passos e Municípios descendentes*.

- Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti estreia com *Aspectos significativos da história de Frederico Westphalen*.

- Os professores Elenice Szatkoski e Celito Urbano Luft lançam *Frederico Westphalen: Comissão de Terras e Coronelismo*.

- Duilsi Bégni Reátegui e outros assinam *Seberi Fortaleza Rincão da Fortaleza*.

- O professor Darci Fenner e o pastor Guinter Wolf organizam *Xingu: 100 anos* (1897-1997).

- O Prof. Claudionei V. Cassol e Gilda Campagnolo pesquisaram e publicaram a obra *Cerro Grande: uma abordagem histórico-cultural a partir da imigração italiana*.

- O prof. de Nonoai, Nelso dos Santos escreveu o livro *Balsas e balseiros do rio Uruguai - Reflexos e impactos ambientais*.

- As professoras Fátima Marlise Marroni Rosa Lopes e Vera Regina Danette organizam *Anais do Seminário memórias de Tenente Portela e municípios descendentes*, (2006).

- As professoras Nilse Cortese Dalla Nora, Terezinha Genoeva Boff Pigozzo lançam *Novo Tiradentes: uma história*, (2008).

- A professora Jaci Luft Seidel organiza *Relatos históricos de Pinheirinho do Vale*, (2008).

5 História em *Stricto Sensu* ou trabalhos acadêmicos

A partir dos anos 1970 percebeu-se uma renovação nos trabalhos envolvendo História tendo sua origem nos meios acadêmicos, nos níveis de graduação e pós-graduação. Com uma proposta um tanto *revisionista* do que se havia produzido, pretendeu dar a sonhada *cientificidade*, corolário de teoria e métodos em história. Verifica-se então um aprofundamento metodológico, implicando em avanços reais na discussão historiográfica. Novas temáticas foram abordadas e temas tradicionais enfocados sob perspectivas inovadoras. O processo foi acompanhado pela ampliação da noção de fonte histórica, considerando-se diversos vestígios como válidos para auxiliar na interpretação, como as fontes orais, recusadas por muito tempo pela historiografia tradicional. Temas omitidos ou considerados precariamente abordados foram privilegiados. O estudo das mentalidades ganha espaço. Os grupos excluídos entram em cena. A ótica do historiador, em geral, passa a ser em escala micro e a descrição (texto) tende a ser altamente densa.

Deste conjunto, citemos as obras de mestrado e doutorado dos cursos de História no RS que se vinculam à região e que nos chegaram ao conhecimento.

Da **PUCRS**, que implementou o Curso de Pós-Graduação em 1973, temos:

- Valdir Gregory. *Capitalismo, Latifúndio, Migrações*. A Colonização do Período Republicano no RGS - Zona Norte e Região do Grande Santa Rosa, 1988.

- Maria Zilles. *Porto Novo: uma Colônia para Teuto-Católicos no Processo de Expansão Colonial no Sul Brasileiro*, 1992.

- Marisa Schneider Nonnenmacher. *O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul Frente à Sociedade Brasileira em Expansão (Século XIX)*, 1995.

- Breno Antonio Sponchiado. *O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul*, 2000.

- Cristiane Oliveira da Costa. *Indústrias Líticas no Alto Uruguai: um exemplo de análise tecno-tipológica em arqueologia de salvamento*, 2000.

- José Antonio Moraes do Nascimento. *Muita terra para pouco índio: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha*, 2001.

Teses:

- Breno Antonio Sponchiado. *Mons. Vitor Battistella: Padre e Caudilho*, 2003.

- José Antonio Moraes do Nascimento. *Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*, 2007.

- Elenice Szatkoski. *O Jornal Panfleto e a construção do brizolismo*, 2008.

- Rosane Márcia Neumann. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*, 2009.

- Vânia Maria Oliveira de Freitas. *Mozart Pereira Soares – o caboclinho de Palmeira das Missões – um enciclopedista que revela suas raízes*, 2009.

Na **UNISINOS**:

- Luis Fernando da Silva Laroque. *Lideranças kaingang no Brasil meridional (1808-1889): uma história que também merece ser contada*, 2000.

- Leonice Aparecida de Fátima Alves. *Colonização, modernização agrária e grilagem: faces de uma mesma ação pública Rio Grande do Sul – (1889-1930)*, 2002.

- Fátima Marlise Marroni Rosa Lopes. *O tempo do Tenente Mário Portela Fagundes (1898-1925)*, 2002.

- Wilson Olkoski. *História Agrária Do Médio Alto Uruguai – RS: Colonização, (Re)apossamento das terras e exclusão (1900- 1970)*, 2002.

- Jefferson Luciano Zuch Dias. *A tradição de Taquara e sua ligação com o índio kaingang*, 2004.

- Marcio André Braga. *Os selvagens da Província – índios, brancos e a política indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868*, 2006.

- Eliane de Mello. “Esses alemão têm que se convencer que não mandam mais na cidade...”: relações entre sociedade receptora e (i)migrantes em Panambi na década de 1970, 2006.

- Aline Ramos Francisco. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Gê no sul do Brasil (1808-1875)*, 2006; Mirian Carbonera, *A tradição tupiguarani no Alto Uruguai: estudando o “acervo Marilandi Goulart”*, 2008.

Tese:

- Luís Fernando da Silva Laroque. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*, 2006.

Na **UFRGS**, do curso de Mestrado, com formandos a partir de 1990, encontramos a seguintes dissertações vinculadas à região:

- Leandro Sidinei Nunes Hoffmann. *A Cruz e a Bandeira: a construção do imaginário dos sem-terra - do RS (1981-1987)*, 1997.

- Paulo Ricardo Pezat. *Auguste Comte e os Fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense e a política indigenista na República Velha*, 1997.

- Márcio Antônio Both da Silva. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro-rio-grandense (1850-1900)*, 2004.

Teses:

- Paulo Ricardo Pezat. *Carlos Torres Gonçalves, a família, a pátria e a humanidade: a recepção do positivismo por um filho espiritual de Auguste Comte e de Clotilde de Vaux no Brasil (1875-1974)*, 2003.

- Leandro Sidinei Nunes Hoffman. *Da Cruz à Bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra / RS (1985-1991)*, 2002.

Embora fora do Estado, merecem destaque:

- ZARTH, Paulo A. *Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Niterói, Rio de Janeiro: UFF, 1994. (Tese em História pela Universidade Federal Fluminense).

- ZARTH, Paulo A. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

A **Universidade de Passo Fundo** criou, em 1998, o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) no qual, até 2010, tinham sido defendidas mais de 150 dissertações que visavam explicar a história do Brasil a partir do norte do Rio Grande do Sul. A universidade inovou ao criar a área de concentração do programa História Regional, entendendo “o esgotamento das macroabordagens que, embora necessárias e capazes de apontar parâmetros gerais, indicavam a necessidade da implementação de estudos mais particularizados”. Justifica “que o regional é menos um espaço físico e mais um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno de identidades singulares. O estudo do regional apresenta todas as temáticas relacionadas à história dita ‘nacional’, mas privilegia uma ótica que destaca a especificidade, as diferenças, a multiplicidade. A história nacional generaliza; a história regional particulariza”. “[...] Assim, a região (a parte) e o sistema que a contém (o todo) precisam necessariamente estar em permanente articulação, pois o nacional é sempre informado por uma perspectiva regional, enquanto o regional tampouco pode ser significado sem a referência ao nacional” (UPF, [s.d]).

No âmbito da região do antigo município de Palmeira, as dissertações abordaram a **escravidão**:

- BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado. A Escravidão no Planalto Médio gaúcho (1850-1880)*. (Dissertação)- Programa de Pós-Graduação em História da UPF, 2003, 215p.

- DARONCO, Leandro Jorge. *À sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul. Segundo os processos criminais (1840-1888)*. Passo Fundo: EdiUPF, 2006.

A colonização:

- DALLA NORA, Nilse Cortese. *Quem Chega, Quem Sai*. A política de distribuição de terras em Jaboticaba – RS. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006. (Dissertação de Mestrado 2002).

- TAGLIETTI, Dablio Batista. *Lei de terras e colonização como pressupostos da normatização agrária do Médio Alto Uruguai*. Frederico Westphalen: URI, 2006.

- JACOMELI, Jussara. *Comissão de Terras: relações de poder em Palmeira*. Passo Fundo: UPF Editora. 2004. (A atuação da Comissão de Terras e Colonização no Projeto de ocupação da região da Grande Palmeira/RS [1917-1930]).

- LIMBERGER, Eliane Terezinha Bóllico dos Santos. *Neu-Württemberg: um modelo de colonização alemã no século XX (RS)*. (Dissertação)- Programa de Pós-Graduação em História da UPF, 2010.

O tema **conflitos sociais-agrários**:

- ARDENGHI, Lurdes Grolli *Caboclos, ervateiros e coronéis*: luta e resistência em Palmeira das Missões. (Dissertação)- Programa de Pós-Graduação em História da UPF, 2003.

- CARINI, Joel João. *A Luta Pela Terra Prometida*: políticas públicas de ocupação/desocupação e reocupação do espaço envolvendo colonos e índios na Reserva Indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul (1940-2004). Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

O tema **política e partidos políticos**:

- SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze*: uma insurreição reprimida, UPF: 2003, 276p. (Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, 2003 com o título “Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947-1968”).

O mundo do **trabalho**:

- DALLA NORA, Helenice Aparecida Derkoski. *A Organização Sindical Rural no Rio Grande do Sul e o Surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. (Dissertação)- Programa de Pós-Graduação em História da UPF, 2002.

Abordando história de **instituições**:

- ROSSONI, Sirlei. *O Cassino Guarani*. Histórias, memórias e personagens Iraí – RS (1940-1994). Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

- CACIANA LUZIA FERRONATTO *A Usina da Discórdia*: Disputa pelo Poder Local – O Caso das Prisões em Constantina (1966). (Dissertação)- Programa de Pós-Graduação em História da UPF, 2009.

Por fim, o que falar das centenas de monografias ou trabalhos de conclusão de curso (TCC) dos cursos de História da URI, da UPF⁶, de Geografia..., das Pós-Graduações, que, a

⁶ Chegaram ao nosso conhecimento essas monografias da UPF:

- BLAU, Zaila Salete Zandoná. *A colonização italiana no município de Barra Funda*. Palmeira das Missões. Universidade de Passo Fundo, 2000.

- OLIVEIRA, Cleonice Bueno de. *As especificidades das relações coronelísticas na prática política do município de Palmeira das Missões*. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 1997.

- PRESOTTO, Elena Granella. *A imigração italiana no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Rodeio Bonito*. Palmeira das Missões: Universidade de Passo Fundo, 2000.

- TRENTIN, Abel Luiz Schiavinato. *Jaboticaba*: colonização, emancipação e perspectivas futuras. Palmeira das Missões: Universidade de Passo Fundo, 2000.

- SIGNORI, Regina Célia. *O processo de emancipação e perspectivas futuras do município de Barra Funda*. Palmeira das Missões: Universidade de Passo Fundo, 2000.

seu modo, contribuem para a História completa, como um tijolo, que, humilde e até escondido, colabora, de modo insubstituível, para a edificação.

Referências

ALMEIDA, João Lamarque de. *História de Palmeira - 1874-1974*. Palmeira das Missões: Edição Integração, 1974. p. 74.

AMBROSETTI, Juan Batista. *A fisionomia do Alto Uruguay – uma viagem de estudos*. Separata do Relatório do Ginásio Anchieta, 1935, 31p. 2. ed. POA: Comp. Metzler Ltda, 1937.

_____. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul – ensaio de monografia natural*. 1. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1942, 360p; 2. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 456p.

_____. *Viaje a las Misiones Argentinas y Brasileras por el Alto Uruguay*. *Revista del Museu de La Plata*, t. III e IV, 1892.

BATTISTELLA, Mons. Vítor. *A história de Tapera*. Campo Real. Não Me Toque: GESA, 1973.

_____. *Congresso de Ação Social Rural em Frederico Westphalen*. Porto Alegre: Livraria do Globo: 1953.

_____. *Painéis do Passado – História de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Gráfica Marin Ltda., 1969.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ. 1997.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BEUREN, Jacó. *O Tenente Portela na marcha da Coluna Revolucionária*. Porto Alegre: Gráfica Editora A Nação S.A, 1969. p 70.

BINDÉ, Wilmar Campos. *Campo Novo – apontamentos para sua história*. Santo Ângelo: Gráfica S. Ângelo, 1986. p. 351.

CAFRUNI, Jorge Edete. *Passo Fundo das Missões*. Porto Alegre: A Nação, 1966.

DAL BOSCO, Vera Lucia et. al. (Org.). *Estudo historiográfico: análise de algumas obras regionais (1980-1987)*. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 1997. (Mon.).

_____. *Visões de história do Planalto Rio-Grandense (1980-1995)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

DALL'AGNOL, Sylvio. *Erval Seco no capricho*. Passo Fundo: Berthier, 1988. p. 126.

DEROSSO, Teresinha; Felipin, Enio. *Mártires da Fé*: Pe. Manuel Gómez Gonzalez e Coroinha Adílio Daronch. Frederico Westphalen: Pluma, 2003.

DIHEL, Astor A. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru-SP: Edusc, 2002.

ECKER, Adari Francisco. *A trilha dos pioneiros*. Passo Fundo: Berthier, 2007. p. 520.

ELMIR, Cláudio Pereira. A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2010). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. *Anais...* São Paulo, jul. 2011.

FERIGOLLO, Wilson. *Driblando a saudade*. Frederico Westphalen: Pluma, 2010.

_____. *Rostos e rastros no Barril 1954 – 2004*. Frederico Westphalen: Pluma, 2004. 424p.

_____. *Sicredi Alto Uruguai RS/SC: caminhada de sucesso*. Frederico Westphalen: Pluma, 2012.

FISCHER, Martin Robert. *Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuí*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1987.

_____. *Iraí - Cidade Saúde – trechos característicos de sua história*. Ijuí: Livraria e Tipografia Progresso, 1954, 92p.

FLORES, Moacyr. *Historiografia – estudos*. [S.l.]: Nova Dimensão, 1989.

GOMES, Aristides de Moraes. *Fundação e Evolução das estâncias serranas*. Cruz Alta: Liderança, 1966.

GRASSI, Pe. Fiorindo David. *A montaria de Jesus Cristo*. Frederico Westphalen: URI, 1998.

_____. *A Vila Faguense: reflexões sobre este e outros polos turísticos de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: URI, 2000. 124p.

_____. *Iraí, cidade turística*. Frederico Westphalen: URI, 2001.

GRASSI, Pe. Fiorindo David. *Os maragatos e o Médio Alto Uruguai no Sul do Brasil*. Frederico Westphalen: URI, 1996. 422p.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

GUTFEIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

JACOMELLI, Jussara. Políticas públicas e rede de transporte no Norte rio-grandense (1889-1955). Passo Fundo: UPF, 2011. 240p.

KUJAWA, Henrique. *Análise da produção historiográfica na região de Passo Fundo 1988-1995*. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 1997. (Mon.).

LAYTANO, Dante de. Populações indígenas - estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 5, 6, 7 e 8, 1955, 1956 e 1957.

LIVRO Tombo da Paróquia de Santo Antonio da Palmeira, 12p. iniciais; cópia datil.

LUERSEN, Nelson. *Fragmentos da História da Colônia Meyer* (Fortaleza/Guarita/Ervat Seco). 2012, 362p.

MABILDE, Alfonso. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA /INL, 1983.

MACHADO, Clovis Baraldi; ROSA, Rozanne. *Campo Novo: no relato histórico, as etapas pela conquista de sua emancipação*. 1986.

MALHEIROS, Adil A. Panambi, o vale das borboletas azuis. 2. ed. Santa Rosa: Kunde, 1990.

_____. *Pequena História da Paróquia São João Batista*. [S.l.: s.n., s.d].

_____. *A. História da Família Malheiros no RS*. Santa Maria: Pallotti, 1953.

MAZOCATO, José. *Esboço Histórico de Nonoai*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1960. p. 100

MENDES, Nicolau. *O Império dos Coroados*. Editora: Edição do 35- Centro de Tradições, 1954. p. 64.

_____. *O pé no chão - O pé de palmeira no chão de São Paulo*, 1958. p. 150

MIORANDO, Jussara Suely. *A influência do positivismo na produção historiográfica de Passo Fundo na década de 20*. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 1994 (Mon.).

OLIVEIRA, Silvio Bueno. *Vilinha de Palmeira*. Porto Alegre: BELS, 1974. p. 144.

O PANAMBIENSE. 65 anos de progresso: Panambi, município de um decênio. Panambi: Publipan, 1965.

PÉREZ, Pe. Rafael, SJ. *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil*. Brasil: Barcelona, 1901.

RADEMAKER , Pe. Sebastião. *Cruz e Coroa de Três Passos*. São Paulo: Itapecirica da Serra, 1954.

RADEMAKER , Pe. Sebastião. *Herdeiro das Missões dos Mártires Riograndenses*. São Paulo, 1943.

RELATÓRIO da excursão ao Município da Palmeira e às Colônias Santa Rosa e Guarany, apresentado ao Secretário das Obras Públicas, em 11 de maio de 1917; 15 p. (mimeog).

RELATÓRIO da Excursão de Serviço a Irahý e na zona norte, ao longo do Valle do Rio Uruguay, do lado do Rio Grande do Sul e do de Santa Catarina, apresentado ao Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 1920. Porto Alegre: 1920. p. 27.

REVISTA DO IHGB. *Itinerário da Cruz Alta ao Campo da Província do Rio Grande do Sul*. Tomo XXXI, II, 1868.

RIO GRANDE DO SUL. *Organização Industrial da Zona Norte do Estado*. Directoria de Terras e Colonização - Relatório anual apresentado ao Sr. Dr. Protásio A. Alves, Secretário de Estado em 1917. Porto Alegre: Typ. da Empresa Graphica Rio-Grandense, 1917; anexos. p. 69-97.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, II Volumes.

RUBERT, Pe. Arlindo, *Clero secular Italiano no Rio Grande do Sul (1815-1930)* - padres dos imigrantes. Santa Maria: Pallotti, 1977.

_____. *A diocese de Frederico Westphalen*. Canoas: Ed. La Salle, 1972, p. 154.

_____. *A diocese de Santa Maria*, 1957, p. 250.

_____. *A igreja no Brasil*. Santa Maria: Pallotti, 1981-1993. 4v.

_____. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, 1998. 2v.

_____. *O Herói do Alto Uruguai*. Santa Maria. 1964.

_____. *Servos de Deus- Pe. Manuel e Adílio*. 2. ed. Frederico Westphalen: Pluma, 2007.

SALVOLDI, Luiz José. *Rodeio Bonito e sua história*. Frederico Westphalen: Pluma, 2003.

SAVOLDI, Altair. *Só a imagem retém o tempo: retrospectiva fotográfica de Rodeio Bonito*. Frederico Westphalen: Pluma, 2012, p. 162.

SILVEIRA, Heitor. *A Estância de Águas Mineraes de Irahý (Fontes do Mel) e suas indicações e contra-indicações therapeuticas*. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1927.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typografia da Livraria Universal de Carlos Echnique, 1909.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974. p. 351.

SPERRY, José V. *Raízes e retalhos de Nonoai*. Passo Fundo: Berthier, 1985.

SPONCHIADO, Breno Antônio (Org.) *Dom Bruno Maldaner – 50 anos a serviço da Igreja*. Frederico Westphalen: URI, 2000, p. 276.

_____. *Mons. Vítor Battistella na história de “Barril”*. Passo Fundo, Berthier, 1989.

_____. *Monsenhor Albino Busatto – 60 anos a serviço do reino*. Frederico Westphalen: Pluma, 1999.

_____. *O Positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em História – PUCRS. URI, 2005. p. 344.

_____. *Taquaruçu – Nossa gente, nossa história*. Passo Fundo: Berthier, 1986.

_____. *Taquaruçu do Sul – nossa gente – nossa história*. Litografia Pluma, 2011, p. 245.

STEFFEN, Roque Jacob; STEFFEN, Inês Maria L.; STEFFEN, Nelson. *Histórico do Município de Chapada*. Passo Fundo: Editora UPF, 1984.

TESCHAUER, Carlos. *Poranduba, Riograndense*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1929.

UPF. Universidade de Passo Fundo. *Programa de Pós-Graduação em História*. Sobre o Curso. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ppgh.upf.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=14>.

VIGNE, Hermes. *Trindade do Sul da Serra do Lobo*. Passo Fundo: Berthier, 1996, p. 204.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 2, abr./jun. 1949, p. 203-261.

II PARTE

**ANÁLISES DE OBRAS
HISTORIOGRÁFICAS DO ALTO-
MÉDIO URUGUAI**

ANÁLISE DA OBRA *PANAMBI: O VALE DAS BORBOLETAS AZUIS*, DE ADIL ALVES MALHEIROS

Miquela Piaia¹

O Senhor Adil Alves Malheiros nasceu dia 26 de novembro de 1913 no Distrito de Cruz Alta e faleceu no dia 11 de junho de 1991 na cidade de Panambi. Foi auditor de finanças públicas do Estado. Auxiliou no processo de emancipação de Panambi. Foi um dos fundadores da Paróquia São João Batista. Idealizou, desenhou e construiu o primeiro e atual prédio de alvenaria para fins escolares, com casa de moradia e capela, onde funcionava o colégio Nossa Senhora de Fátima. Fundou e lecionou durante dois anos gratuitamente. Colaborou com a imprensa escrita e falada por mais de 30 anos, tendo escrito nos jornais do Estado: *Diário Serrano* (Cruz Alta), *Correio Riograndense* (Caxias do Sul), *Jornal do Dia* (Porto Alegre), *Jornal do Povo* (Três Passos), *Panambiense* e *Cidade das Máquinas* (Panambi). Sendo criador e fundador do primeiro órgão de imprensa como suplemento do *Diário Serrano*: “O Panambi – Cidade das Máquinas”. Quanto à questão política, foi perseguido durante o período militar, tendo sua residência sitiada por um pelotão do exército de infantaria, vindo de Cruz Alta. É autor dos seguintes livros: “Panambi o Vale das Borboletas Azuis”, “História da Família Malheiros no RS”, “Pequena História da Paróquia São João Batista”, além de pequenos fascículos, tipo cadernetas. Salientamos que o autor não tinha formação universitária, mas tinha ligação direta com a vida local, possuía descendentes de uma família que participou ativamente no processo de colonização do município, bem como ele próprio atuou ativamente nas áreas política e social do município. Malheiros não era historiador, assim como ele próprio diz na apresentação de seu livro:

Neste trabalho, após muitos anos de pesquisa, só nos moveu o desejo de dar subsídios para uma futura História que, juntando com os periódicos históricos já existentes, dirá; da grandeza deste povo altivo e progressista, alicerçada em bases fundamentais, dos seus saudosos antepassados. Povo sem história, povo sem vida. É povo que não existiu...Despido de qualquer pretensão de historiador, damos com prazer, a nossa modesta, mas sincera colaboração como filho desta TERRA que nos viu nascer, crescer e nela sempre viver com fé, esperança e amor.

A obra *Panambi, o vale das borboletas azuis* tem como principal motivo da sua publicação a comemoração e homenagem ao jubileu de prata de Panambi, vinte e cinco anos

¹ Mestre em Letras, área de concentração Literatura pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Professora de Língua Inglesa no Instituto Federal Farroupilha, Campus Santo Augusto, RS.

de emancipação política. Publicada em 1979, foi a quarta narrativa de visão abrangente da história local. A edição é reeditada onze anos depois, conservando basicamente o mesmo conteúdo, apenas ampliando alguns apontamentos e reproduzindo alguns dos documentos pesquisados.

Segundo Henrique Kujawa e Vera Lúcia Dalbolsco, há três fatores que influenciam na organização e abordagem histórica. A primeira delas é justamente o motivo dado pelo autor de *O Vale das Borboletas Azuis*: comemorações festivas que envolvem os municípios. O segundo fator é o senso de herança, a ligação direta (família) ou indireta (etnia) do autor com os antepassados e a preocupação de conservar e divulgar suas experiências e seus feitos. No caso de nosso autor, ele tem ligação direta e percebe-se o destaque dado em sua obra aos indivíduos a ele ligados, nas descrições feitas sobre as contribuições de seus antepassados na construção de Panambi. O terceiro interesse refere-se ao intuito de arquivar e organizar a história passada, para conservar e transmitir o legado histórico às gerações futuras, o que também se percebe na obra.

O Vale das Borboletas Azuis foi a primeira narrativa realizada por uma pessoa de descendência não-germânica, que também não era protestante, mas sim católica. Talvez, devido a isso, ao contrário das outras narrativas, percebemos nesta a valorização das pessoas não-germânicas no processo de formação e evolução da cidade. O autor destaca os luso-brasileiros, tanto quanto os imigrantes europeus. Porém, os índios e negros não são mencionados, são excluídos da narrativa.

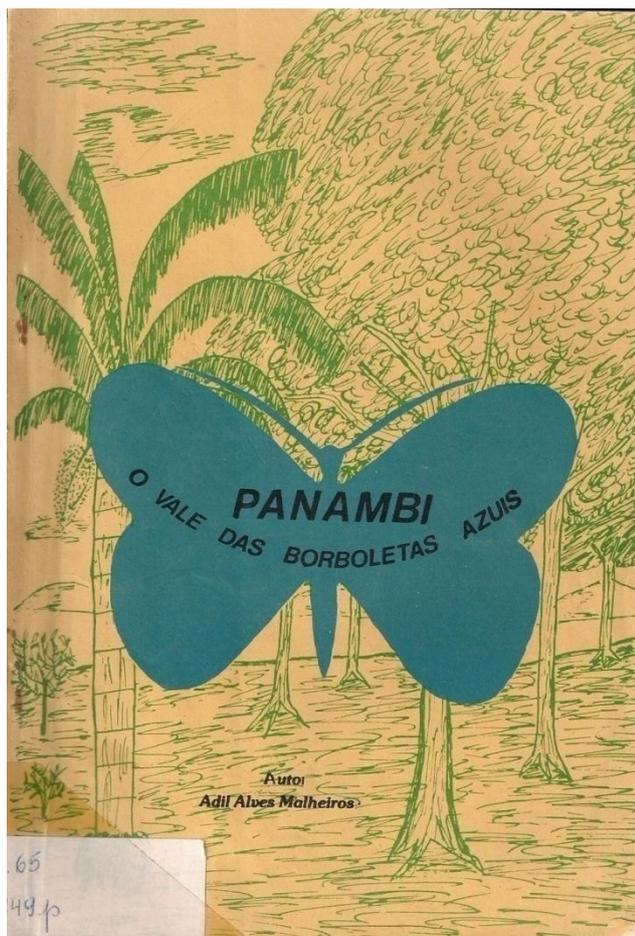


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

A primeira narrativa a respeito da Colônia Neu-Württemberg, cuja intenção era dar conta da história local, foi a obra *Neu-Württemberg: Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/Brasilien* (Neu-Württemberg, uma colônia alemã no Rio Grande do Sul/Brasil), publicada em 1933. A instituição responsável por sua produção substituiu, no ano de 1927, a antiga Sociedade Escolar, fundada por Hermann Faulhaber, que passou a ser chamada de Faulhaberstiftung, esta sociedade mantinha uma rede de escolas nas Linhas do interior. A obra foi redigida por Friedrich Krahe, diretor, e por Dr. Gustav Kuhlmann, presidente da instituição entre os anos de 1927 e 1937. A impressão da narrativa foi feita em Stuttgart, na Alemanha, que ocorre em função das intenções de propaganda da colônia e da própria Faulhaberstiftung, que utilizou o dinheiro arrecadado com venda da obra na Alemanha para melhorar a sede da escola alemã de Neu-Württemberg.

A segunda obra que fala sobre a história de Neu-Württemberg, agora já denominada Panambi, foi publicada em 1949 e escrita por Erich Fausel, que escreve em português. Fausen é um professor da região de São Leopoldo, foi chamado especificamente para elaborar de

forma conveniente as características e potencialidades socioeconômicas da localidade. A obra se divide em quatro partes onde se privilegia um sumário da história de Panambi, uma relação das firmas da cidade, uma relação de vistas de diversos estabelecimentos industriais e comerciais de Panambi e uma relação dos produtos industriais e faz atividades comerciais, profissionais e sócias. Percebe-se na obra, uma ênfase para o aspecto econômico.

A terceira narrativa sobre a memória da comunidade de Panambi, foi editada pelos editores do jornal “O Panambiense”, e recebeu o título de “65 Anos de Progresso”, pretendendo celebrar os 65 anos da localidade e o 10º aniversário de emancipação de Cruz Alta. A obra divide-se em três partes, um apanhado de quinze aspectos relativos à história, ocupando vinte páginas, em português, uma versão abreviada desses itens, ocupando quinze páginas, em alemão; e, finalmente, uma relação de todos os empreendimentos econômico da localidade que, ocuparam vinte e três páginas. Assim, o aspecto do “o que temos” aparece ocupando um espaço maior no relato.

Retornemos a obra que pretendemos analisar nesse artigo, Malheiros coloca seus dados biográficos à disposição de seus leitores, na segunda edição da obra, cujos detalhes permitem visualizar o lugar de onde fala. Como já mencionado, foi funcionário público estadual, por vinte e sete anos, na Exatoria Estadual de Panambi, onde passou por diversos cargos, aposentando-se como coletor, mas essa aposentadoria foi retificada para o “alto-cargo” de Auditor de Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Manoel José Encarnação² era seu tataravô. Na área política, trabalhou como membro da Comissão Auxiliar na campanha de Emancipação de Panambi, foi fundador do PTB, do MDB e do PMDB de Panambi, sendo que em 1972 foi candidato a prefeito da localidade, pelo então MDB. Politicamente falando, considerava-se de ideologia centrista. Caracterizou-se assim em 18 de dezembro de 1990, na contracapa de seu livro.

Uma particularidade da obra de Malheiros, tanto na primeira quanto na segunda edição, é sua preocupação com as origens do homem local. Neste sentido, procurou ampliar a visão em torno da ocupação germânica. Sendo descendente de luso-brasileiros, busca as origens em seus antepassados. Estes chegaram por aqui, quase um século antes dos alemães. É particularmente interessante sua descrição do início de Panambi com a chegada de Manuel José Encarnação. Creditando a ele os primeiros impulsos à pecuária e à agricultura. Finaliza sua descrição declarando, para não deixar dúvidas, o lugar que este pioneiro merecia na

² Considerado o primeiro morador de Panambi.

história de Panambi, “Portanto, Encarnação não era um qualquer e sim, um cidadão digno das gerações futuras que reverenciam com respeito a sua memória inatacável” (1990, p. 17).

Acrescentaria ainda: “segundo a tradição corrente dos antigos, Encarnação foi um homem de muita dignidade. Não tinha escravos. Sua conduta era irrepreensível. Seus trabalhadores eram assalariados, seus negócios não deixaram nada a reclamar” (Idem, p. 17). Esta observação tem uma relevância para memória e identidade dos descendentes de luso-brasileiros, uma vez que nas narrativas anteriores a exaltação personalizada se dava somente para com as pessoas de origem germânica, a quem se creditava a fundação e o início da estruturação social e econômica local. Não é verdade, porém, não ter sido possuidor de escravos.

Com relação ao espaço a ocupar por Encarnação, ao lado de outros homens da localidade, como Meyer³ e Faulhaber⁴, surge um movimento, na década de 70, para o estabelecimento de um monumento de homenagem. Assim, no ano de 1977, dentro da área de terras originalmente pertencentes a Encarnação, colocou-se, diante de uma Paineira (árvore supostamente plantada por Encarnação, quando chegou ao local) um monumento homenageando os iniciados do povoamento da localidade. No último capítulo encontra-se uma fotografia do referido monumento, ao lado da tal árvore-símbolo.

O prefácio deste livro (na sua primeira edição, em 1979) será redigido por uma pessoa, também de crença católica, mas de origem germânica: o empresário, proprietário do órgão de imprensa escrita local, do jornal citado anteriormente, Miguel Schmitt-Prym. O autor busca assim, o respaldo de seu trabalho, junto aos descendentes dos germânicos, aos quais pertencem as memórias anteriores aos seus respectivos lugares de memória. As suas observações quando a estrutura da obra de Malheiros é curiosa.

Para ele, toda história, nas suas mais variadas versões, procede nas convicções do historiador, a partir de sua origem étnica, social, familiar, religiosa. Essas características dos atos e fatos tornam-os mais ou menos históricos (supõe-se que, mais ou menos históricos, para o grupo ao qual a descrição dos fatos se dirija). Para ele os historiadores sempre procuram destacar os acontecimentos mais autênticos da comunidade, pessoa ou sociedade em questão. Assim, o autor da narrativa fica autorizado a falar, por um círculo maior que o seu próprio.

³ Hermann Meyer: fundador da empresa de colonização Neu-Württemberg.

⁴ Pastor Hermann Faulhaber, diretor da colonização de Neu-Württemberg.

Neste sentido, julga o contemplado pela narrativa de Malheiros dentro dos padrões da autenticidade histórica necessária. Malheiros o faz “com a autoridade de quem descende daqueles que antes de Meyer foram os donos dessa terra”, diz ele. E uma última observação constante neste prefácio: “sem nenhum sentido de contestação, o livro de Adil acrescenta muito a tudo que já foi escrito sobre a história de Panambi, e por isso merece ser lido por todos”. De fato, as contestações de Malheiros são no plano dos detalhes e não plano do sentido das memórias anteriores. As mesmas pessoas, o mesmo grupo social anteriormente posto em realce, assim permanece em destaque na narrativa de Malheiros.

Dessa forma, a narrativa possui uma caracterização a ser acoplada às caracterizações anteriores e deve ser vista como sendo parte do todo desta caracterização. Daí sua ênfase na expressão “sem nenhum sentido de contestação”. Está defendida, portanto, a iniciativa de Malheiros em buscar as origens locais e a personalização de um luso-brasileiro. Isto não deve ser visto como uma negativa às versões anteriores. Assim, a narrativa faz parte da ênfase à coesão social necessária para a localidade. Existem dois grupos colocando memórias diferentes, mas complementares, com o mesmo desejo de construir/defender uma coesão social, uma harmonia de relacionamento. Ambas pretendem mostrar o que Panambi é, a partir daquilo que de mais fundamental a permitiu ser desse modo.

Na apresentação da obra, Malheiros justifica sua iniciativa, a partir de quem pretende dar subsídios para uma história futura, pois esta “dirá da grandeza deste povo altivo e progressista, alicerçada em bases fundamentais dos seus saudosos antepassados”. Mais uma vez, apesar de reservar o espaço à homenagem dos pioneiros, o autor também projeta características gerais para o povo todo da comunidade. Diz logo a seguir, que “povo sem história, é poço sem vida. É poço que não existiu [...]”. Talvez a ausência detalhada da história dos moradores anteriores aos germânicos, os luso-brasileiros, dos quais descende, nas narrativas anteriores, estivessem em mente ao fazer esta declaração. A sua abordagem procura colocar os luso-brasileiros em maior realce na história da localidade. Ocupa quase metade da narrativa para expor as origens dos luso-brasileiros na localidade.

Nesta mesma apresentação ainda fala de Panambi, como município “o qual se projeta impoluto com o Rio Grande do Sul e a nossa amada PÁTRIA o BRASIL”. Nesse sentido, é sempre importante lembrar a época em que se escreve isto. É o contexto do Regime Militar do país, período no qual essas declarações permeavam os discursos, de modo geral. É a ordem e o progresso a mobilizar o país desse período. Apesar do discurso da pátria Grande, no momento da escrita, estar na boca de um grupo político hegemônico, e apesar de perseguir

peessoas “com opinião contrária”, como Malheiros, existe uma inserção social que se faz pelo discurso. Apesar de estar num grupo diferente do hegemônico, é preciso mostrar-se afinado com o discurso oficial. É preciso ressaltar a Pátria como um bem (espaço) comum e mostrar-se como não-traidor dessa Pátria.

Logo após o prefácio e a apresentação, o autor coloca uma produção poética de sua autoria, intitulada “Minha Terra é Panambi”. Nela está contida uma resenha histórica da localidade. Contempla-se a sua natureza, os diversos nomes recebidos pela localidade, a participação lusa e germânica na sua construção, as instituições básicas da localidade, a instalação da infraestrutura necessária para o funcionamento rural e urbano, o patriotismo da população, o cognome escolhido pela localidade para se espelhar – Cidade das Máquinas – e novamente as virtudes da população. Nesse sentido, a décima terceira estrofe é, particularmente, especial entre as demais:

*Em cada esquina, retumba
Do motor troar progresso,
Voz perene do trabalho;
Segredo deste sucesso!*

Fica patente a configuração do povo todo da localidade pelo trabalho, onde descreve o local como não tendo nenhum desocupado. Agora o trabalho, o ímpeto para o trabalho, já não pertence mais apenas aos teuto-brasileiros; também aos luso-brasileiros. Já não é algo cujos méritos pertencem somente aos personagens principais. Serve de meio de inserção do poço, como um todo, numa memória coletiva identificatória. Isso não significa, porém, a inserção dos “mortais simples” do poço nas narrativas da memória coletiva. Sem detalhes. Apenas uma diluição de todos dentro de uma memória coletiva. Os detalhes continuam pertencendo apenas às memórias dos mortais importantes.

Como já mencionado, nos primeiros sete capítulos da narrativa, está contemplada a origem luso-brasileira da localidade, com todas as suas características. Recebem atenção destacada Encarnação e Malheiros, dois pioneiros do século XIX. . Está minuciosamente descrito o conjunto das atividades de suas famílias, tanto no sentido do trabalho, quanto do lazer, da religiosidade e da vida social-familiar com seus modos e costumes.

São interessantes os comentários do autor ao modo de se aprender as coisas no século passado: Os antigos (aqui os lusos) aprenderam no livro da vida, pelo mundo afora, com muita paciência, luta e até mesmo sacrifícios pesados (p. 37). Também ressalta como “a

mocidade era ordeira e respeitosa para com as damas, prendas, dona sinhá e sinhazinha”. (p. 37). Faz-se assim, uma aproximação ideal das virtudes do mundo luso-brasileiro com o mundo teuto-brasileiro e germânico. Os luso-brasileiros são tão dignos quanto os germânicos. Neste sentido, a sua lista de pessoas de descendência lusa é enorme, como é enorme a lista de nomes de localidades cuja contribuição foi lusa.

Quanto a Faulhaber, o autor declara como “em sua gestão, já de início teve a colônia uma nova era de progresso” (p.56). Em seguida menciona as iniciativas do mesmo em relação à organização e administração da colônia. Mais tarde vai destacar que Neu-Württemberg progredia, e que o Diretor Faulhaber contava com o apoio comunitário, além de representantes das famílias expoentes e de autoridades locais.

Por essa menção podemos perceber que havia um corpo de pessoas expoentes. Tanto quanto Faulhaber e Meyer, essas pessoas também zelavam pelo progresso e desenvolvimento locais. Também na narrativa de Malheiros, fica evidente que havia pessoas dando suporte no trabalho de Faulhaber no desenvolvimento de suas tarefas, também havia o interesse da elite local, incluindo as lideranças políticas de Cruz Alta, no bom andamento das coisas dentro da área colonial.

No Museu e Arquivo Histórico de Panambi, encontram-se diversos jornais da época da colonização, dentre eles, no ano de 1909, um jornal de Cruz Alta vai apresentar detalhes sobre a convivência entre o pessoal da administração da colônia Neu-Württemberg e da administração pública do município de Cruz Alta. Relata-se uma excursão à florescente colônia particular do ilustra Dr. Meyer. Na comitiva estavam o General Firmino Paula e o Coronel Firmino Paula Filho, entre outras autoridades.

A visita estava no contexto da realização de diversas festas, tais como passeata cívica, sessão comemorativa da data de 7 de setembro, exercício na praça da sede, baile, etc. Pode-se perceber a presença de interesses econômico-políticos recíprocos entre a direção da colônia e a administração de Cruz Alta, principalmente destacando-se a astúcia de Faulhaber, no sentido de inserir-se nesse contexto político gaúcho e cruzaltense. Para a elite política de Cruz Alta, a parecer pela troca de elogios, o desenvolvimento da colônia era fundamental e bem-vindo. Faulhaber parece agir como quem sabe disso, e, por isso, toma proveito. Ganha apoio e a liberdade de trabalho. Os políticos de Cruz Alta, tendo em Faulhaber um aliado, evitavam conflitos e garantiam de forma pacífica o embolso de seus impostos e o apoio político (ao mesmo nas eleições) da grande maioria da população.

Quanto aos efeitos da Primeira Guerra Mundial, Malheiros diz que ela também teria causado um clima contraproducente na colônia, após o seu término. Em decorrência dessa guerra muitos migrantes germânicos teriam chegado à colônia, entre os anos de 1922 e 1926. As declarações seguintes expressam a qualificação do contraproducente, em função destas migrações:

Como uma força irresistível, muitos desses imigrantes conseguiram mudar a maioria dos sistemas locais. Queriam eles manter as suas tradições e em muito conseguiram. Como é de se notar houve certo choque racial com os antigos moradores. Começou nas escolas a desconfiança. Daí, dessas desconfianças surgiram encrencas que em muito atingiram o povo adulto. Os alunos das escolas públicas e particulares, escolas brasileiras e escolas particulares alemãs. Havia correrias da gurizada, até brigas com nomes não só depreciativos, como agressivos. Os professores, brasileiros junto ao insigne Diretor Faulhaber e junto aos professores alemães, procuravam amenizar a situação em que, como dissemos, grandes responsáveis tomavam partidos. Não vamos pomenorizar fatos e ocorrências neste sentido. Porém o fato se tornou público e notório o que, obrigou o Governo da União a tomar medidas severas de nacionalização. Passando esse período, em que muitos moradores luso-brasileiros e caboclos se retiraram da Colônia, começou a haver política partidária. A mais evidente era dos adeptos do nazismo. Esses usavam o distintivo da “Cruz Suástica” nas mangas das blusas e borda dos capacetes. (1979, p. 74).

Pela exposição do autor podemos perceber um quadro social diferente daquele descrito por ele mesmo a respeito do período inicial da colonização. Podemos observar uma primeira afirmação em torno da mudança de quase todos os sistemas locais. Desaparece a versão da convivência harmoniosa do início de sua narrativa, principalmente pela sua poesia, colocada no início de seu livro.

Malheiros havia descrito a existência de uma sintonia entre os moradores luso-brasileiros e os teuto-brasileiros, vindos no início do processo de colonização. Diz terem estes estabelecido um sistema de ajuda mútua. “O sistema de empréstimo continuou. Os novos colonizadores receberam valiosa ajuda dos latinos, gente que aqui morava. Tanto as famílias Almeida e Malheiros e outras, emprestavam vacas leiteiras, juntas de bois para o trabalho, carretas ou mesmo carroças para o transporte dos seus produtos” (p. 38). A devolução dos empréstimos, pelos novos moradores, os teuto-brasileiros, teria ocorrido, principalmente, pela oferta de mão de obra nas atividades dos primeiros moradores, os luso-brasileiros. Havia clima de boa vizinhança até a chegada dos imigrantes do pós-guerra.

Quanto aos novos imigrantes, diz o autor “procuraram desde logo impor as suas tradições ainda viciadas pela guerra e, desde 1927 em diante, a colonização passou a ter nova

propaganda como sendo colônia alemã de protestantes. Diversões, hábitos e costumes eram predominantemente estrangeiros” (p. 38).

Percebe-se, novamente, a existência de dois ou mais grupos de pessoas, cada qual com uma ideia diferente do “ser alemão”. Os primeiros colonos, a maioria oriunda das colônias velhas, traziam uma concepção de “ser alemão”, decorrente de uma mentalidade e uma cultura relativa ao século XIX. O outro grupo, do pós-guerra, trazia uma noção distinta a essa.

No final desse capítulo o autor encerra a narrativa dizendo o quanto, agora na década de 90, os panambienses “são brasileiros ciosos dos sagrados deveres como cidadãos livres, amam a sua querida pátria que tão benignamente acolheu os seus antepassados, garantindo a todos o título honroso de cidadania brasileira”. (p. 38). Fica demonstrada, então, a pretensão do autor em deixar claro o fim desse sistema de conflito. Malheiros deixa implícito que existem mais coisas a dizer. Não faz questão, no entanto, em dizê-las.

Contudo, essa separação entre as concepções de diferentes grupos alemães e a separação “alemão x brasileiro”, pela versão de Malheiros, originária na década de 20, evidencia ter existido na caracterização do outro como brasileiro, um toque depreciativo. Havia brigas entre crianças descendentes de lusas com crianças descendentes de teutos. Pelo simples fato dos teuto-brasileiros taxarem os descendentes de lusos de “brasileiro” aconteciam desentendimentos.

Malheiros fala da alteração dos sistemas locais, enfatizando a existência de um certo choque racial e que este teria desembocado com maior força nas escolas, surgindo uma espécie de rivalidade entre alunos “alemães x brasileiros”. Uma forte distinção étnica, responsável por uma onda de migração “em que muitos moradores luso-brasileiros e caboclos se retiraram da Colônia.” (p.74).

Apesar disso, este foi um período de crescimento econômico e o período da formação do exército de autodefesa (o Selbstschutz). Durante a primeira guerra houve uma certa autonomia econômica na Colônia. Apesar da crise financeira geral, “os negócios da colônia seguiam de maneira normal” (p. 56). No mesmo momento o autor contextualiza a vinda desses imigrantes que teriam alterado a normalidade das relações. Faulhaber teria trazido 178 famílias suecas, um grupo de 650 pessoas. “Muitos desses imigrantes vinham dos campos de combate de guerra, e queriam um lugar para descanso e recuperação econômica, pois quase nada traziam (p. 56).

Nesse mesmo período, o Rio Grande do Sul encontrava-se em grande crise política, existindo diversas “revoluções” internas. Assim, diz Malheiros ter o povo local, descontente com a sua inserção no cenário em que se encontrava sujeita a saques dos grupos armados, solicitando “às autoridades civis e militares no sentido de terem apoio contra novos saques. A colônia uniu-se com todos os moradores das imediações no sentido de criarem um a guarda permanente, para a própria defesa sobre eventuais invasões” (p. 56).

O autor não especifica a duração desta tendência à rivalidade local, mas fala de seu início com o fim da Primeira Guerra Mundial. Em consequência disso, teria havido a necessidade da atitude nacionalizante do Governo, o que remete à conclusão de que foi durante um período de mais de uma década, uma vez que a ação nacionalizante só ocorre durante o governo Vargas, que teve início em 1930.

Fica patente, na versão de Malheiros, a adoção do nazismo por muitos dos colonos vindos depois da Primeira Guerra Mundial. Talvez tenha sido desta época a mais forte constituição da localidade em torno das características germânicas e protestantes, trazidas por este grupo de imigrantes, uma vez este mesmo autor havia destacado a vivência comunitária entre os primeiros migrantes e os moradores luso-brasileiros, no período ao de sua chegada.

As características germânicas e protestantes já faziam parte da memória local. Os teuto-brasileiros conservavam certas características de sua origem étnica e religiosa, mas com certeza já haviam incorporado ideias, valores e ações localizadas, não propriamente iguais às trazidas pelas pessoas da Alemanha, do período pós-guerra. Ou seja, parece haver um conflito localizado sobre o que é ser alemão/evangélico. Parece mesmo ter surgido uma disputa responsável pela alteração de comportamentos.

Percebe-se o conflito resultante das alterações nas estruturas sociais e políticas internas da Alemanha, decorrentes da Unificação de 1871. Vale lembrar a unificação nada natural e pacífica dos diferentes povos alemães. Os prussianos comandaram e dominaram politicamente essa unificação. Certamente as suas ideias de ser alemão eram diversas das de muitos condados. É esse o conflito trazido à tona por Malheiros. Na Colônia de Neu-Württemberg manifestam-se essas disputas.

Esse aspecto, relacionado à homogeneidade nas colônias e colonizações, leva Meyer a questionar as versões unilaterais das diversas histórias das migrações. Para ela não pode haver uma compreensão do fenômeno fora de uma leitura múltipla e aberta:

A História, no entanto, não é uma instância em que se registra a verdade dos fatos, acontecimentos, sua evolução e/ou transformação, de forma uniforme, neutra e definitiva. Sua escritura está articulada com interesses e necessidades bem concretas e específicas, o que faz dela um campo conflituoso, aberto a múltiplas leituras e interpretações; um campo que está ativamente com a produção de saberes e significados históricos acerca de “um passado” que melhor responda às necessidades (de várias ordens) postas pelo presente. É assim que poderíamos ler algumas das histórias da imigração que, unilateralmente apresentam [...] (2000, p. 40).

Sem dar maiores detalhes, como o próprio Malheiros se refere, ele encerra essa parte da narrativa dizendo que, como tudo passa, teria também passado este período de dificuldades. Depois dele teria voltado novamente “o progresso amistoso de Panambi” (p. 74). Todavia, os aspectos conflituosos, postos anteriormente pelo autor, desaparecem sem deixar, aparentemente, sequelas de qualquer ordem. Conseguiria essa construção de “progresso amistoso” promover a emancipação da Vila de Panambi a município, sem tornar público alguns dos sintomas das diferenças de pensamentos? O próximo assunto de Malheiros é justamente o da emancipação.

No projeto de emancipação, além da independência de Cruz Alta, era intenção das autoridades locais, manter Condor, então Distrito de Palmeira das Missões, como Distrito de Panambi, em função da origem comum de Neu-Württemberg e da maior parte daquele Distrito. Neste sentido, Palmeira das Missões entrou em jogo, requerendo a manutenção de Condor para si. Por isso, teria incentivado a população condorense a tomar partido contrário na votação pela emancipação. “As famílias eram pressionadas de uma ou de outra forma a votar contra a emancipação. Até cartas anônimas eram enviadas aos líderes da Campanha” (p. 76).

Quando as circunstâncias começaram a tornar-se muito agressivas, inclusive com atentados, pediu-se a intervenção das autoridades estaduais para conduzir o processo. Processo nada pacífico, iniciado por ocasião das comemorações do cinquentenário. Terminou, no entanto, apenas cinco anos mais tarde.

Assim, no calor da campanha municipal, ainda dentro dos limites do município de Cruz Alta, percebe-se o quanto os atritos e as diferenças políticas já existiam, independentes do processo de emancipação. Não é no outro (Palmeira das Missões), mas em si mesmo, que são visíveis as divergências de ideias para a construção e desenvolvimento da localidade. O atacado pelo outros era justamente a pessoa símbolo do novo tempo: alguém que trazia na bagagem biográfica uma relação direta com os homens-história da localidade, Walter Faulhaber, filho de Hermann Faulhaber.

Na programação de instalação oficial do governo do novo município e posse do primeiro prefeito e primeira bancada de vereadores, em 28 de fevereiro de 1955, consta uma extensiva jornada de discursos e homenagens. O próprio discurso de posse do prefeito, filho do administrador mais enaltecido da Colônia, teria sido uma rememoração das lutas e dificuldades enfrentadas para alcançar a emancipação: “fez uso da palavra o Prefeito empossado, Walter Faulhaber, que em memorável discurso disse dos aspectos dos principais acontecimentos durante a campanha da emancipação”, segundo Malheiros (p. 78). Houve culto ecumênico na praça pública, configurando deste modo a ausência de rivalidades religiosas. “Este ato religioso agradou a imensa massa compacta, presente, dando um cunho todo especial nas solenidades festivas” (p. 79).

Sobre esta programação festiva, onde um culto ecumênico teve parte, o mesmo Malheiros, em suplemento panambiense do Jornal o Correio Serrano, de Cruz Alta, enquanto jornalista representante da localidade, escreve artigo intitulado “Aclamado Walter Faulhaber em Panambi”, isto no jornal do dia 23 de fevereiro de 1955. Descrevendo o ajuntamento ao redor da praça local, menciona que inicialmente teria falado o novo prefeito para em seguida enumerar diversas autoridades que fizeram uso da palavra, inclusive ele mesmo, como representante da imprensa local, teria feito uso da palavra. Em seguida vai descrever o tom destes discursos: “... todos com palavras de harmonia, para que houvesse desarmamento de prevenções e ânimos, político-partidários ou religiosos”. Essa expressão reforça as relações conflituosas em torno da emancipação. Não foram tão harmoniosas quanto se pretendeu registrar em algumas versões. Havia nitidamente um grupo considerando-se vencedor e outro era considerado perdedor.

Evidentemente que em uma programação festiva, com a presença de autoridades de diversas localidades, inclusive de expressão nacional (caso do representante de um senador), as desavenças político-partidárias e religiosas deveriam permanecer silenciadas. Malheiros ressalva os discursos como possibilidade de provocar agitações entre facções reunidas na solenidade comemorativa.

Iniciado o período autônomo do município, passa o autor a dar conta dos rumos positivos do novo município. “O leitor atento, possivelmente já observou como as autoridades e homens dos mais variados partidos políticos, estiveram sempre voltados com interesse pelo progresso de Panambi desde os remotos tempos dos primeiros pioneiros. Estes pioneiros edificaram com seu exemplo de honestidade a personalidade dos panambienses”. (p. 83)

No capítulo dezoito, diz o autor ser sua intenção enfileirar os homens que governaram o município e assim os adjetiva “Prefeitos que deram tudo de si mesmos pelo progresso e bem estar de Panambi. Ambos os poderes: Executivo e Legislativo num esforço para termos hoje [...] Panambi que [...] por meio de devotamento ao trabalho honesto e construtivo num exemplo dos nossos antepassados, para termos hoje um município pujante que dignifica o estado e a Pátria” (p. 70). Desaparece novamente o clima de disputa partidária e volta-se a preferir uma memória de cunho harmonioso.

Quanto ao aspecto religioso, convidou lideranças religiosas das principais igrejas para escreverem, cada qual, uma resenha histórica. São destacados, então, as três maiores: a Igreja Luterana, a Igreja Batista Alemã e a Igreja Católica. Esta é uma das partes reservadas para o final da narrativa. De sua autoria, com relação ao assunto, duas coisas merecem menção.

O primeiro aspecto que se destaca é a sua intenção estatística da composição étnica dos membros, de cada qual dessas igrejas. Quanto às origens predominantes da comunidade católica, 70% de luso-brasileiros, 15% caboclos e 15% de outras origens, dentre as quais alguns de descendência germânica. Já nas comunidades luterana e batista, predominavam os teuto-brasileiros e alemães. E segundo resolveu colocar uma frase em letras enormes na introdução ao que as lideranças religiosas descreveram, cada qual, de suas comunidades. “As igrejas testemunham o elevado grau de espiritualidade do povo panambiense. Fizeram elas um grande templo onde Deus dirige e manda. (p. 126). Com isso ressaltando o valor dado à religião pelos habitantes da localidade.

Para concluir, falar de Panambi remete a uma historicidade construída ao longo do século XX. A sua construção se dá dentro de uma pluralidade de relações de ordem cultural, política e econômica. Dentro dessas relações encontramos valores que transformam a memória em identidade. Mas a característica mais presente é da cidade de um povo trabalhador. Progresso e trabalho são indissociáveis no imaginário e na memória local. A vocação para o desenvolvimento por via do trabalho é que identifica a cidade e as pessoas que nela vive e viveram.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva, afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa também fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. E se percebe um esforço da manutenção de uma imagem coesa da localidade tanto na obra de Malheiros como nas demais, conflitos e contrastes não aparecem com nenhum destaque, para que se possa

manter a homogeneidade cultural. As representações de cidade alemã, cidade evangélica, cidade do trabalho e progresso permeiam a identidade e a memória coletiva da localidade.

Referências

DA SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DHIEL, Antonio A. (Org.); *Visões de história do planalto Rio-Grandense (1980-1995)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

FAULHABERSTIFTUNG. *Neu-württemberg: eine siedlung deustcher in Rio Grande so Sul – Brasilien*. Stuttgart: Ausland und Heimat Verlag, 1933.

FAUSEN, Erich. *Cinquentenário de Panambi: 1899-1949*. Ijuí, 1949.

MALHEIROS, Adil A. *Panambi, o vale das borboletas azuis*. Panambi: Publipan, 1979

_____. *Panambi, o vale das borboletas azuis*. 2. ed. Santa Rosa: Kunde, 1990.

MEYER, Dagmar E. Estermann. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

O PANAMBIENSE. *65 anos de progresso: Panambi, município de um decênio*. Panambi: Publipan, 1965.

UMA ANÁLISE DO LIVRO *SEBERI, FORTALEZA, RINCÃO DA FORTALEZA, BOCA DA PICADA: 109 ANOS DE HISTÓRIA*

Edevandro Sabino da Silva¹

O município de Seberi, localizado na região do Médio e Alto Uruguai, ao norte do estado do Rio Grande do Sul, tem a sua história registrada no livro: *Seberi: 109 Anos de História*.

O livro antes referido não tem um único autor, pois foi idealizado pelo então prefeito Wilson de Mello, que governou o município entre 1983 a 1988. O idealizador, o prefeito, convidou uma equipe de pessoas, a sua maioria professores das redes municipais e estaduais que foram os responsáveis pela redação, montagem, revisão, pesquisas, entrevistas e ilustrações.

Na introdução da obra, a equipe responsável deixa claro qual foi o objetivo do projeto e quais foram os métodos utilizados para a redação do livro: *Seberi: 109 Anos de História*, na mesma oportunidade também fica esclarecido o que teve preponderância e importância maior para os pesquisadores.

Este trabalho tem a missão de resgatar a memória do município de Seberi. Foi idealizado pelo prefeito Wilson de Mello, afinando-se com os objetivos da Secretaria de Educação e Cultura... Para essa finalidade, o Sr. Prefeito designou uma equipe que recorreu a 286 pessoas através de entrevistas, depoimentos e coletas de dados. O amparo oferecido pelos recursos bibliográficos nem sempre foi satisfatório, cabendo as entrevistas o papel preponderante.

Tomou-se o cuidado de aproveitá-las na sua forma original.

Importou, para a equipe basicamente, o comportamento dos grupos sociais como determinantes do fato histórico.²

A equipe formada por vinte e dois professores e mais 5 colaboradores. Os professores com titulação em diversas áreas do conhecimento, mas somente dois formados em história. Por não haver historiadores de grande renome e não apresentarem outros trabalhos na área da pesquisa histórica, podemos afirmar que todos os integrantes dessa equipe são diletantes.

¹ Mestre em Letras pela URI-FW.

² Este fragmento foi retirado do livro *Seberi: 109 Anos de História* (p.9). Os demais fragmentos retirados desse livro terão como identificação apenas o número da página.

Para se reportar ao passado a equipe de pesquisadores faz uso de uma bibliografia regional, mas principalmente das entrevistas e depoimentos dos moradores mais antigos de Seberi.

No primeiro capítulo foi feito um levantamento sobre as origens dos nomes dessa localidade: Boca da Picada, Rincão da Fortaleza, Fortaleza e Seberi. Nas entrevistas notou-se uma harmonia nas respostas sobre a origem do primeiro nome: Boca da Picada, mas a origem do nome Fortaleza trouxe uma série de divergências nas respostas dos entrevistados, alguns afirmam que o rio originou o nome do lugar, outros dizem que o lugar deu nome ao rio, no entanto a explicação que mais se repete é a da construção das fortalezas, que os habitantes e viajantes construía, para se protegerem das feras selvagens, dos assaltos e de possíveis ataques dos “bugres”.

Acreditamos que, devido à grande divergência entre os entrevistados em relação à origem do nome Fortaleza, uma das pesquisadoras, a professora Maria Diva Bazzanella Dalla Valle explica algumas situações que poderiam ter originado o nome:

Há muitas explicações divergentes para o antigo nome de Seberi, Fortaleza. A versão mais difundida explica o nome como uma alusão às paliçadas, cercas de pau a pique erguidas pelos mascates¹ e tropeiro² que chegavam à região e usadas para defender-se de índios bravios ou animais selvagens.

Já em depoimento colhido de Álvaro Galvão, filho de Domingos Galvão, líder maragato de Fortaleza, o mesmo alega que sempre ouviu dos antigos a explicação de que teria sua origem nas mudanças dos Jesuítas pela Região. Defendendo-se dos Kaigangs bravios eles e seus “domesticados” guaranis guardavam-se, cavando valas, formando as “fortalezas”... Há ainda quem explique o nome por uma relação geográfica. Normalmente os rios dão os nomes aos locais e não o contrário. Assim, Fortaleza viria do rio por tal denominado. (p. 16).

No segundo capítulo do livro, objeto de nosso estudo é feita uma análise da situação geográfica do município. O Senhor Osvaldo Sabino da Silva e o Senhor Altivo José Rodrigues, dois dos entrevistados contam que a área era abrangida pelo município de Seberi quando este ainda era distrito de Fortaleza.

Em seguida e com base em dados do IBGE e outros estudos é feita uma breve explanação do clima, do relevo, da vegetação e da hidrografia do município de Seberi.

¹ Vendedor ambulante de objetos manufaturados, joias, tecidos, etc.

² Condutor de um grande numero de gados, ou de caravanas de bestas de carga.

O terceiro capítulo do livro; Seberi: 109 Anos de História, intitulado: Histórico do Município relata para o leitor através das entrevistas a vinda dos primeiros moradores, o que tinha na então Vila Fortaleza e como funcionava e quem comandava a política na época.

A grande maioria dos entrevistados chegaram na vila Fortaleza, hoje Seberi, por volta dos anos 20, época em que acontecia a revolução de 1923 entre maragatos e chimangos. Lembram bem do trabalho da colonização do Dr. Frederico Westphalen, que hoje dá nome ao município vizinho de Seberi. O Dr. Frederico Westphalen, como era chamado pelos moradores da antiga Fortaleza, era amigo e homem de confiança do Coronel Valzumiro Dutra, chefe político da região de Palmeira das Missões.

O coronel Valzumiro e o Dr. Westphalen, segundo os entrevistados, eram seguidores da corrente positivista³, como também afirmava o entrevistado Mozart Pereira Soares no livro: *Seberi: 109 Anos de História*.

O Dr. Frederico Westphalen: Esteve presidindo a distribuição de lotes, para os colonos. Se nascesse alguém da família, o colono recebia mais um lote, se moresse não devolviam como faziam os incas⁴. Os familiares ficavam com a terra. Eram as ideias positivistas do Dr. Westphalen postas em ação (p. 40).

O coronel Valzumiro era um político respeitado e admirado pelos moradores da Vila Fortaleza, assim como seu amigo Frederico Westphalen. No depoimento de Manoel Moreira Barbosa encontramos algumas falas que exaltam o prefeito de Palmeira das Missões.

O coronel Valzumiro deu tudo o que pôde para o lugar prosperar... O Zanatta que era um elemento de muita confiança no município. Parece que uma vez ele foi processado e o coronel Valzumiro muito o ajudou. (p. 44).

Era o coronel que nomeava os sub-prefeitos da Fortaleza, como estavam em plena revolução contra os maragatos claro que o critério maior para se ocupar o cargo era ser republicano, ser amigo do Dr. Westphalen também contava bastante, pois esse podia interceder junto ao líder político.

Na política acontecia uma dominação dos poderosos sobre o povo, os líderes republicanos colonizavam e cobravam os impostos.

³ Seguidor do sistema filosófico fundado por Augusto Conte, só admite o método experimental, modo de encarar a vida somente pelo lado prático.

⁴ Povo que ocupava o Peru na época da conquista espanhola.

Outra questão que permeava na época era o da religião, pois não havia padre na Fortaleza, de seis em seis meses é que vinha um de Palmeira para realizar batizados, casamentos, benzer as casas e rezar a missa e logo voltava para a sede. Então alguns moradores se reuniram e foram a Santa Maria pedir para que o Bispo mandasse um padre para trabalhar na Fortaleza, o pedido foi aceito e veio para cá o Padre Victor Battistella. No depoimento do Dr. Osvaldo Sabino da Silva ele conta essa história e faz uma denuncia contra o reverendo:

Foi então que o Bispo mandou o Padre Victor Battistella para Fortaleza. Este não gostou do lugar e, reunindo-se com pessoas do Barril, voltaram a Santa Maria e disseram para o Bispo que a paróquia tinha que ser lá no Barril, e não aqui, pois lá tinha colonização de origem e aqui não. Segundo comentários que corriam na época, o Padre Battistella teria ganho dois contos e quinhentos para fazer essa opção (p. 33).

Neste depoimento percebemos um certo receio do entrevistado com o uso das palavras, pois ele usa o termo “segundo comentários”, mas não cita nomes e depois diz que o padre recebeu dinheiro para fazer uma opção, quando na verdade o que houve foi um acordo político, religioso e financeiro.

No capítulo 3, onde é feito um levantamento do histórico do município de Seberi, os entrevistados contam como e quando chegaram a Vila Fortaleza, quem já morava no lugar, como funcionava a política na época. Percebemos que a equipe organizadora escolheu pessoas que tinham alguma ligação com a história do município, por exemplo: o filho do primeiro comerciante, o neto do sub-prefeito, esposa do capitão da milícia, familiares do doador do sino e da imagem da paróquia, enfim os entrevistados foram todos pessoas com uma posição social elevada.

Nos depoimentos dos entrevistados também percebemos que os nomes citados eram sempre de alguém que representava alguma importância política, comercial, religiosa; ou seja, mais uma vez se percebe que a história fica fragmentada.

Quando usamos no parágrafo anterior o termo “fragmentada” para caracterizar a história de Seberi retratada no livro: *Seberi: 109 Anos de História*, estamos nos referindo a falta de elementos, que com certeza pertenceram naquela época, pois nem os pesquisadores entrevistaram índios, negros e biribas⁵, nem os entrevistados se referiram a eles em seus

⁵ Tropeiro de mulas.

depoimentos. Essas classes que simbolizavam a periferia histórica forma esquecidas no livro que conta a história de Seberi.

Com certeza quando começaram a colonizar essas terras algumas tribos indígenas já viviam no local, os colonizadores e desbravadores, usavam capangas e empregados que realizavam o trabalho pesado e essa gente não é citada no livro.

Na política se percebe que os entrevistados são oriundos de famílias republicanas e não falam dos representantes maragatos, de vez em quando citam alguns conflitos, mas não identificam nominalmente as famílias que simpatizam com essa corrente política e se a rivalidade da época na política era essa, seria normal que ambas tivessem seguidores e líderes em todas as províncias do estado.

Com depoimentos de pessoas antigas do município de Seberi foi feito um levantamento histórico sobre as consequências da revolução de 1923. Esse assunto norteia o capítulo 4 do livro que conta a história do município.

A revolução de 1923 foi uma batalha entre os maragatos e os chimangos (republicanos), entre os entrevistados somente um toma posição afirmando-se maragato, os demais contam histórias de perseguições e assassinatos. A maioria das barbáries eram cometidas, segundo as entrevistas, pelos maragatos que perseguiram e matavam os adversários.

Na entrevista do Sr. Sadi Missel para a equipe responsável pela elaboração do livro podemos ter uma noção de que foi a revolução de 1923 para os moradores da então Fortaleza:

Durante o período revolucionário de 1923, muitas mortes, roubos, pilhagens, perversidades foram praticadas aqui, por parte de elementos radicados no local, e que se prevaleciam das circunstâncias do momento, para amedrontarem os tímidos e desarmados colonos. Praticavam toda sorte de barbarismos, levando tudo o que podiam deixando muitos na miséria (p. 55).

Segundo Osvaldo Sabino da Silva, outro entrevistado, os maragatos eram os responsáveis pelas grandes pelas grandes barbáries contra o ser humano, e o desmando só encerrou com a revolução de Getúlio Vargas em 1930.

Normalizou com a revolução de Getúlio Vargas, que implantou a frente única. Em 30, ele tomou o governo de Washington Luiz. Em 32 os paulistas quiseram depô-lo. – Nova revolução – Aí ficou mais fácil para o Getúlio amassar os paulistas. Então, dali para cá veio normalizando, com a ditadura de Vargas, porque até o ano de 1930 era essa confusão (p. 56).

Segundo Osvaldo, o município poderia, se não fosse a revolução ser muito mais desenvolvido, mas os roubos e a criminalidade espantaram as pessoas para outros lugares.

O Senhor Altivo Rodrigues, afirma ser um maragato, sua visão é diferente dos demais entrevistados.

Os maragatos não perdem a revolução de 23. houve um armistício, uma acomodação com o governo, se não os maragatos peleariam muito tempo. Os maragatos não roubavam. Eles chegavam nas fazendas e pediam duas vacas para a “Força”, davam um recibo. A quem apresentou os recibos, o governo pagou. (p. 60).

Na região de Palmeira das Missões o grande líder da revolução de 1923, foi o coronel Valzumiro Dutra, todos os entrevistados conheceram ou ouviram falar muito sobre ele. Valzumiro era querido pelos republicanos e odiado pelos maragatos, esses diziam que o coronel perseguia e matava quem não era governista, mas tinha quem o defendia, os republicanos tinham no coronel a figura de um grande líder.

Figura odiada pelos maragatos da Fortaleza foi o coronel Valzumiro. Tão odiado pelos maragatos quanto venerado pelos chimangos, o comandante político da Palmeira, velha raposa política, era implacável com os adversários e desafetos. Em todos os depoimentos colhidos dos que conheceram, a simples menção do coronel Valzumiro provoca reações as mais contraditórias – nunca indiferença.

Todos se lembram dele, pessoalmente, ou de ouvir falar. Decididamente, tinha fama. Homem de muitas façanhas e artimanhas, tinha a seu mando um batalhão de correligionários e capangas.

Não tinha hesitação. Detinha o poder e usava até as últimas consequências. Atribuem-se a ele incontáveis assassinatos e arbitrariedades de que teria sido o mandante (crimes de que seus defensores o inocentavam veementemente). (p. 85).

O passado de Seberi foi marcado por trabalho, mas acima de tudo muita luta, confrontos políticos, desmandos uma terra longínqua onde não existia lei e todos faziam suas próprias regras. Valzumiro Dutra grande exemplo disso dominava essa região, o Coronelismo era a única hierarquia que se respeitava.

A revolução de 1923, foi um confronto entre gaúchos, os chimangos e os maragatos, o objetivo era decidir entre a república e o parlamentarismo, mas no fim o que mais aconteceu foram mortes e massacres.

A análise da Evolução foi o título do quinto capítulo do livro. Nesse capítulo foi feito um levantamento do progresso da cultura, educação, saúde, atividades sociais, economia do município desde a chegada dos primeiros moradores até o ano de 1988.

Os núcleos do interior do município foram citados como grandes elementos das manifestações culturais de Seberi.

A educação foi evoluindo, desde a primeira professora Dona Maurícia, quando os alunos passavam de livro e não de ano, escreviam nas pedras, depois a construção da primeira escola, até os dias de 1988 o município tinha 46 escolas, sendo 42 na zona rural e 4 na zona urbana.

A saúde também evoluiu em Seberi, pois os curandeiros e os chás eram as soluções na época da colonização, pois médico só existia na Palmeira e era difícil o acesso para os moradores da Villa Fortaleza, com o tempo começaram a chegar os médicos, o primeiro foi o Dr. Fürh, os remédios tinham que ser buscados em Palmeira, pois aqui só existiam os de homeopatia (xaropes de ervas).

O primeiro hospital de Seberi só foi inaugurado em 1931, fundado pelo Dr. José da Silva Josilco.

A população começou a crescer e a se organizar em comunidade, começaram a surgir as primeiras associações, o clube Fortalezense, a Paróquia Nossa Senhora da Paz e o Cemitério São João Batista.

Dona Hermínia Martins de Queiroz conta como e porque surgiu o cemitério.

O cemitério surgiu assim: Quando faleceu a esposa do Hugo Tonélio, que trabalhava como Zanatta, mandaram abrir a sepultura em Osvaldo Cruz, e o presidente da igreja não queria deixar enterrar a mulher lá. Aí nós levamos o corpo e resolvemos sepultá-la a qualquer custo. Na volta o João Queiroz disse: “Agora nós vamos todos escolher um terreno para o nosso cemitério. Eu vou dar a terra para enterrar todas as pessoas que morrerem aqui. (p. 73).

A economia do município tem sua base de sustentação na agricultura que tem a soja como principal fonte de renda, outros produtos como: milho, feijão, erva – mate, trigo e árvores frutíferas completam o ciclo da agricultura.

A pecuária também tem participação importante na economia e apesar de alguns latifúndios o que predomina em Seberi é o pequeno produtor e a agricultura de subsistência.

O capítulo 6 do livro é destinado às histórias contadas pelo povo e que se perpetuam desde os tempos da chegada dos primeiros colonizadores até os dias de hoje.

O objetivo deste capítulo fica bem especificado nas palavras da professora Maria Diva Bazanella Dalla Valle, uma das responsáveis pela elaboração do livro.

Propomos levantar a ponta do manto esquecimento e desvendar a história de Seberi – a história com h maiúsculo – mostrando a face obscura dos acontecimentos – na visão do povo que a tem apenas gravada na memória.

Se, muitas vezes, esses acontecimentos parecem se revestir de uma pontinha de imaginação, de fantasia, o que importa? A verdade, afinal, é uma dama de muitas faces. E, se é o povo que fala, ouçamos, que a “voz do povo, é a voz de Deus”. (p.79).

Muitos “causos” são contados, uns com fundamentos históricos, como é o exemplo do “Poço dos Degolados” em que os chimangos jogavam os maragatos presos na revolução de 1923, também de um antigo morador que com medo dos comunistas⁷⁶ não queria se deixar retratar, como foi se abrindo a Boca da Picada, a importância histórica do desbravador alemão Maximiliano Beschoren, as marcas deixadas pela revolução de 1923 e as chagas que refletem até hoje. O temido coronel Vazulmiro Dutra também é lembrado pelos moradores de Seberi.

Além dos “causos” com fundamentos históricos, também tem os folclóricos, principalmente os que tratam dos tesouros escondidos:

A crer no que dizem os antigos, muitos são os tesouros à espera de desenterro, em nosso solo. Mas atenção! Quem não acreditar, pior para ele! Segundo crença popular, tesouro só para quem tem fé. Só quem acredita neles, pode, num sonho, numa visão, receber uma pista, uma indicação, uma senha mágica... e ei-lo da noite para o dia, rico, riquíssimo, as mãos a mergulhar em panelas repletas de moedas de ouro, sonantes e ruidosas com o sol. (p. 90).

O capítulo 7 do livro retrata o movimento pró-emancipação, que era o sonho dos moradores de Seberi.

A Vila estava crescendo e já era um distrito com boa infraestrutura, capaz de lhe proporcionar autonomia política. O número de habitantes, o número de residências, a arrecadação tributária, a área territorial, tudo isso conspirava favorável a emancipação.

Com todos esses requisitos que viraram dezenas de documentos, a população foi se conscientizando das conveniências de obter a emancipação da vila. Assim surgiu, o movimento emancipatório, e a organização de uma comissão formada por pessoas da sociedade.

A diretoria da comissão ficou composta assim: Presidente de honra: Pe. Augusto Kolek; Presidente: Dr. Cyro Carlos Campani; Vice – presidente: Marcelo Zanchet; Secretário

⁶ Relativo ou pertencente ao comunismo (sistema econômico social, que visa estabelecer a comunhão de bens, com abolição do direito de propriedade. Antigamente a classe política dominante, aproveitando-se da baixa instrução da população, espalhava que os comunistas faziam diversas barreiras, como matar e comer crianças entre outras.

geral: Avelino Pedro da Rosa; Secretário: Peri José Missel; Tesoureiro: Avelino Rodrigues de Almeida.

Além dessas pessoas muitas outras também fizeram parte dessa equipe e tinham a missão de interceder pela emancipação junto às autoridades de Palmeira das Missões.

Percebemos mais uma vez a falta de alguns integrantes da sociedade, pois na diretoria citada acima não encontramos nenhuma mulher o que pode ser explicado se recorrermos a um passado não muito distante onde as mulheres não participavam da política, mas também não aparecem os índios e negros a julgar pelos nomes e sobrenomes eram todos pessoas que já ocupavam um cargo ou profissão importante na Vila.

A Emancipação de Seberi aconteceu por meio de um plebiscito, como conta o senhor Serafim Graciano Trentin:

Marcado o plebiscito para o dia 03 de outubro de 1958, data em que efetivamente se realizou registrou-se o seguinte resultado: 63% posicionaram-se favoráveis à emancipação 37% não assinaram. Este alto índice de abstenção deveu-se ao fato de que o comparecimento às urnas não se revestia de obrigatoriedade. (p. 96).

Depois dessa vitória nas urnas a justiça eleitoral encaminhou o resultado a Assembleia Legislativa que autorizou a criação do município. Ficou determinado a uma eleição para o dia 24 de maio de 1959, onde se escolheriam sete vereadores, prefeito e vice-prefeito. Após realizado a eleição e apurados os votos, a 4 de junho de 1959, onde se escolheriam sete vereadores, prefeito e vice-prefeito, após realizado a eleição e apurados os votos, a 4 de junho de 1959, às dezessete horas, na sede do clube Recreativo Fortalezense procedeu-se a instalação oficial do município.

Vejamos ainda no depoimento do Senhor Trentin, qual área foi desmembrada de Palmeira.

O desmembramento constou de área que pertenciam aos distritos de Erval Seco, Rodeio Bonito e da própria Palmeira que originou Seberi, com uma área de 622 Km²; como prova o demonstrativo do Departamento de Estatística. (p. 96).

Apesar de Palmeira resistir politicamente, a emancipação de Seberi ocorreu dentro da ordem e da paz e após o plebiscito mesmo sem vontade reconheceram e permitiram que Seberi se tornasse mais um município do Rio Grande do Sul.

Seu Jerônimo Hemielewski conta em seu depoimento à equipe organizadora o motivo da resistência de Palmeira.

Palmeira não queria nos liberar por motivos econômicos e políticos, pois para o lado que os Fortalezenses pendiam, Palmeira ganhava as eleições. Nós éramos mais ou menos 22.000 habitantes, contando com Erval Seco e Vila Cristal. (p. 98).

No oitavo capítulo, são expostas todas as entidades que o município adquiriu depois de sua emancipação até a data de 1988, as entidades que estão citadas no livro serão retomadas aqui e as que não existem mais serão explanadas.

Já existia desde os tempos da Fortaleza a Paróquia Nossa Senhora da Paz. No ano de 1945, foi inaugurada a Igreja Assembleia de Deus, que hoje conta com vários pontos de pregação no interior. Também se instalou em Seberi a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil em 1947. Todas essas religiões já faziam parte de Seberi antes da emancipação, foi a Igreja Adventista do Sétimo Dia, no ano de 1981 a primeira a se instalar depois da emancipação. Atualmente outros credos religiosos fazem parte da sociedade seberense, como umbandismo e espiritismo e outras religiões da doutrina cristã.

Na educação além da Escola Alfredo Westphalen que foi inaugurada em 1934, sendo a primeira escola do município e também do Instituto Estadual de Educação Madre Tereza, fundada pelas irmãs calvarianas em 1950, tempo em que Seberi era distrito de Palmeira. Em 1962, é fundada a Escola Municipal Dr. Horácio da Silva, em 1974 esta escola passou a ser estadual, no ano de 1979 passou a se chamar Escola Estadual de 1º Grau Incompleto de Seberi e mais tarde 1980 passou a se chamar Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Pedro Gemelli, nos dias de hoje a escola tem ensino fundamental completo.

Em 1988 ainda funcionavam mais oito escolas estaduais e 45 municipais no interior do município, também existe uma escola municipal no perímetro urbano.

Como obra social em 1985 foi criado um programa de assistência aos menores carentes o PAM (Projeto de Assistência ao Menor), hoje esse programa não existe mais, porém outros como: Projeto Criança do Futuro, AABB Comunidade, PIM (Primeira Infância Melhor) e outros cuidam dessa parte social.

Em 1983, foi criado o Conselho Municipal de Educação, em 1984 teve início a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Seberi.

Quando falamos em instituições sociais a precursora ainda na vila Fortaleza foi o clube Recreativo Fortalezense em 1939, foi nas dependências desse clube que Seberi viveu o ápice de sua história quando em 1959 se tornou município.

Devido à formação étnica e histórica de Seberi, entre seus habitantes sempre houve grande interesse em cultivar as tradições do Rio Grande do Sul. Com esta finalidade, em 1969, foi fundado o CTG Querência da Serra.

Em 1974, foi fundada a Sociedade Esportiva e Recreativa Bafo e seu principal objetivo era a união, lazer e dinamizar o carnaval seberriense. O Bafo foi o primeiro bloco de carnaval do município. Também em 1974 surgiu entre alguns amigos a ideia de uma sociedade Aquática e Cultural Seberriense, que começou ser construída em 1975 e foi inaugurada no ano seguinte.

Em 1979, mais um CTG se fundava na cidade “O Laçador”, essa entidade não se manteve.

No ano de 1981, surge em Seberi a Sociedade Esportiva Recreativa e Carnavalesca Irmãos da Esquina 800, essa sociedade tem como principal atividade o desfile com carros alegóricos no carnaval. O surgimento se deu da necessidade de dinamizar mais o carnaval, pois só existia um bloco. As inovações da Esquina foram introduzir uma temática no desfile e a bateria também foi uma inovação esquinista no carnaval de Seberi. Além do carnaval a esquina mantém times de futebol e futsal, participando dos campeonatos municipais. Eventos sociais como: bailes e participação em campanhas beneficentes do município também fazem parte do cotidiano dos esquinistas. Hoje a “Esquina 800” é a entidade mais popular do município.

Em 1977, foi inaugurada a Fundação Hospitalar Pio XII e a LBA (Legião Brasileira de Assistência), essa não tem mais funcionamento na cidade.

No ano seguinte foi criado o Rotary Club, que se extinguiu com o passar dos anos.

Ainda em 1967, com a necessidade de organização dos agricultores de Seberi, fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Seberi.

Os médicos Frederico João Cerutti, Edmundo Eliseo Reategui Navarro e Maria Risoleta de Brito Barbosa fundaram em sociedade a Clínica Médica Seberriense (CLIMESE), hoje essa clínica não existe mais apesar dos dois primeiros médicos citados ainda clinicarem no município.

A Associação Comercial de Seberi foi fundada em 1980 e hoje é Associação Comercial Industrial de Seberi (ACISEB), que continua auxiliando as empresas do município.

O futebol também faz parte da história de Seberi, pois em 1932 foi fundado o Esporte Clube Cruzeiro, em 1960 foi fundado o Independente Futebol Clube. O primeiro campeonato municipal de futebol aconteceu em 1984 e além de Cruzeiro, Independente, Bafo

e Esquina 800 outros 17 times do interior participaram do evento. O primeiro a sagrar-se campeão municipal foi o esporte Clube Ouro Verde da Linha Chico Domingos e o atual campeão é o Santos Futebol Clube do Lageado Bonito.

O último capítulo faz uma referencia aos prefeitos e seus vices que governaram Seberi desde 1959 até 1988. os vereadores que formaram o poder legislativo também são citados aqui.

No texto que se refere a cada um dos prefeitos e que tem de meia a uma página de extensão, aparecem apenas suas conquistas e realizações, não constam o partido, nem suas desavenças políticas, enfim passa uma imagem de que a política seberriense, depois da emancipação, foi algo tranquilo e promissor em todas as estâncias. O mesmo acontece com o promotor do livro: *Seberi: 109 Anos de História*, o prefeito Vilson de Mello, que não teve regalias em comparação a seus antecessores e ocupando um lugar proporcional aos demais.

Vejamos agora as administrações citadas no livro: Marcelo Zanchet e Arlindo Lasch (1959 a 1964); Túlio Luiz Zanchet e Arlindo Lasch (1964 a 1969); Casemiro Milani e Zanoni Hemielewski (1969 a 1973); Adilon Osório de Oliveira e Rui Figueiredo Pereira (1973 a 1977); José Alvez de Souza e Edmundo Eliseo Reátegui Navarro (1977 a 1982); Edmundo Eliseo Reátegui Navarro (1982 a 1983); Vilson de Mello e Luiz Wiechorecki (1983 a 1988);⁷

Esses são os prefeitos e vice – prefeitos respectivamente e que estão registrados no livro. Após a publicação Seberi teve mais cinco prefeitos e quatro vice-prefeitos que vamos citar agora: José Alvez de Souza e Casemiro Milani (1989 a 1991); Casemiro Milani (1991 a 1992); Luiz João Queiroz e Bottene (1993 a 1996); Alceo Bonadiman e Roberto Schmidt (1997 a 2004); Marcelino Galvão Bueno Sobrinho e João Luiz Queiroz (2005 a 2008); Marcelino foi reeleito (2008-2012).⁸

Em todo o livro o tempo histórico é tratado sem muita certeza, pois a base principal das historias são as entrevistas com as pessoas da comunidade, percebe-se mesmo que algumas contradições numéricas há uma relação entre os fatos históricos.

O livro: *Seberi: 109 Anos de História* mostra uma visão ampla da colonização seberriense valorizando os aspectos políticos, religiosos, sociais e econômicos.

⁷ O prefeito Vilson de Mello e seu vice Luiz Wiechorecki, governaram Seberi por 6 anos, porque em sua administração aconteceu a lei nacional que separava as eleições municipais das estaduais e federal em uma diferença de dois anos, o que acontece até hoje.

⁸ O prefeito Alceo Bonadiman e seu vice Roberto José Schmidt, foram reeleitos e por isso governaram oito anos seguidos.

A história é construída através de fontes orais, a linguagem é popular, pois se usaram bastantes termos regionais.

Alguns entrevistados apresentaram ufanismo outros não, o conflito mais evidenciado foi a revolução de 1923, onde surgem como anti-heróis, para a maioria da população, os maragatos.

Enfim o livro: *Seberi: 109 Anos de História*, relata os fatos importantes de Seberi desde sua colonização até 1988, ano em que encerrou a administração do prefeito Vilson de Mello, seu idealizador.

Referências

CMES/SMEC. *Seberi: 109 Anos de História*. Frederico Westphalen: Litoarte Marin, 1984.

HISTORIOGRAFIA REGIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA *TAQUARAÇU: NOSSA GENTE NOSSA HISTÓRIA*

Mack Leo Pedroso¹

O universo dos historiadores se expandiu muito nas últimas décadas. Dessa forma, a história ao mesmo tempo que se expande também se fragmenta, o que gera uma necessidade de orientação. Tal orientação direciona para a nova história.

O autor Peter Burke (1992) afirma que a expressão “nova história” surgiu a partir de uma coleção de ensaios editada pelo francês Jacques Le Goff. Assim, a concepção da nova história é preconizada pela França e está associada à chamada *École des Annales*, que agrupou em uma revista chamada *Annales* assuntos como economia, sociedade e civilização.

O autor Peter Burke expõe que essa nova história se originou “como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional” (1992, p. 10). Isso implica dizer que se prioriza a visão do senso comum da história, não para vangloriá-lo, mas para demonstrar que existem várias possibilidades de se abordar fatos históricos.

Ainda de acordo com esse autor, observando o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. Dessa forma “outros tipos de história – a história da arte ou a história da ciência – não fossem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados” (1992, p. 11). O preconceito existia por esses assuntos serem considerados periféricos e não serem prioridade dos historiadores.

Pensando em tal afunilamento historiográfico, a nova história começou a se interessar por toda a atividade humana, todos os aspectos têm uma história. A partir dessa visão, a história das ideias ascendeu muito. Com isso: “a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 11).

Nessa perspectiva, os historiadores tradicionais pensam a história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas. Ainda sob esse prisma, a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos; ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história.

¹ Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília, Brasil (2011). Professor titular do Centro Federal de Educ. Tecnol. de Pelotas - Unidade de Sapucaia do Sul.

Peter Burke (1992) complementa essa abordagem, afirmando que, segundo o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos; os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial e para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fontes.

Segundo o paradigma tradicional, a História é objetiva. Com isso cabe ao historiador apresentar os fatos aos leitores com a maior fidelidade possível. Na atualidade, esse ideal de registro histórico é considerado irreal, pois é muito difícil olhar para o passado apenas de um ponto de vista, o particular. É preciso deslocar o foco das atenções para vozes variadas e também opostas.

Seja como for, de acordo com Burke, a história nova deve preocupar-se com “toda a abrangência da atividade humana” (1992, p. 16). Então, a expansão do universo do historiador e o diálogo crescente com outras disciplinas, desde a geografia até a teoria literária, certamente são bem aceitos.

Aos historiadores que preconizam a nova história existem problemas de definição, porque os novos historiadores estão avançando em território não familiar. Assim, para eles, o maior problema é certamente o de fontes e de métodos. Isso porque há a tentativa de mostrar o comportamento e os valores de uma determinada sociedade, que não estão, muitas vezes, documentados.

A conclusão a que chega o autor Peter Burke é que a expansão do campo do historiador implica o repensar da explicação histórica, uma vez que as tendências culturais e sociais não podem ser analisadas da mesma maneira que os acontecimentos políticos.

Para complementar a discussão sobre os novos rumos de registro da História, é importante destacar a presença (ou surgimento) da história regional. Para discorrer sobre esse assunto, escolheu-se o autor Aldieris Braz Amorim Caprini, que conceitua, em seu texto, a história regional por ser uma referência para a identidade de uma região, pois se estuda o contexto histórico de determinado espaço. Para o historiador que se propõe registrar os trabalhos regionais é importante destacar as diferenças existentes nas regiões.

No artigo de Caprini, o autor destaca que o estudo regional oferece várias óticas de análise como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, que fazem aflorar o específico, o próprio, o particular.

Ressalta, ainda, o autor, que a importância da história regional é reconhecida uma vez que a história nacional possui parâmetros gerais, que confrontados com particularidades, nem sempre são condizentes com a realidade. Assim, o estudo regional auxilia no

estabelecimento de comparações de aspectos regionais e nacionais, ampliando visões e compreensão de aspectos específicos, o que possibilita, também, romper com estereótipos historiográficos.

Acreditando na importância da história regional, optou-se por estudar a obra: *Taquaraçu: nos 25 anos de Paróquia: nossa gente nossa história*, do autor Breno Antônio Sponchiado. A escolha justifica-se por se fazer parte dessa região e, também, pela crença na seriedade desse autor.

Breno Antônio Sponchiado nasceu em Taquaraçu quando ainda pertencia ao município de Frederico Westphalen. É filho de Maximino Sponchiado e Inês Tosetto. Coursou o primeiro grau no Colégio José Zanatta, na terra natal e em 1983 ingressou no Seminário Diocesano Nossa Senhora Medianeira, de Frederico Westphalen, onde cursou o segundo grau. Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição (1989), graduação em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo (1993), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003).

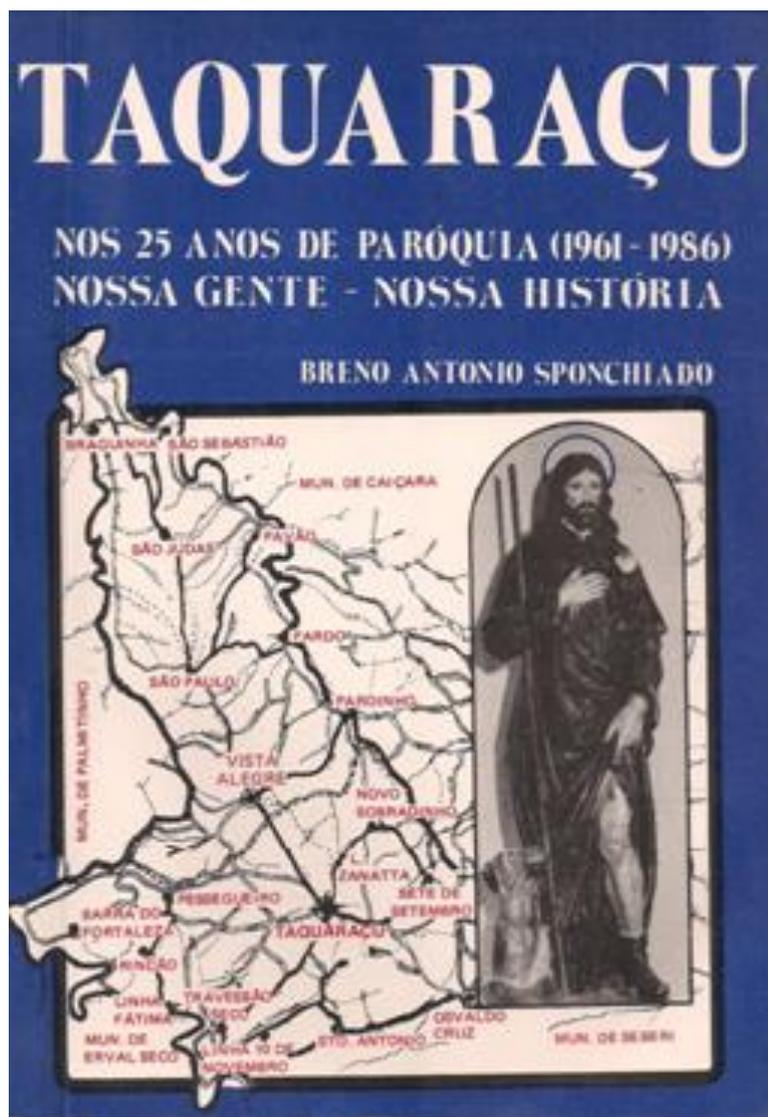


FIGURA 1- Fac-símile da capa da obra

Atualmente é professor titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus Frederico Westphalen e Membro de corpo editorial da Editora URI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga e Medieval. Atuando principalmente nos seguintes temas: Catolicismo e Política no RS, Italianismo, Biografia, Liga Eleitoral Católica, Frederico Westphalen - RS.

A obra, em análise, aconteceu devido ao fato do autor ser membro fundador do *Projeto Pró-memória*, do município de Taquaraçu, integrante do *Projeto Raízes*, de âmbito regional e componente da *Comissão Paroquial dos festejos do Jubileu*.

Na Introdução de seu livro, o autor Breno Sponchiado (1986) afirma que sempre foi fascinado pelas histórias contadas pelos anciãos da comunidade. Com o objetivo de

identificar, difundir e preservar essas histórias é que o autor, ao longo de vários anos, coletou dados, registrou testemunhos de antigos moradores e anotou dados históricos pesquisados em documentos oficiais.

De acordo com o autor:

uma tônica dessa obra é a PESSOA HUMANA, concebida como centro e protagonista da história e em seu derredor girando os fatos e feitos positivos e negativos que foram desencadeados por estes homens, ou por circunstâncias imponderáveis que lhe escaparam. (SPONCHIADO, 1986, p. 07).

A partir desse intento, o historiador apresenta uma obra dividida em seis capítulos, a saber: primórdios, colonização, Taquaraçu, Paróquia, nossas vocações e nossas comunidades. Nesses itens refere-se a um tempo histórico determinado. Analisa os anos de 1961 a 1986, como nesse período se formou e com quem se formou a localidade de Taquaraçu.

A linguagem utilizada nessa obra possui traços formais e informais. Os dados históricos, as descrições de paisagem, relevo, solo, clima, vegetação, biografias, leis e decretos apresentam linguagem formal, como nos exemplos que seguem: “Nossa região localiza-se na área da mesoregião do Meridional...” (1986:09); “A vegetação original é caracterizada, essencialmente, por formações *perenifolia mesófila* – Floresta Subtropical...” (1986:11); “Pelo ato municipal nº 30, de 15/11/1928 é criado o 13º distrito, com sede no povoado chamado Barril, que passa a chamar-se ‘Sede FREDERICO WESTPHALEN’” (1986:15); “Padre João Ferrari Manfio foi nomeado Pároco por provisão de D. João Hoffmann, de 19/02/1965 (L.I., fls. 21)” (1986, p. 49).

A linguagem informal, com interferência de opiniões e questionamentos, está presente quando o autor comenta sobre incidências políticas, relacionamentos familiares e/ou vizinhos, emoções pessoais ligadas a sua religiosidade. Esses exemplos podem ser percebidos nas seguintes passagens: “E a ‘Voz de Deus’ soou pela primeira vez. Que recordações e lembranças dos campanários das colônias velhas e da longínqua Itália?” (1986, p. 32); “Série de pequenos incidentes, em outras circunstâncias insignificantes, foram aumentando o azedume entre as duas correntes, tornando mais aguda a situação...” (1986, p. 37); “Chegara finalmente o ansiado dia da instalação da paróquia. Quanta espera... torcida... orações... Podemos imaginar, quem não viveu o momento, a alegria e gáudio que pairava nas pessoas em tal evento...” (1986, p. 43); “É motivo de alegria e orgulho nossa paróquia possuir numerosas vocações, tanto sacerdotais como religiosas. Nossas famílias portadoras de uma fé

robusta e morrigeriação, possuem ambiente fértil para o surgimento de mais operários para a Seara do Senhor” (1986, p. 57).

A obra do autor Breno Sponchiado (1986) oferece, ainda, ao leitor, aspectos relacionados ao meio ambiente e à forma como os colonizadores modificaram a região que escolheram para criarem raízes. Segundo o autor, esse contato aconteceu da seguinte forma: “Apesar do desmatamento e do povoamento intensos trazidos pela colonização, a caça e outros fatores de extinção de animais...” (1986, p. 13); “A mataria foi vencida a machado e a fogo, serras foram rasgadas a dinamite, coxilhas trabalhadas a picareta, aterros levantados a pá e transportados a carroça e a carrinhos de mão” (1986, p. 22); “Após ser toda a milenar mata depredada foram penetrando os primeiros moradores, mas isto somente nos últimos 3 decênios” (1986, p. 149).

Para a autora Juliana Bublitz, especialista em pesquisas sobre história ambiental, o processo de colonização no Rio Grande do Sul sempre causou impactos ambientais. Isso se evidencia, porque os colonizadores rumaram em direção às florestas existentes nessa região para constituírem novas colônias. Ainda segundo a autora, a busca por novas terras foi a tônica para a regeneração de algumas áreas. Essa atitude de degradação dos ecossistemas regionais foi utilizada sem que os colonos tivessem consciência que seus atos poderiam gerar futuros problemas de ordem ecológica.

Então, a importância do autor Breno Antônio Sponchiado é corroborada, uma vez que apresenta uma descrição histórica de uma localidade, confirmando que a nova história auxilia o registro de criação e perpetuação de comunidades pequenas, pela liberdade consentida ao historiador para desvelar particularidades e especificidades. Também, seu mérito reside no fato de que obras com aspectos regionais são registros históricos às gerações futuras para entender seu passado e construir o presente, além de conhecer suas origens e o desbravamento de seus antepassados. Ainda, merece destaque a articulação das palavras, envolvendo o leitor em aventuras inimagináveis e em crenças esquecidas.

Referências

BUBLITZ, Juliana. *Desmatamento civilizador: a história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul (1824 – 1924)*. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual>. Acesso em: 25 mar. 2008.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. (Biblioteca básica)

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. *Considerações sobre história regional*. <http://www.saberes.edu.br/artigo/texto_aldieris>. Acesso em: 24 mar. 2008.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Taquaraçu: nos 25 anos de Paróquia: Nossa gente Nossa história*. Passo Fundo: Berthier, 1986.

ALGUNS ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA PALMEIRENSE

Fabiana Garafini¹

Santo Antônio da Palmeira, do autor Mozart Pereira Soares é a obra historiográfica aqui analisada. A mesma relata vários aspectos relevantes sobre Palmeira das Missões e sua região. Como por exemplo o cenário histórico, o clima, vegetação, política, povoamento entre outros.

Mozart Pereira Soares (Palmeira das Missões, c. 1915 - Ijuí, 11 de dezembro de 2006) foi um veterinário, professor, historiador, advogado e escritor brasileiro. Formado em veterinária, fez curso de aperfeiçoamento em Buenos Aires em 1949, com o depois Prêmio Nobel de Medicina, Bernardo Alberto Houssay. Foi o primeiro professor de fisiologia da Faculdade de Medicina de Santa Maria. Depois, na UFRGS, foi, além de professor, diretor da Faculdade de Agronomia e Veterinária e vice-reitor. Diplomou-se advogado na UFRGS com 71 anos. Principais obras: *Erva Cancheada*, poesia regional, *Pastoral Missioneira*, uma narrativa sobre sua infância no campo *Tempo de Piá Meu Verde Morro*.

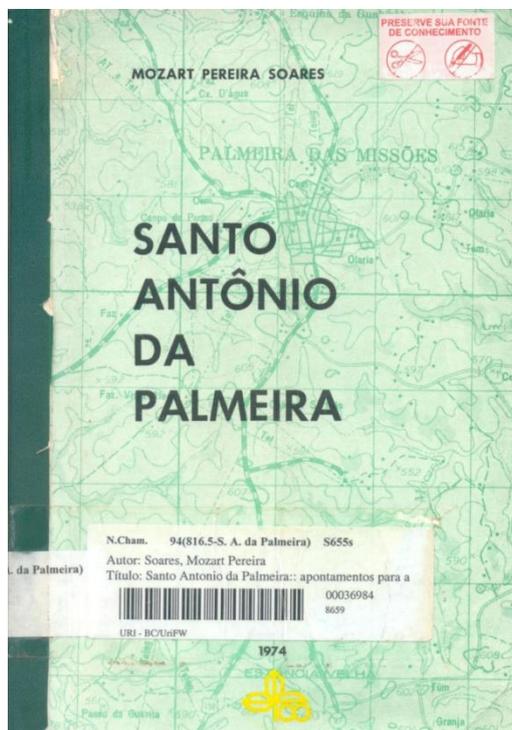


FIGURA 1 - Fac-símile da capa da obra

¹ Trabalha na Escola Cecy Leite Costa, na UNIASSSELVI; cursa disciplinas como aluna especial no doutorado da UFRGS. Email: fabigarafini@hotmail.com.

De acordo com as declarações do próprio autor, tentou em sua obra esboçar a imagem de sua terra natal. Suas riquezas sociais, políticas, seres humanos, tesouros naturais. Seu objetivo maior foi revelar fatos inexplorados, desvendar algo sobre o povoamento e a evolução econômica do município. Encontrar fontes, reunir material e tentar ordenar.

Acredita-se que o autor conseguiu alcançar seu objetivo principal de desvendar dados e encontrar materiais. Visto que a maioria de sua obra foi fundamentada em demais livros, documentos, fotos e algumas fontes orais, em que o autor coloca durante a narrativa. Percebe-se na citação a seguir, Soares relatando fatos históricos da região e de Palmeira das Missões a partir de dados já documentados:

Em 1867, outro viajante europeu, o milanês Henrique Ambauer Schutel, percorria precisamente a nossa região, da qual deixou interessantes observações, inclusive sobre o caráter dos habitantes, no Itinerário da Cruz Alta ao Campo Novo Província do Rio Grande do Sul, trabalho que lhe proporcionou a condição de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (SOARES, 1974, p. 12).

O autor utilizou-se de várias fontes, porém ele se impessoaliza, ou seja, não se inclui nos relatos históricos da narrativa, nas referências documentadas citadas. Não relata fatos de sua família antepassada. Somente em alguns momentos menciona Palmeira das Missões como nossa terra, sua também. Somente cita o apoio de demais pessoas no fornecimento de material porém a montagem e criação da obra pareceu ser somente sua.

Notou-se que o tempo histórico foi mostrando de uma forma cronológica. Inicia o livro mencionando o cenário histórico que Palmeira das Missões se encontrava na época da povoação: “Após esse quadro geral da região, apreciamos os dados específicos de Palmeira das Missões, em valores médios que abragem um período de 57 anos (1914-1971)” (SOARES, 1974, p. 26). Porém no decorrer dos relatos em alguns momentos a narrativa regride para anos anteriores e outros antecipa.

Uma outra característica que me chamou a atenção na construção de sua obra foi que sempre citou Palmeira dentro de seu contexto regional, estadual em alguns momentos federal. Visto que mencionou fatos incluindo as conquistas Palmeirenses a nível Federal, os contatos com o Estado de São Paulo, estadual e em especial praticamente em toda a narrativa com a região: “No Rio Grande do Sul, de modo especial em nosso Planalto, eles pertencem ao tipo “campinas”, ou seja, vestidos de vegetação graminácea, sem as árvores esparsas que caracterizam o tipo savana” (SOARES, 1974, p. 31).

Os fatos são relacionados uns com outros, de modo que é quase impossível falar de uma mesma cidade separando os relatos. Porém notou-se a organização do autor por subtítulos dentro dos capítulos, dedicando um para cada aspecto. Como por exemplo: Vegetação, solo, fauna entre outros. Mas não conseguiu falar somente daquele subtítulo sem mencionar outros aspectos. Também ao falar da política não consegue separar das realizações sociais, culturais.

Acredita-se que os personagens principais mais destacados foram; políticos e os guerreiros, lutadores que participaram das guerras. Os índios, escravos, brancos também foram mencionados. Notou-se que a menor atenção foi às mulheres e caboclos que não aparecem nos relatos. Quanto aos enfoques sociais, políticos, econômicos e religiosos menciona todos. Porém as dominantes durante a maior parte da obra foram a política e a sociedade. Me chamou bastante atenção que relatou pouquíssimas informações da religiosidade. Ao ler o título do livro, com o nome da paróquia de Palmeira das Missões, (Santo Antônio), tive a impressão de que o autor iria relatar bem mais detalhadamente a religiosidade, sua formação e influência na sociedade, na política. Por que será que o autor não detalhou este aspecto?

O livro é estruturado de forma bem direta, ou seja, somente há no início uma breve introdução denominada como “Recado a Palmeira”. Porém senti falta do índice ou sumário que só foi apresentado no final do livro. Também não mencionou a vida e obras do autor. Todavia no decorrer da narrativa organiza os capítulos de forma clara, com um vocabulário bem rebuscado, estruturado, sem gírias ou expressões típicas Gaúchas. A linguagem expressa na obra é culta, bem elaborada, com períodos curtos. Ao ler o livro notou-se que o micro-historiador não se posicionou criticamente, de modo que, somente relatou os fatos, sem mencionar sua opinião. Flores (1989, p.8) complementa afirmando que “sem crítica, o texto é apenas uma narrativa”.

A obra foi toda construída a partir de outros livros históricos, documentos próprios do município da prefeitura municipal, dados fornecido por documentos de amigos do autor e algumas fontes orais. Apresenta uma visão totalmente ufanista, evidenciando a vida dos heróis, cita vários deles, com suas qualidades e características. Porém, estes aspectos são tratados em consonância com uma ideologia. Por ideologia entende-se:

O conjunto de ideias acerca do mundo e da sociedade, que correspondem a interesses, aspirações ou ideais de uma classe num contexto social dado, que guia e justifica o comportamento dos homens de acordo com estes interesses, aspirações ou ideias (VÁZQUEZ, apud PESAVENTO).

Evidenciou as grandes manifestações dos heróis com bravura, força nos conflitos que enfrentaram. Apresentou fotos descrevendo a presença dos heróis na guerra, descrevendo a posição de cada um. De forma bem mais singela menciona também os anti-heróis, os mais sofridos como os escravos e índios. Porém não detalha seus sofrimentos, exclusões.

Ao contrário de todas as outras regiões, em Palmeira o chefe revolucionário não foi um fazendeiro poderoso ou caudilho a cavalo, mas um homem a pé, um agricultor de poucos recursos Leonel Rocha que, como bem observa Arthur Ferreira Filho, devia ter grande prestígio moral para manter arregimentados contra o Governo modestos agricultores, também de enxada na mão, como ele próprio. (SOARES, 1974, p.208-209).

Apresenta uma visão praticamente total positivista, durante toda a narrativa predominou uma visão evolucionista. Positivismo é um conceito que possui distintos significados, englobando tanto perspectivas filosóficas e científicas do século XIX quanto outras do século XX. O positivismo era a maneira de pensar positiva, realizar desejos. Do seu início, com Augusto Comte (1798-1857) na primeira metade do século XIX até o seu apogeu e crise no século XX, o sentido da palavra mudou radicalmente, incorporando diferentes sentidos, muitos deles opostos ou contraditórios entre si.

Para Comte, o Positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do Iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial - processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora incorporando-as em uma filosofia da história). Assim, o Positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte. Desta forma os positivistas se caracterizam como:

Os positivistas são materialistas porque adquirem o conhecimento através dos sentidos, deixando de lado os mitos religiosos e as abstrações metafísicas, estudando apenas a realidade. São deterministas porque acreditam em leis que determinam a evolução da humanidade em direção ao progresso. São evolucionistas por estabelecerem três estágios distintos de desenvolvimento social, sendo o presente uma herança dos antepassados. (p. 25).

Assim Mozart Pereira Soares apresenta Palmeira das Missões. Estudou em sua narrativa apenas representações dos acontecimentos relacionados com a realidade. Não

menciona representações ficcionais no decorrer da obra. Até porque na maioria dos relatos apresentou referências de suas afirmações. Apresentou uma visão extremamente crescente, de evolução, porém prevalecendo rastros do passado em seus diferentes aspectos.

Em suma, acredita-se que o livro foi bem elaborado pelo autor. Na leitura passei a conhecer vários detalhes relevantes da nossa história Palmeirense que não tinha conhecimento. Pode se dizer que o autor apresentou um panorama de Palmeira das Missões e região. Com relação a isto senti falta de seus relatos com relação à composição Palmeirense e seus desmembramentos. De modo que a maioria da nossa região pertenceu ou pertence ao município de Palmeira. Ao iniciar a leitura acreditava encontrar referências mais especificamente sobre minha cidade, Sagrada Família, desmembrada de Palmeira. Por que será que o autor não apresentou a composição e desmembramentos Palmeirense?

Ao ler o livro de Breno Antonio Sponchiado que relata fatos da região Norte do Rio Grande do Sul, nota-se que o autor exemplifica sua obra referindo-se à região também com uma visão positivista, citando vários autores que têm uma mesma maneira de ver os fatos, ou seja de modo evolucionista com aquisições e melhorias. Acredita-se que o autor coloca em evidência visões positivistas relacionando núcleos como partido republicano, populações indígenas, entre outros prevalecendo a ideia Conteana. O autor faz alguns questionamentos em relação a fatos não esclarecidos, mostrando diversas versões. Sobre o otimismo dos colegas autores da região coloca. “Na ocasião, Torres Gonçalves, representando o Governo estadual proferiu um discurso, onde destacamos seu otimismo quanto a colônia e seus elementos nacionais. (SPONCHIADO, 2005, p.152).

Citou-se a obra anterior para contextualizar o período e também a visão positivista que predominava na região Palmeirense. Mozart Pereira Soares também em sua obra ressalta uma visão otimista, visto que mesmo relatando fatos revolucionários entre os guerreiros da região percebe-se a intenção de engrandecer os feitos por Palmeira das Missões. “Um dos acontecimentos mais auspiciosos para a vida palmeirense, ainda acontecido no governo Frederico Westphalen, foi a instalação da Comarca, sem dúvida apressada pelos últimos conflitos ocorridos no município (SOARES, 1974, p. 237). Apesar da necessidade da comarca ser pelo fato dos vários conflitos, ressalta a conquista como ponto principal.

Conclui-se que Mozart mostra Palmeira das Missões com uma visão da realização de bons resultados, ou seja que apesar de conflitos, mortes, aconteceram muitos avanços no período em que narra o livro. Ressaltando assim os pontos positivos. Destaca-se aqui, também, o grande esforço e empenho que autor teve em encontrar e utilizar de maneira

objetiva toda essa vasta documentação Palmeirense mostrada na obra. Ao chegar ao término desta análise afirmo que me instigou sobre diversas questões de nossa terra que antes nem conhecia. Os primeiros imigrantes, as grandes influência política, entre outros. Senti falta e ao iniciar a leitura tive a impressão de encontrar relatos dos desmembramentos e religiosidade. As mulheres também praticamente não aparecem na história. Por que será que o autor se absteve disto?

Referências

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira: apontamentos para a história de Palmeira das Missões, comemorativos do primeiro Centenário de Sua Emancipação Política*. Palmeira das Missões, 1974.

FLORES, Moacyr. *Historiografia: estudos*. [S.l.]: Nova Dimensão, 1989.

PESAVENTO, Sandra J. *Historiografia e ideologia*. In: FREITAS, Décio; DACANAL, José; GONZAGA S. (Org.). RS: *Cultura e ideologia*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 60-88.

TOMAZ, Paulo César. *Leitura e uso das fontes no ensino da História*. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss05_07.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2009.

SPONCCHIADO, Breno Antonio. *O positivismo e a colonização no norte do Rio Grande do Sul*. Frederico Westphalen: URI, 2005.

NOVO TIRADENTES: UMA HISTÓRIA – ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA OBRA

Gabriela Cornelli dos Santos¹

“Por história, entendo antes
o discurso realizado
pelos historiadores do que ‘o passado’
(GASKELL, p. 238)”.

Carlo Ginzburg, em seu texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (1989), expõe, entre outras coisas, acerca das origens indiciárias da historiografia, que muito diferiu da ciência galileana, da qual muitas outras disciplinas, como a matemática e a física, seguiram um paradigma que não levava em conta o individual, o indício ou as pistas. Nesse sentido, cabe transcrever suas palavras ao se referir à historiografia como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto:

Justamente durante o século XVII, o enxerto dos métodos do conhecimento antiquário no tronco da historiografia trouxe indiretamente à luz as distantes origens indiciárias desta última, ocultas durante séculos. Esse ponto de partida permaneceu inalterado, não obstante as relações sempre mais estritas que ligam a história às ciências sociais. [...] Mesmo que o historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento é indireto, indiciário, conjectural (GINZBURG, 1989, p. 156-157).

A partir desta ideia de que a historiografia tem caráter indiciário, que se vale essencialmente do particular, analisaremos uma escrita de História e tentaremos detectar se as escritoras partiram do individual para reconstruir a história do município. Afinal, como dizia Tolstoi, quem conhece sua aldeia é universal.

Novo Tiradentes: uma história é uma obra historiográfica deste município da região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul escrita por duas mulheres: Nilse Dalla Nora² e

¹ Professora em Palmitinho e no magistério do Estado. Mestre em Letras pela Universidade Regional Integrada. Email: gabrielacornellidossantos@hotmail.com.

² Nasceu em 06 de agosto de 1945 em Sarandi, RS, veio para Jaboticaba aos 17 anos. É professora de História, Filosofia e Sociologia nas escolas estaduais de Jaboticaba e Boa Vista das Missões. Tem graduação em História, Especialização em Educação e Mestrado em História pela UPF.

Terezinha Genoeva Boff Pigozzo³. É a única obra de cunho historiográfico deste local e foi elaborada e publicada recentemente, em 2008.

O livro é bem apresentado e estruturado de forma que o sumário é bem objetivo, guiando o leitor acertadamente no que anuncia. Há prefácio, apresentação, introdução, o conteúdo historiográfico alternado com fotos, considerações finais, bibliografia e anexos, onde constam fotos extras, mapa e lei da criação do município. Também, a aba do livro traz um breve resumo da obra.

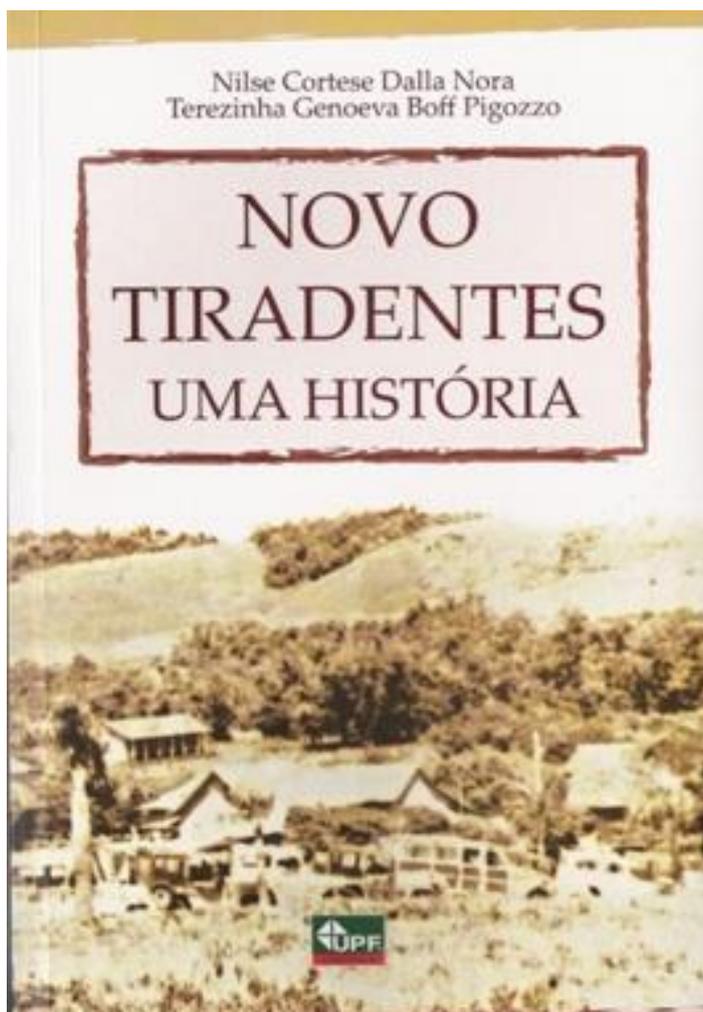


FIGURA 1: Fac-símile da capa da obra

A linguagem expressa na obra é culta, bem elaborada, com períodos curtos. Porém, há alguns casos de não adequação na passagem do discurso indireto para o direto:

³ Nasceu em 02 de outubro de 1954 em Palmeira das Missões. Possui graduação em Letras e, atualmente, é professora em Ijuí.

O primeiro professor de uma pequena escola, construída pelos moradores em 1952, foi Severo Fernandes, vindo de São Pedro do Sul no ano de 1954 e que no ano seguinte passou a lecionar na escola desta comunidade, para os alunos de 1ª a 5ª série. Severo afirma: ‘Trabalhou com esforço para transmitir seus conhecimentos aos alunos, procurando formar bons cidadãos’ (p.74).

O que o incentivou a seguir adiante nos estudos foi um acontecimento ocorrido na sua vida escolar: a professora da escola, Nair Zini, criou um concurso para eleger o rei da escola e Elemar foi o eleito. Ele precisou dançar com a rainha já eleita, por isso contei: ‘Entendo que esse fato me ajudou a desinibir, a falar em público’ (p.74).

A Apresentação e a Introdução do livro trazem-nos importantes considerações das autoras em relação ao objetivo da sua realização, aos sujeitos que contribuiram para a escrita e sobre as fontes que utilizaram como base e suporte para o estudo. No entanto, na Apresentação, pode ser percebida uma falta de revisão do texto por parte das escritoras, visto que esta parte vem assinada da seguinte forma: “As autoras”. Mas esta Apresentação foi sem dúvida alguma escrita por Terezinha Pigozzo apenas, tanto é que utilizou a primeira pessoa do singular: “Como filha deste pedaço de chão, descendente de uma das famílias pioneiras da história deste município, senti-me honrada em realizar em conjunto com Nilse Cortese Dalla Nora este trabalho.” (p. 14).

As autoras além de utilizarem fontes oficiais cedidas pela Prefeitura Municipal, elas se apoiaram intensamente em fontes orais, como afirmam:

Utilizada como fonte de recurso disponível para o estudo regional, a história oral evocou a lógica da memória através do relato de fatos que serviram como fonte para a reconstrução da história local. Vale afirmar que cada depoimento contribuiu e complementou a reconstrução histórica. Nesse sentido, a história oral apresentou-se como forma de captação de experiências de pessoas que, dispostas a falar, constituíram-se em agentes da história (p.110).

Além dos depoimentos, também utilizaram imagens sobre as quais comentam:

A utilização das fotos/imagens comprovou acontecimentos que marcaram não apenas o modo de vida das famílias, mas a evolução social e material do espaço trabalhado. Familiar ou comunitária, a fotografia registra a imagem real de um acontecimento vivido no tempo e no espaço. Serve também como lembrança daquilo que o tempo se encarregará de tornar histórico (1ª aba).

Dalla Nora e Pigozzo relatam que o objetivo do livro “é deixar às gerações futuras um resgate das raízes históricas de nossos antepassados” (p.13), “a história de vida e dos feitos de homens e mulheres que se aventuraram e trouxeram a semente do desenvolvimento e do progresso” (p.16).

De um modo geral, ao analisar a obra, notamos que elas conseguem atender ao objetivo de relatar a história de vida e feitos daqueles que povoaram Novo Tiradentes. Nela, há indicações dos primeiros habitantes (os caboclos) e a forma de ocupação das terras, os imigrantes (italianos, alemães), a formação da vila, as caracterizações religiosa, educacional, cultural e histórico-política, o processo emancipatório e um panorama da formação das comunidades. Todavia, para as autoras os primeiros habitantes daquela terra foram os caboclos e não os índios. Estes, aliás, são ignorados, pois não são mencionados em nenhum momento da obra.

Entretanto, as micro-historiadoras ao fazer somente o relato de tais vidas, costumes e feitos não se posicionaram criticamente e se impessoalizaram. Pois, é preciso recordar que para ser historiador, é necessário um posicionamento crítico na elaboração da história, conforme já anunciava Heródoto. Flores (1989, p.8) complementa afirmando que “sem crítica, o texto é apenas uma narrativa”.

Embora elas deem uma intensa relevância às fontes orais, distanciando-se dos historiadores positivistas de outrora, elas acabam por assemelhar-se a eles em algumas formas de agir, visto que, para os positivistas “os fatos históricos falam por si mesmos, resta apenas ao pesquisador coletá-los, ajeitá-los e colocá-los à mostra. A tarefa do historiador era apenas mostrar como realmente se passou. O saber histórico provém, dessa forma, do que os fatos contêm, e não da análise do historiador (TOMAZ, p. 1)”. E ainda, para Flores (1989), metodologicamente, o historiador positivista não emite juízos de valor para evitar o subjetivismo.

As escritoras, em suas considerações finais, acabam por ir ao encontro de algumas concepções positivistas, ao afirmarem “que é tarefa do historiador explicar o passado de maneira objetiva e racional” (p.110), descartando, talvez, toda uma porção de subjetividade que o ser humano predispõe “como um fato da vida humana, um fato da História” (AQUINO, 1980, p.36) e que, por conseguinte, nem o historiador está isento.

É inegável esta presença de subjetividade nos historiadores em diversas opiniões de estudiosos. Eles embora delimitam o espaço do historiador e do ficcionista, admitem que existem pontos em congruência. Para Peter Burke (1994), o historiador deve equilibrar-se entre estar calado à evidência e ter imaginação para interpretar fatos brutos.

Estamos já conscientes que a História é também uma forma de representação, no caso, do verdadeiro. Enquanto que a ficção é a representação do imaginável. Torresini (1996, p. 95) salienta a existência da subjetividade ao se fazer história, afirmando que “a tarefa principal de

um historiador [...] é criar uma explicação verossímil para o passado” e não verdadeira, posto que, a realidade não se permite repetir, mas apenas representar.

A narrativa construída pelas autoras contemplou os aspectos políticos, econômicos, culturais, religiosos e sociais baseados nos depoimentos orais e documentos oficiais. Porém, estes aspectos são tratados em consonância com uma ideologia. Por ideologia entende-se:

O conjunto de ideias acerca do mundo e da sociedade, que correspondem a interesses, aspirações ou ideais de uma classe num contexto social dado, que guia e justifica o comportamento dos homens de acordo com estes interesses, aspirações ou ideias (VÁZQUEZ apud PESAVENTO, p. 61).

A ideologia presente na obra torna-se evidente juntamente com a visão ufanista dos heróis, embora estes sejam considerados todos os antepassados que desbravaram o local, o coletivo: “povo corajoso e trabalhador, por cuja bravura merece ser chamado de herói (p. 14)”.

É uma visão evolucionista, pois transparece na obra sempre a visão de progresso, especialmente ao qualificarem os habitantes e o município Novo Tiradentes: “hoje município dotado de progresso, e em franco desenvolvimento” (p. 12); “a seguir transformado num grande município” (p. 16); “Também sempre houve por parte da comunidade uma grande participação nas missões religiosas” (p. 28); “Menciona-se o trabalho abnegado e desvelado dos primeiros subprefeitos e também dos primeiros vereadores que representavam o distrito de Tiradentes na Câmara Municipal de Rodeio Bonito, mandato exercido gratuitamente, sempre lutando pelo progresso e desenvolvimento de sua terra” (p.52); “Outro homem ilustre proveniente dessa comunidade é...” (p. 74), e outros tantos exemplos.

Mesmo quando as autoras levam em conta os problemas e entraves da evolução histórica, como a pobreza, o difícil acesso à saúde, ao comércio e à escola, tem-se a intenção de ressaltar a coragem e o esforço dos habitantes de enfrentar tais intempéries, reforçando a bravura de tais personagens. Violências, êxodo e imoralidades são realidades negativas que não são mencionadas na obra.

Podemos evidenciar que a ideologia presente na narrativa tenha aspirações políticas. A própria dedicatória do livro revela isso: “À Administração Municipal, pelo incentivo e apoio na realização desta obra”; o prefácio é elaborado pelo Secretário Municipal de Administração; há imagens de certificados, prêmios (prefeito empreendedor) e construções

públicas e, na orelha do livro, escreve-se: “Gestão: 2005/2008” e os nomes do prefeito e vice-prefeito.

Entretanto, há algo contraditório na historiografia das autoras. Como anteriormente dito, elas deram grande importância às fontes orais dos homens e mulheres, revelando assim, uma abertura plausível para a História Nova:

A história nova vai ampliar o campo do documento histórico, ela vai substituir a história fundamentalmente baseada nos documentos escritos dos positivistas por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos e todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais,... A partir da história nova tudo passa a ser visto como um possível documento (TOMAZ, p. 4-5).

As autoras, através das entrevistas, valorizaram a fonte oral definindo-a assim como documentação. Para elas “trazer para a escrita os relatos orais, dando voz às lembranças esquecidas, mas que estavam armazenadas na memória, é um desafio emocionante, pois torna vivas as experiências silenciadas nos documentos oficiais (p.14)”.

Contudo, devemos ter consciência de que a utilização de fontes orais, pura e simplesmente, não significa fazer história. Batista (2005, p.8) questiona se a utilização destas fontes realmente está proporcionando uma efetiva renovação nos estudos históricos. Pois:

[...] para que a inovação proporcionada pelas fontes orais seja efetivamente reconhecida, é necessário provar que realmente se trata de uma nova contribuição e que agrega uma metodologia e instrumentos de análises consistentes, confiáveis e generalizáveis às demais pesquisas da área.

Esta menção da verdadeira utilidade das fontes orais serve também para ilustrar o enfoque da fotografia que o historiador deve dar ao fazer a escrita da história. Borges (2005, p.44) diz que “o analista das imagens fotográficas deverá ter consciência do tipo de indagações que elas comportam. Caso contrário, sua entrada na pesquisa estará reduzida à mera ilustração.”

Primeiramente, em relação à consideração da oralidade na obra, as escritoras conseguiram trazer uma renovação ao estudo histórico. A fonte oral integrada à pesquisa partiu da necessidade de recorrer à visão e atuação dos indivíduos como agentes da história daquele município. Os depoimentos foram utilizados de forma coerente, considerando as múltiplas vozes, as quais propiciaram um maior entendimento dos aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e religiosos de toda a evolução histórica. Neste ínterim, ao

considerarem as fontes orais como reconstrução histórica, conseqüentemente, elas levaram em conta o papel da memória coletiva, tão importante na elaboração de uma obra historiográfica.

Quanto ao eleger a fotografia como suporte para a elaboração da sua escrita, as autoras também foram felizes na contribuição que as imagens trouxeram ao trabalho. Elas ajudaram a retratar as vivências daqueles habitantes que foram os desbravadores daquela terra, não sendo, portanto, meras ilustrações.

“Outra crítica da história nova aos positivistas está na noção de fato histórico. Para eles não há realidade histórica acabada (sic), que se entregaria por si própria ao historiador (TOMAZ, p. 5).” Aquino (1980), por sua vez, afirma que a atual situação da História é ser uma ciência em plena evolução e consciente deste fato. Em relação a isso, Dalla Nora e Pigozzo concordam afirmando que o seu livro “é uma obra inacabada e sujeita a sofrer complementações e revisões segundo outros olhares” e “a obra poderá, com o tempo, ser complementada ou modificada por outros escritos, que venham a aperfeiçoá-la”.

A intenção desta análise não é renegar a qualidade do município Novo Tiradentes nem de seu povo. Até porque sabemos que este município prosperou muito nos últimos anos, o qual já foi considerado muito pobre. No entanto, na escrita da história em *Novo Tiradentes: uma história*, faltou o posicionamento crítico, cujo emprego se faz necessário na realização de uma obra de tal gênero.

Os dados biográficos das escritoras também não foram expressos no livro. E tais dados são imprescindíveis ao analisarmos alguns motivos e modos de sua escrita, já que ela reflete o escritor. Foi necessário buscar de outra forma estes dados para que pudéssemos saber sobre carreira, formação acadêmica, etc.

Afora algumas inadequações, devemos levar em conta o trabalho das escritoras pela dedicação na elaboração das entrevistas, busca de fotos e documentos, deslocamentos, etc. Novo Tiradentes, pela dimensão de seu território e número de habitantes deve ser parabenizado pelo interesse que aguçou nas historiadoras, pois sabemos que municípios maiores não têm alguma obra historiográfica. Dessa forma, Novo Tiradentes sobressai-se de alguma forma por possuir um livro que faça um panorama da sua evolução, embora com alguns problemas, que poderão ser modificados na sua próxima edição.

Referências

AQUINO, Rubin S. et al. *História das Comunidades*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico SA, 1980.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Fotografia: desafios da interdisciplinaridade*. Revista Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 41-51, dez. 2005.

BURKE, Peter. Folha de São Paulo, set. de 1994.

DALLA NORA, Nilse Cortese; PIGOZZO, Terezinha Genoeva Boff. *Novo Tiradentes: uma história*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008. 122p.

FLORES, Moacyr. *Historiografia: estudos*. [S.l.]: Nova Dimensão, 1989.

PESAVENTO, Sandra J. *Historiografia e ideologia*. In: FREITAS, Décio; DACANAL, José; GONZAGA S. (Org.). DACANAL, José; GONZAGA S. (Org.). RS: *Cultura e ideologia*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 60-88.

GASKELL, Ivan. *História das imagens*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad: LOPES, Magda. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 237-271.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

PENNA, Rejane. *Avanços e perspectivas na utilização das fontes orais em historiografia recente*. *Revista do ICHLA*, Novo Hamburgo, v. 2, n. 3, p. 7-14, ago. 2005.

TOMAZ, Paulo César. *Leitura e uso das fontes no ensino da História*. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss05_07.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2009.

TORRESINI, Elizabeth Wendhausen Rochadel. *Reflexões acerca da História e da historiografia contemporânea*. *Ciências e Letras*, Especial, p. 95-100, 1996.

TERRITÓRIOS E TEMPORALIDADES EM XINGU: 100 ANOS (1897-1997): UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ

Carla Luciane Klôs Schöninger¹

“Os estudos micro-históricos nos dão consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente em suas vidas. Em troca, é o peso do tempo logo que é desvendado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontram em outras épocas e mesmo em outros lugares.”

Alban Bensa

Os estudos historiográficos têm apresentado recentes tendências com relação à metodologia e à prática da pesquisa. A investigação histórica tem possibilitado a inclusão de narrativas micro-históricas, as quais se debruçam preferencialmente sobre temas que durante muito tempo foram deixados à margem pela história convencional. Com isso houve a valorização da narrativa de indivíduos e comunidades. Nesta perspectiva propõe-se a análise da obra historiográfica *Xingu: 100 anos (1897-1997)* que aborda o processo de colonização do atual no município de Novo Xingu, numa conjuntura dos vários aspectos que compõem a história do povo xinguense. Para este estudo analítico tem-se como embasamento teórico Ronald Vainfas e Giovanni Levi que apresentam suas concepções sobre a micro-história e Roger Chartier em seu texto sobre a escrita do historiador.

Ao tratar de um estudo historiográfico é preciso considerar as transformações sociais que ocorrem ao longo da história. Nesta ótica, é imprescindível validar a evolução das mentalidades das sociedades e comunidades, as quais variam de uma para a outra, bem como, por ser parte do processo histórico se transformam com o tempo. A historiografia do século XX é marcada por uma extrema tensão social, num contexto capitalista, de lutas e revolta, tendo a Europa como palco da 1ª Guerra Mundial. A sociedade encontra-se em transição e o homem passa a se firmar como sujeito do conhecimento. Em pleno século XXI evidencia-se a busca por maneiras diferentes de compreender a história, deixando de se deter somente em grandes eventos e personagens. A preocupação passa a ser voltada ao “registro etnográfico e a busca das alteridades no tempo”, Ronaldo Vainfas aponta que a valorização da narrativa resultou em uma ‘popularização’ da biografia histórica, a qual tem tido considerável importância nas últimas décadas (Cf. VAIFAS, 2002).

¹ Trabalha no CAFW-UFSM. Mestre em Letras, área de concentração Literatura, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Professora de Língua Inglesa.

Roger Chartier caracteriza o tempo da história contemporânea como “Tempo de incerteza” numa referência às crises epistemológicas e inquietudes com relação aos feitos da história nos últimos anos. De acordo com o autor: “Essa ‘Nova História’ estava, portanto fortemente ancorada para além da diversidade dos objetos, dos territórios e dos costumes, nos mesmos princípios que sustentaram as ambições e as conquistas das outras ciências sociais.”

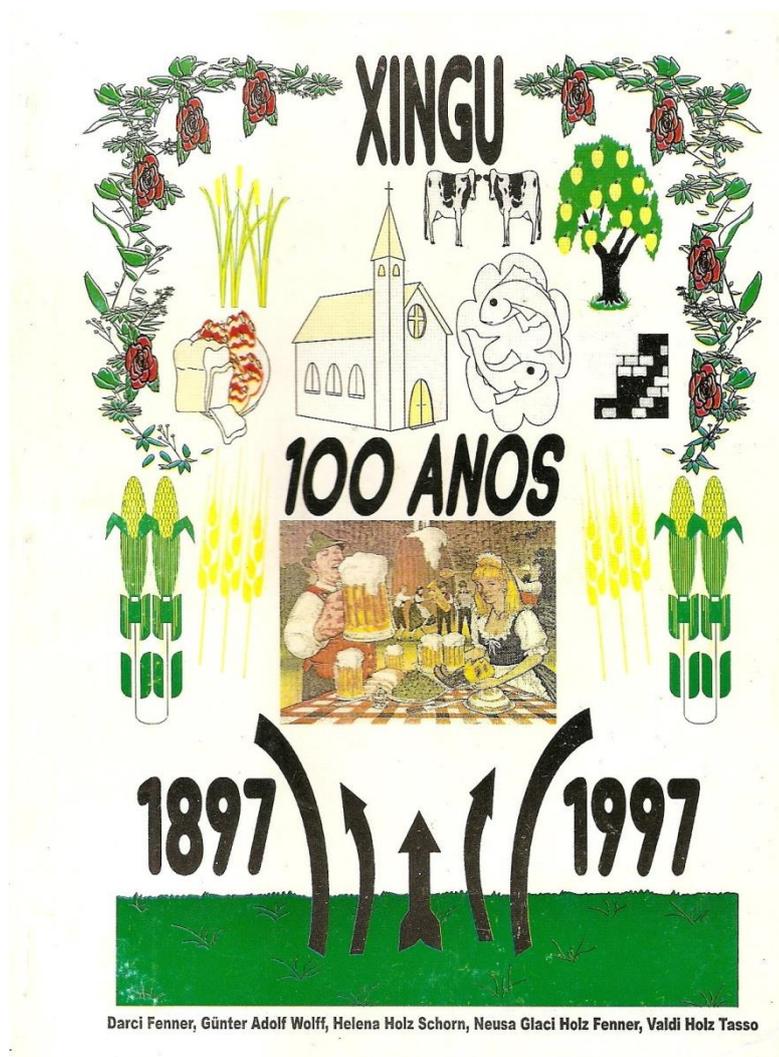


FIGURA 1 - Fac-símile da capa da obra

As certezas passam a ser abaladas e o historiador percebe que, independente da forma como se utiliza do discurso, a história é sempre uma narrativa, em que há ações representadas e articulação de um enredo. O historiador deve estar consciente e deve ser capaz de “reconhecer que as realidades passadas só são acessíveis através dos textos que pretendem organizá-las, submetê-las ou representá-las” (CHARTIER, 1994, p. 97-113). O texto

histórico, segundo o autor, só pode ser reconstruído através de representações, na consideração de que o passado enquanto tal não retorna. O discurso historiográfico apenas constrói composições e figuras de um determinado tempo.

Ao escritor do texto historiográfico admite-se que apesar de escrever, por vezes, na forma literária, este não faz literatura, seu papel é de “construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação dos resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto” (Ibid., p. 110). As novas abordagens dos historiadores encontram-se relacionadas à restauração do papel dos indivíduos.

Como resultado desse desejo de escrever sobre as situações vividas, surge a micro-história. Giovanni Levi refere-se a micro-história como uma “prática essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, 1992, p. 136). A análise se dá em situações particulares dos indivíduos e suas relações no mundo social. Ainda, segundo o autor “O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações de evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não-iniciado [...] A abordagem da micro-história dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas” (Ibid. p. 153).

A obra micro-histórica: *Xingu: 100 anos* é constituída por informações adquiridas por intermédio da pesquisa e coleta de dados a partir de relatos de vida. O discurso é marcado pela história da comunidade, além de histórias individuais dos pioneiros Carlos Dhein e Herrmann Meyer. O texto apresenta-se numa conjuntura que contempla múltiplos gêneros textuais como: biografias, diário, texto escrito a partir de relatos orais, texto com base em arquivos, documentos, notícias de jornais, escrituras, mapas e fotografias. Todo este arcabouço documental marca a história do imigrante europeu, que se fez brasileiro, gaúcho e xinguense, em uma trajetória marcada por dificuldades para garantia de habitação e cultivo de uma nova terra que era fértil e próspera.

O livro foi escrito por uma equipe de redação formada pelo secretário Darci Fenner e professoras Helena Shorn, Neuza Fenner e Valdi Tasso da Escola Estadual Gottfried Thomas Westerich e pelo pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil Ginter Wolff. Não há especificação quanto à elaboração individual do livro, os redatores, em uma entrevista, colocaram que a primeira parte: o esboço do contexto mundial da época foi feito pelo pastor Ginter Wolf, as demais partes que compõem o livro, segundo eles, teria sido

escrita de maneira coletiva. Já na introdução do livro os autores declaram a intenção desta produção.

Neste centenário da colonização de Xingu, apresentaremos um esboço histórico dos primórdios desta colônia até os dias atuais. O trabalho procura resgatar os motivos e as causas da imigração dos germânicos para o sul do Brasil. O leitor poderá viajar através do diário de Carlos Dhein, pela região de Mato Grosso, nascente do Rio Amazonas até sua foz, para compreender a relação de Dhein e Meyer com os nativos, suas aventuras e atribuição do nome 'Xingu', a primeira colonização por eles adquirida em 12 de novembro de 1987. (FENNER, WOLF, 1997, p. 05).

Numa reconstrução do tempo histórico, o discurso historiográfico da obra em estudo é iniciado com referência aos motivos e causas da imigração, o estudo passa a considerar a Revolução Industrial como desencadeadora do processo migratório dos europeus, pois com isso houve o êxodo rural, reformas agrárias fracassadas, colapso na produção agrícola, intensa industrialização e o crescimento desenfreado dos centros urbanos. Com o apoio da Igreja Evangélica, as organizações da Alemanha que se dedicavam aos imigrantes, o direcionamento da imigração fez-se voltado para as regiões de interesse do Estado alemão. Desta forma, iniciou-se em 1896 uma política sistemática de germanidade (*Deutschtumspolitik*) a qual se direcionava especialmente aos imigrantes do sul do Brasil: “Com a conservação da cultura alemã, de sua língua, música, canto e fé evangélica se queria manter o sentimento nacional nos imigrantes” (FENNER, 1997. p. 09).

A seleção dos trechos destacados pelos micro-historiadores da obra *Xingu: 100 anos*, com relação ao discurso de Meyer, demonstra uma visão progressista do território xinguenso. Como esta frase que Herrmann Meyer escreve em *Kolonial Zeitschrift* de Berlim em 21 de novembro de 1901: “Quando eu visitei, no ano de 1896, pela primeira vez o Rio Grande eu tive uma ótima impressão do desenvolvimento desta terra e numa curta permanência numa região colonial eu fui me convencendo de que aqui, em nenhum outro lugar no mundo, os alemães encontrariam a felicidade” (Ibid. p. 180). Meyer enfatiza as belezas, a fertilidade do solo xinguenso, a tranquilidade e a harmonia nesta nova terra da mesma forma que os autores desta obra, expondo uma visão romanceada do processo de colonização da Colônia Xingu.

Segundo as pesquisas, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) teve grande influência no processo de colonização. O pastor Faulhaber da Alemanha assumiu a celebração dos cultos, bem como, a atividade docente na Escola da Colônia Xingu. A ênfase dada a igreja Evangélica de Confissão Luterana torna explícita a relação de envolvimento dos redatores com esta comunidade cristã, já que todos são membros atuantes desta igreja. Por

serem redatores diretamente envolvidos com a fé cristã e com a educação da Colônia Xingu, estes acentuaram a importância da igreja na formação espiritual da comunidade.

É interessante a forma como os micro-historiadores deste livro de Centenário de Xingu conseguiram de maneira breve situar num contexto global, aspectos econômicos, religiosos, culturais e geográficos, esboçando um panorama do início da colonização de Xingu. Evidencia-se aqui, a preocupação do precursor Dr Meyer na formação de uma colônia que partisse de questões culturais, educacionais e religiosas. Tais traços, depois de 112 anos, ainda continuam presentes na comunidade. Este trecho, único especificado como de autoria individual, redigido pelo pastor Guinter Wolf, destaca a importância dada à educação e religiosidade em um contexto nacional conturbado por transições econômicas e produtivas.

Os capítulos dois e três são compostos por breves biografias de Carlos Dhein e Herrmann Meyer. A disposição sequencial das biografias seria melhor colocada se a de Dr. Meyer fosse inserida no livro anteriormente a de Carlos Dhein já que o fundador da colônia de Xingu teria sido Herrmann Meyer, sendo este o precursor. Carlos Dhein fez parte da expedição à Xingu no Mato Grosso à convite de Meyer. Ambas as descrições biográficas são interligadas e intercaladas entre o nome de um e outro; já que possuíam estreitas relações amigáveis e interesses comuns. Na biografia de Carlos Dhein consta: “Durante a expedição, Carlos Dhein granjeou a confiança de Meyer que o tratava como amigo. Combinaram então desenvolver a colonização de terras no Rio Grande do Sul” (FENNER, 1997, p. 22), bem como, na biografia de Herrmann Meyer encontra-se: “[...] iniciando-se a famosa expedição xinguaná, iniciou Carlos Dhein as primeiras compras de terras, em 1897, as de Xingu e Guarita” (Ibid, p. 25). Além de tratar de um retrato da vida dos dois, há, através destes trechos uma visível demonstração do interesse de ambos pela terras do norte gaúcho.

Ao citar estes dois nomes, evidencia-se a heroização de personagens que fizeram parte da história, mas que por sua vez, não a fizeram sozinhos. Ambos personagens foram idealizados neste texto micro-histórico. Os protagonistas da história do povo xinguaná tornam-se anônimos no momento em que somente alguns nomes são lembrados. Os protagonistas desta história são os colonizadores europeus que trabalharam arduamente para conquistar seu pedaço de terra e cultivar este chão gaúcho.

Em correspondência aos estudos de Giovanni Levi reitera-se a importância da inclusão de narrativas individuais para a compreensão de contextos e temporalidades históricas globais. De certo modo, analisando biografia de Herrmann Meyer e de Carlos Dhein, estes dois considerados os pioneiros da colônia Xingu, amplia-se a percepção quanto

aos extremos da colonização europeia no sul do Brasil. Estas micro-histórias refletem na história social de um grupo e também na própria história convencional.

A obra historiográfica em estudo também contém partes do diário de Carlos Dhein, o qual foi traduzido por Eugen Leitzke, sendo publicado por partes no jornal de 1980: *Notícia Ilustrada de Panambi*. Neste texto Carlos Dhein relata a expedição ao Xingu em Mato Grosso, eles estavam em doze pessoas, incluindo seu irmão Pedro e Hermann Meyer. Neste diário Carlos Dhein faz apontamentos quanto à flora, fauna, descreve o solo, ilustra as dificuldades por eles encontradas em meio à densa floresta, relata sobre os costumes indígenas, as relações deles com os índios, dos índios entre si e seu esgotamento e cansaço devido a malária. Ele critica o não aproveitamento das terras para plantio, numa desconsideração à cultura indígena do centro-oeste brasileiro: “O que falta aqui são colonos gaúchos do Rio Grande do Sul, pois existem aqui todas as possibilidades de em pouco tempo realizar-se economicamente” (FENSTERSEIFER apud FENNER, 1997, p. 29).

No dia 27 de junho de 1896, os expedicionários encontraram-se com os índios, espantando-se com o avanço dos indígenas Bacairis que se dedicavam ao cultivo de diversos produtos agrícolas. Carlos Dhein mencina em seu diário a relação que mantia com os índios: “Deve-se proceder com cautela e demonstrar-lhes que a gente veio como amigo, e não como inimigo. Quantas vezes desde 1882 me confrontei com índios no Mato Grosso, Goiás, Pará e Amazonas! Nunca tive incidente com eles, porque sempre me comportei como se fosse um irmão deles. É com a firme convicção de que tudo vai decorrer bem, que eu estou acompanhando esta expedição” (FENSTERSEIFER apud FENNER 1997, p. 34).

O destaque a estes trechos se deve ao fato de tornar mais evidente que a relação estabelecida com os indígenas ocorreu somente no centro-oeste brasileiro. Dhein menciona muitas vezes a questão da troca de benefícios entre brancos e indígenas. É nessa relação de trocas que os nativos de Mato Grosso permitiram a passagem dos visitantes pelas aldeias: “Os filhos da natureza, no Xingu, não alienam nada de graça” (Ibid. p. 460). A troca de benefícios entre índio e colonizadores tem sido demonstrada com o intuito de assegurar uma certa passividade neste relacionamento, mas sabe-se que muitas disputas ocorreram entre estes.

Através deste diário fica explícita a relação dos precursores da colonização de Xingu com os indígenas. A relação estabelecida teria ocorrido somente no estado de Mato Grosso, durante as expedições, os colonizadores mantinham contato com diversas tribos e seus costumes. Segundo os documentos apresentados, bem como, relatos dos antigos habitantes da Colônia Xingu, os índios nunca se instalaram nesta localidade, somente, muito distintamente

passavam pela colônia para vender seus artesanatos. O nome Xingu à Colônia deve-se exatamente a esta viagem feita ao Mato Grosso.

Aponta-se aqui, um deslize na escritura do capítulo que se refere à origem do nome Xingu, neste, consta mais precisamente, uma carta de Carlos Dhein ao Dr Meyer ao retornar a colônia Xingu. A incompletude do devido capítulo se deve, segundo a equipe de redação, a um erro da gráfica, pois a obra teria sido encaminhada de maneira íntegra para a impressão. O livro assim, não se encontra completo, o que desperta o desejo de se escrever uma nova obra historiográfica, mais atualizada, que aborde o Xingu, desde colônia até sua contemporaneidade: Novo Xingu como município.

Chartier ao destacar o papel do historiador, descreve que este deve ser munido de várias capacidades como: a de saber lidar com os dados e documentação, a equipe de redação da obra *Xingu: 100 anos*, fez uma excelente seleção dos principais documentos sobre a territorialização xinguese, neste livro consta: título de posse de Rita Maria (terras próximas ao rio da Várzea, adquiridas por Carlos Dhein), escritura de transmissão, documento oficial da distribuição de lotes de terra e trabalhos de Agrimensura (iniciados em 1898), neste trabalho procuravam observar a divisão dos lotes de tal forma que cada lote possuísse água de córrego, riacho ou rio (Cf, FENNER, 1997, p. 62).

A atribuição somente de Xingu tanto a colônia do sul quanto o território indígena no Mato Grosso, numa designação única pode provocar ambiguidade de sentidos a leitores que desconhecem a história da colonização do Xingu. Os redatores poderiam ter especificado sempre no decorrer do texto historiográfico “colônia Xingu” e Xingu (Mato Grosso), fazendo uma diferenciação entre o território indígena e a terra gaúcha.

No livro *Xingu: 100 anos* também se incluem notícias do jornal *Die Serra Post* (1920- 1925) editado na cidade de Ijuí- RS, em língua alemã. Os artigos jornalísticos são apresentados a partir da perspectiva de um morador da colônia Xingu, como os próprios redatores declaram: “Os artigos não estão assinados. Alguns artigos contêm apenas as iniciais L.M. É claro que os relatos são escritos a partir do ponto de vista do autor, certamente havia outras formas de interpretar e ver a realidade que não conhecemos por escrito. Mas em todo o caso, estes artigos nos dão um belo retrato da época” (FENNER, 1997, p. 68).

No decorrer da leitura das notícias, observa-se que não há a identificação do autor, em algumas, no entanto, há as iniciais, o que aguça a curiosidade do leitor a respeito de possíveis autores, quanto a identidade e relação estabelecida com a colônia xinguese. Foram selecionados para o livro vinte e cinco artigos no jornal *Die Serra Post*, destes somente cinco

possuem as iniciais L.M. como na notícia do dia 01-02-1924: “Nós temos um Estado culto que incentiva o progresso, nós vemos nos constantes aumento de impostos. Esperamos, pois, o melhor, prezado leitor. L.M.” (JORNAL DIE SERRA POST, apud FENNER, 1997, p. 76).

Outra questão é colocada em dúvida, será o mesmo autor que escrevera os outros vinte artigos? Do contrário, quem seria(m) o(s) autor(es)? Analisando em particular os cinco artigos, identifica-se que no dia 27-02-1923, um posicionamento político é exposto: “Os colonos de Xingu não querem saber de política. Eles não querem ser atrapalhados em seu trabalho pacífico. L.M.”(Ibid., p. 74). Numa ótica geral, os vinte e cinco artigos escolhidos pelos micro-historiadores são escritos em um estilo semelhante, abordando as mais variadas questões da colônia Xingu; evolução, diversão, economia, política e territorialização. Não há indícios que confirmem uma definição se seria(m) o(s) mesmo(s) autor(es) ou não.

O capítulo doze é dedicado especialmente às igrejas que foram e são parte da comunidade xinguense. Há um equívoco, no entanto, nesta parte do livro, ao se intitular “Igrejas” deveria ter sido incluída neste as demais igrejas que compõem a colônia, neste é feito somente referência às igrejas IECLB e Igreja Evangélica Congregacional, as demais informações, sobre a Igreja católica da linha Santo Antônio, que já estava na comunidade desde 1984, a igreja Metodista desde 1959, Igreja Assembleia de Deus na Linha Pietrobelli e outras, aparecem somente no capítulo dedicado às comunidades em particular. As descrições sobre estas ficariam melhor colocadas neste capítulo.

A igreja passa a ser ponto de referência da identidade da comunidade, o primeiro pastor da IECLB na colônia foi Herrmann Faulhaber. Primeiramente havia um Templo simples, na década de 1920 que se construiu uma igreja estilo europeu: “A igreja e a escola formavam um bloco na Colônia Xingu” (FENNER, 1997, p. 84).

Vários setores e grupos foram criados na IECLB, todos se referindo a trabalhos e atividades voluntárias, exigindo empenho e dedicação dos membros participante. Os vários grupos envolviam toda a comunidade, numa valorização dos princípios cristãos e culturais. Tais atividades ocorrem atualmente no município de Novo Xingu. Novamente há recorrência ao papel da igreja na formação da colônia de Xingu.

Quanto aos aspectos econômicos da colônia, poucas foram as páginas destinadas a este enfoque numa rápida citação dos primeiros comércios e indústrias. Várias das fábricas citadas não mais existem no local, como: fábrica de telhas, moinhos, fábrica de refrigerante e de polvilho. A terra era apropriada e fértil para o cultivo dos mais variados produtos agrícolas. Carlos Dhein diz: “Se conseguirmos comprar estas terras poderemos nos considerar muito

felizes, pois é uma terra maravilhosa, onde tudo cresce em abundância” (FENNER, 1997, p. 100). Destaca-se que assim como nesta citação, outras não trazem uma referência completa, faltando a identificação da obra que a citação foi extraída, o ano e a página. No que se refere ao caráter semântico da citação anterior, nota-se que os micro-historiadores querem demonstrar a partir de citações do próprio Dhein, o caráter explorador e interesses econômicos com relação à terra xinguense.

O último capítulo do livro trata da “Conjuntura atual do país”, neste fica clarividente o posicionamento crítico e político dos redatores: “Até os meios de comunicação, em geral favoráveis ao governo, concordam em que até agora, nada foi feito pelo social” (Ibid. p. 118). A equipe de redação inicia uma crítica ao governo da época, apontando a despreocupação com o assistencialismo público.

Sendo assim, destaca-se que uma obra historiográfica para ter credibilidade precisa ser escrita por autores que saibam produzir hipóteses; fazer tratamento dos dados e realizar críticas quando preciso for. Apesar de por vezes apresentarem uma visão heróica, progressista e romântica sobre os homens e sobre o território xinguense, acentua-se que os redatores da obra *Xingu: 100 anos* souberam formular hipóteses e fazer o tratamento dos dados num estudo aprofundado dos mais variados documentos históricos.

Esta pesquisa, por ser resultado do estudo dos mais variados gêneros textuais, tornou-se rica e diversificada, além de escrever o texto historiográfico utilizaram várias fotos, imagens e documento digitalizados. A utilização deste arcabouço documental intenciona o provimento de credibilidade à obra. Os micro-historiadores colocam seu ponto de vista no último capítulo do livro que trata da conjuntura do país no ano de 1997 em que criticam algumas atitudes governamentais, bem como, em alguns momentos, a falta dela.

Portanto, os estudos historiográficos ao incluírem na sua investigação as narrativas micro-históricas permitem ao leitor uma verificação mais próxima da realidade. Ao se estudar a história da comunidade xinguense em particular, e, ao mesmo tempo, situada num contexto global, compreendem-se melhor as noções temporais e territoriais acerca do processo da colonização alemã, não só da própria colônia, mas também do sul do Brasil.

Referências

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n.13, 1994, p. 97-113.

FENNER, Darci, WOLF, Ginter, et al. *Xingu: 100 anos (1897-1997)*. Constantina: Artes Gráficas, 1997. p. 05.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. A micro-história nos bastidores. In: PRIORE, Mary (Org.). *Os protagonistas anônimos da história*. Editora Campus, 2002

UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE O *HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA* – SINAIS E PISTAS EM BUSCA DAS ORIGENS

Rejane Seitenfuss Gehlen¹

A História é testemunho do passado, luz da verdade,
vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos.
Cícero

O aparato tecnológico e a vida pós-moderna não apagaram no homem contemporâneo sua característica de caçador. Por milênios, o ser humano aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas e sinais, transmitidos por gerações como um patrimônio de conhecimento e que resulta numa imagem controversa: o homem dos tempos líquidos repete o gesto de seus ancestrais e, agachado na lama, escruta as pistas não mias das presas, mas da própria história.

Essa tendência tem se acentuado nas últimas décadas e, paralela à busca pelo passado, conceitos como da história são revistos. Carlo Ginsburg, aponta o paradigma indiciário como recurso para rastrear pistas e sinais significativos num contexto. Nesse sentido, a história ao longo dos séculos não se constituiu uma ciência galeana, porque “a história manteve-se como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto” (GINSBURG, 1989, p. 156). O objeto do historiador é o conhecimento indireto, indiciário, conjectural, fruto de pesquisa, seleção e análise.

Maurice Halbwachs ao referir-se à modernidade e tradição afirma que o passado deixou muitos traços percebidos nos aspectos dos lugares, modos de pensar e sentir conservados e reproduzidos. O olhar atento revela que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas. A lembrança e a memória como reconstruções do passado com a ajuda de dados do presente, são assim caracterizadas pela historiador francês:

Certamente, que se pela memória éramos colocados em contato diretamente com alguma de nossas antigas impressões, a lembrança nos distinguiria, por definição, dessas ideias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada pelos relatos, pelos depoimentos e pelas confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado. (HALBWACHS, 1990, p. 71).

¹ Mestre em Letras pela URI-FW. Doutoranda em Estudos Literários na UFRGS, professora de Língua Portuguesa, Redação e Literatura. E-mail: rejanegehlen@yahoo.com.br.

Sob essa perspectiva passamos a nos reportar ao objeto central desse estudo, o livro *Histórico do Município de Chapada* (STEFFEN, STEFFEN, STEFFEN, 1984).² A obra em análise foi a vencedora de um concurso promovido pelo poder público municipal por ocasião dos vinte e cinco anos de emancipação, em 1984. Segundo a Secretária de Educação da época, o objetivo do concurso era “resgatar a história de Chapada, organizar um livro que pudesse ser referência para estudo e buscar aspectos esquecidos da vida dos antepassados.”³ A dedicatória do *Histórico do Município de Chapada*, revela que o texto vencedor coaduna-se com os propósitos do concurso: “Para o povo chapadense e em especial ao Douglas Vinícius que é sobrinho e filho, para que possam identificar suas origens” (Ibid., p. 1). Os autores do livro sobre a história de Chapada não são historiadores e, como diletantes, lançaram-se à pesquisa com intuito de reunir material significativo sobre a história do município jubilar, conforme evidencia o texto de introdução escrito por um dos autores:

Nossa preocupação neste trabalho (livro), foi levantar e pesquisar documentos de valor histórico, que possam servir à comunidade chapadense, especialmente estudantil, para que a memória das gerações anteriores fundamentem [sic] as bases do nosso presente e futuro. (Ibid., p. 3).

Em entrevista informal com dois dos autores foi-nos ratificado o intuito de compor um texto que servisse como suporte para estudos posteriores e fonte de pesquisa e conhecimento acerca dos primórdios da colonização de Chapada. Os autores também manifestaram desejo de atualizar o texto e disseram estar preparando uma nova edição, atualizada e ampliada, uma vez que atualmente há melhores condições de acesso a fontes documentais, aspecto que possibilita reformulação no texto em questão.

Conforme acima exposto, os três autores do livro não são ligados à área da pesquisa histórica ou da literatura. Sentiram-se desafiados, enquanto chapadenses, a contribuir para o registro da história do seu município. Trata-se de uma professora de Matemática, seu esposo engenheiro-agrônomo e seu cunhado funcionário público. Essa pode ser a razão pela qual não encontramos no texto a predominância de uma tendência historiográfica, trata-se de um trabalho diletante em que o critério de seleção de dados, por vezes, obedece a aspectos ideológicos.

² Todas as referências a esta obra ao longo do texto referem-se a esta edição, comemorativa aos 25 anos de emancipação do município de Chapada.

³ A citação é parte da entrevista realizada em maio de 2009 com a professora aposentada Nair Melânia Taube, Secretária de Educação na ocasião da escrita do livro.

Eric Hobsbawn afirma que em história, na maioria das vezes, lidamos com comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. “Teoricamente, cada geração copia e reproduz sua predecessora até onde se possível, e se considera em falta para com ela na medida em falha nesse intento” (HOBSBAWN, 1998. p. 22). No livro *Histórico do Município de Chapada*, o aspecto apontado pelo historiador citado transparece como uma preocupação, aspecto corroborado pela equipe organizadora do concurso, uma vez que, na época, havia no município a preocupação com a pouca identificação das gerações mais jovens com suas origens.

A obra, a partir de seu título, propõe-se a dar conta desse passado relativamente próximo cronologicamente, contudo distante em termos de memória e vivência dos hábitos dos antepassados. O texto revela que o objetivo proposto foi parcialmente atingido, uma vez que o histórico do município é algo cuja amplitude ultrapassa os espaços delimitados no texto. A composição da capa é significativa para a presente abordagem. Trata-se de fotografias de momentos relevantes da história de Chapada, desde a organização da vila de imigrantes alemães à imagem do prefeito da época da publicação do livro. A metáfora de um mosaico, na nossa avaliação, mostra-se pertinente para a composição da obra, por não haver uma análise ou interpretação dos dados coletados. São partes de um todo cuja articulação não está clara.

O livro está organizado por temas, dispostos, em sua maioria, segundo critérios cronológicos. Inicialmente é feita uma menção à origem do nome Chapada e após são citados aspectos da colonização tendo como referência a chegada dos imigrantes. Nas páginas seguintes são apresentados aspectos referentes à organização social, política e econômica, com destaque para a Revolução Federalista e o massacre de Boi Preto.

Na sequência são mencionadas a organização administrativa e as tratativas em busca da emancipação, bem como aspectos geográficos e religiosos. Além disso são apresentados dados quantitativos acerca da economia e produção da área a ser desmembrada de Palmeira das Missões e Sarandi. Também faz parte da obra uma extensa lista dos nomes dos membros da comissão emancipadora. Sob a ótica de que a história é feita pelos vencedores, são elencados todos os prefeitos eleitos ao longo dos vinte e cinco anos de emancipação com ênfase às obras realizadas. Anexados ao livro estão um mapa do município e um croqui das quadras e loteamentos do perímetro urbano, além de fotografias de pontos turísticos e fatos pitorescos recentes e passados.



FIGURA 1 - Fac-símile da capa da obra

A parte final da obra é constituída da relação de todas as escolas existentes no município naquele período e são citadas as entidades sociais, culturais e esportivas existentes então. Para finalizar, os autores citam Tópicos interessantes sobre os primórdios de Chapada, destacando diversos fatos e episódios com certo humor, como podemos observar no fragmento em que é relatada a visita de um chapadense a Porto Alegre onde pretendia comprar “sapatos de cidade grande”. “A balconista teve muita dificuldade para atender o freguês. Quando já estava desanimado entrou um homem calçando ‘galochas’ e o nosso conterrâneo mais que depressa falou ‘é esse o sapato que eu quero’” (Ibid., p. 75).

A história, tal como é entendida atualmente por um número significativo de historiadores, se define cada vez mais por uma reflexão dinâmica sobre as relações entre passado e presente e menos por um estudo do passado. A verdade imutável e inquestionável perde espaço para a compreensão de como o passado,

aquele vivido e sobrevivido em documentos e monumentos (Le Goff, 1994), rastros (Ricoeur, 1997), sinais (Ginzburg, 1989) e, mesmo lugares de memória (Nora, 1993) são pontos privilegiados de uma, também, compreensão do presente como tempo

que se coloca ao historiador como processo, como dinâmica que a todo momento sente, dentro de si, o deflagrar de um passado que convida à pesquisa porque exige do presente respostas e que deixa emergir ressurgências de si que impõem o repensar sobre memórias constituídas e vividas com uma intensidade política que movimentam diversos grupos sociais nas suas defesas de direitos e deveres de memória.(SANTOS, 2007, p. 83).

Sob esta perspectiva a obra em análise revela lacunas e um silêncio que se impõem e que mereçam ser analisados. Tomemos como ilustração a data de origem da colonização do município, apontada na obra *Histórico do Município de Chapada*. “Sabe-se que a região de Tesouras foi colonizada por Miguel Matt em 1915, que adquiriu as terras dos senhores José e Antônio Sampaio” (Ibid., p. 12). Em outro fragmento os autores assim se manifestam: “Mais ou menos, ao mesmo tempo em que Tesouras passou a Distrito de Palmeira (1944) [...] iniciou-se outra colonização, ao norte de Tesouras, mais ou menos na região hoje denominada Linha Modelo, na época Kaudebach” (Ibid., p.12). Ao longo do texto são citadas ainda muitas famílias como pioneiras na colonização, todas de origem alemã ou italiana. Sabemos por atos e registros legais que a história da atual Chapada é muito anterior a essa data, pois a região começou a receber peões para trabalhar nas sesmarias desmembradas em novas propriedades no final do século XIX.

Em *A trilha dos pioneiros*, obra histórica da Adari Ecker, podemos encontrar referência a negociações da área de sesmaria que deu origem ao município de Chapada em 1880. AS divisões sucessivas das terras deram origem à Fazenda São Luís, cuja sede conserva uma casa com mais de cem anos (ECKER, 2007, p. 314-320). Relatos orais de descendentes dos moradores das fazendas e sucessores dos peões dão conta de cerca de 300 moradores na região de Tesouras quando chegaram os imigrantes. A obra de Ecker aponta diversos proprietários cujos descendentes são ainda moradores da região sul do município e perímetro urbano. Contudo, no livro sobre a história de Chapada não há referência a essas famílias, evidenciando a opção pelo destaque ao trabalho dos imigrantes, incontestavelmente muito importante, porém não o único na construção do novo município. Outra ausência constatada no texto é relativa aos moradores da região norte do município, atual localidade de Boi Preto, limítrofe a Palmeira das Missões. Os caboclos e ervateiros muito pouco lembrados ou excluídos da pesquisa. Essa área do município não foi colonizada por particulares, trata-se de um projeto do governo, conforme observamos no texto de Mozart Pereira: “Não nos parece descabido considerar como início da terceira fase do povoamento de nosso município o ano de 1917, quando aqui se estabeleceu a Comissão de Terras e Colonização, e veio disciplinar o

crescimento demográfico incrementado desde então” (SOARES, 1974, p. 83). Na única menção sobre este acontecimento em Histórico do Município de Chapada podemos ler: “A (colonização) de Boi Preto foi semioficial, isto é, realizada sob certo controle do Estado através da ‘Comissão de Terras’ de Palmeira subordinada à Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas” (Ibid., p. 12). Percebemos neste ponto a preferência dos escritores chapadenses por relatar a história a partir das ações dos colonos e não dos caboclos.⁴

Uma análise possível para essas ausências, contudo bastante especulativa, é a identificação dos autores com a história dos imigrantes, por serem eles próprios descendentes desses pioneiros e os fatos pesquisados são parte das lembranças e memória de sua família. Além desses elementos que apontamos, há também a falta de referência aos índios e negros. Diversos objetos da cultura indígena foram encontrados na região do Distrito de São Miguel e fazem parte do acervo do Museu de Chapada, no entanto esse aspecto não foi contemplado. Quanto ao negro, os autores não fazem menção direta por ocasião da abordagem do tema da colonização. No aspecto organização social, temos o seguinte relato:

Certamente um dos primeiros impactos do colonizador, em sua maioria germânica, deu-se no contato com os originários desta região, na maioria de lusos, também chamados de ‘caboclos’ ou ‘pelo duro’, o que nos parece incorreto, desrespeitoso e até desumano. Em todo caso, o relacionamento social entre raças teve problemas sérios, o que foi agravado principalmente na última Guerra Mundial quando até o uso do alemão foi proibido e, diz-se, começou a chamar Tesouras de ‘Cairé’ como forma de gozação querendo significar ‘cai-de-ré’. Ainda hoje observam-se formas de discriminação entre raças revelando formas de racismo [sic]. (Ibid., p. 14).

Os autores referem-se apenas a caboclos, não a negros quando ambos habitavam a região e, os últimos em número considerável, especialmente nas regiões mais afastadas das vilas. Pouco se sabe sobre a história dos negros em Chapada e qualquer pesquisa neste sentido, embora urgente e necessária, encontrará dificuldades na coleta de dados, visto não haver registro e a memória oral estar na iminência de ser perdida.

⁴ Lurdes Grolli Ardenghi na obra *Caboclos, ervateiros e coronéis*, presentifica na designação de caboclo componentes étnicos, socioeconômicos e culturais., ou seja, moradores de áreas rurais que se dedicavam às atividades extrativistas ou relacionadas a culturas de subsistência, em roçados de pequeno porte. Outro conceito apresentado pela autora toma o caboclo como homem da terra: pequenos proprietários, agregados ou arrendatários, fruto da mestiçagem do índio, branco e negro. A autora caracteriza como colonos os imigrantes ou descendentes de imigrantes europeus que se dedicavam à agricultura em pequenas propriedades. São grupos distintos, reconhecidos como “do campo” e “do mato” (p. 22-23).

Consideramos haver um equívoco na referência à proibição do uso da língua alemã, que não se deu por fatores raciais, mas por questões políticas. Quanto à alcunha “Cairé” atribuída à localidade de tesouras, o fato ocorreu porque a nova vila (Chapada) vinha se desenvolvendo mais que o povoado primitivo que foi decaindo até ser preterido na escolha da sede do município. Quanto à parte final do fragmento citado cabe destacar que a mesma é bastante pertinente, uma vez que a discriminação racial existia no passado e mantém-se até a atualidade, embora de forma menos acentuada.

Ao relatar os aspectos folclóricos, os autores ratificam a visão unilateral anteriormente mencionada. “O tradicionalismo ainda continua em nosso meio. Uma destas tradições são os bailes de Kerper e festival de Chopps. Tradições estas, vindas juntamente com os imigrantes” (Ibid., p. 75). O fragmento revela uma incoerência conceitual, pois o termo tradicionalismo é usado como referência à tradição germânica cujas festas são o Kerb e Baile do Chopp ou simplesmente chope. As atividades tradicionalistas desenvolvidas pelo CTG Galpão Crioulo, fundado em 1977, não são mencionadas neste item da obra, estão descritas no aspecto Clubes.

A visão ufanista da história pode ser observada na forma como o município e seu povo são caracterizados na obra: “Chapada, a simpatia do Alto Uruguai, este é o cognome determinado ao nosso município, devido à hospitalidade, simpatia do povo chapadense” (Ibid., p. 75). A mesma postura podemos constatar no fragmento: “Chapada traz em seu seio a candura da hospitalidade dos imigrantes até nossos dias” (Ibid., p. 28). Esses excertos são significativos porque essa visão permeia grande parte da obra na qual praticamente não são apontados problemas e entraves, a realidade negativa é silenciada e a visão sobre os fatos é, predominantemente, unilateral. Não há contestação ou questionamento acerca dos acontecimentos citados, o que revela uma visão de história como algo imutável. A obra em questão possui inegável importância para o estudo e reconstrução da história do município de Chapada, entretanto, destacamos a necessidade de revisão do mesmo adequando-o aos padrões da língua culta, especialmente quanto aos aspectos concernentes à concordância e coesão textual. Reiteramos que não pretendemos desmerecer o texto, pois um trabalho de pesquisa como o feito pelos autores é um verdadeiro garimpo de informações, pois muitos documentos não são facilmente encontrados ou o acesso aos mesmos é dificultado por razões burocráticas.

Perspectiva oposta a acima analisada é adotada pelos autores ao relatarem o episódio da degola do Boi Preto, ocorrido em 1894, durante a Revolução Federalista. O fato é

apresentado com riqueza de fontes documentais e referência à obra Santo Antônio da Palmeira, já anteriormente citada. Os autores também ilustram o episódio com fotografias de trincheiras e do mato onde ocorreu a degola e fuzilamento, conhecido como Capão da Mortandade.

A Revolução Federalista de 1893 foi a mais bárbara e cruel do País, e uma das poucas de toda a História da Humanidade que eclodiu por motivos exclusivamente políticos, em que houvesse a mínima razão de origem econômica. Durante três longos e penosos anos, o sangue dos gaúchos voltou a encharcar os campos e as coxilhas. Mais de dez mil vítimas tombaram na hedionda luta fratricida. (Ibid., p. 17).

Após essa introdução segue-se uma extensa descrição da luta, análise das causas da possível traição entre os revolucionários e dados numéricos. A Revolução de 1923 também é mencionada na obra, sendo este um dos episódios que causou medo à população da vila em formação:

Houve saques a lojas e moradias, ora por um grupo, ora por outro. Houve mortes: a mais trágica foi a de Pedro Sefrin e seu filho que pagaram com a vida para salvar a honra da esposa e filha. Saqueadores pousavam nas matas e, à noite, roubavam gado. Anos mais tarde, em 1930, na revolução causada pela rivalidade entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes, por motivos de eleição para Presidência da República, jovens chapadenses marcharam para São Paulo, o centro da Revolução. O mesmo aconteceu em 1945, na Segunda Guerra Mundial, quando jovens chapadenses, incorporados à FEB, tiveram que lutar na Itália [sic]. (Ibid., p. 22 -23).

Através dos fatos relatados evidencia-se grande movimentação de tropas na região. Várias pessoas viveram ou têm conhecimento sobre os episódios por deles terem participado ou através dos relatos de pais e avós. Obras que se propõem ao registro da história de determinada localidade caracterizam-se, muitas vezes, pela recorrência aos relatos orais como fonte. Entretanto, nosso objeto de estudo se utiliza da voz do povo como forma de pesquisa. Consideramos que esses recursos são sobremaneira importantes no trabalho de reconstrução da história. Trata-se de mais uma ausência, um verdadeiro silêncio de vozes que têm muito a contar. De acordo com, Walter Benjamin, recebemos muitas notícias a cada dia e, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. Observamos que arte de narrar está em declínio e com ela parte da história vivida. Quem escuta está em companhia do narrador, mesmo quem lê partilha dessa companhia e parece-nos que há muito a ser dito, escutado e lido. O mesmo autor afirma que

o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer

ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia). O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer. (BENJAMIN, 1987, p. 203).

Dessa forma, a busca pelas narrativas orais é uma rica fonte de pesquisa para aqueles que pretendem fazer o registro da história e também para quem pretende conhecer seu tempo e a memória de seus antepassados.

A forma e conteúdo da obra analisada permitem-nos entender que os componentes regulativos da pesquisa estão mais próximos da forma heurística, procedimento de “buscar as fontes, cuja estrutura e teor de informações devem ser necessários e satisfatórios para a resposta ao questionamento histórico proposto e para a solução do próprio problema histórico” (DIEHL, 2001, p. 37). Quanto ao processo de pesquisa histórica, segundo o mesmo autor, a obra *Histórico do Município de Chapada* apresenta traços de pesquisa hermenêutica e analítica, uma vez que ao selecionar as fontes os autores emprestaram-lhe um significado e os restos do passado e os fragmentos isolados podem ser relacionados à tradição cultural do contexto que retratam.

Retomando o paradigma indiciário citado na parte inicial do presente trabalho, podemos tomar texto em estudo como uma micro-história, uma vez que faz um recorte minúsculo: a história dos indivíduos de uma comunidade num dado momento, numa redução da escala de observação. Contudo, “na micro-história a noção de contexto evita o divórcio entre a realidade abrangente (contextual) e a situação particular estudada (textual), sugerindo uma ideia de contexto que se limita às múltiplas experiências, contraditórias e ambíguas, por meio das quais dos homens constroem o mundo e suas ações” (VAINFAS, 2002, p. 118). Nessa perspectiva, o método de investigação e narrativa apresenta forte dimensão experimental, preocupado em vasculhar as estratégias individuais ou comunitárias de ação em um tempo histórico determinado. A obra analisada não apresenta todos os aspectos teóricos abordados, contudo é um primeiro texto sobre a origem do povo de Chapada que pretende ser uma fonte de estudo e pesquisas posteriores, conforme manifestação dos próprios autores. Reproduzimos o pensamento citado na introdução da obra e que julgamos sintetizar o pensamento da obra: “Povo sem tradição é indivíduo sem memória: não sabe quem é, nem donde vem, nem para onde vai. Fica solto no espaço e o tempo, sem raízes que lhe deem

apoio para firmar sua posição na história e sem a seiva vital que lhe vivifique a arremetida no sentido do progresso.”⁵

Referências

ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis – luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

GINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

STEFFEN, Roque Jacob; STEFFEN, Inês Maria L.; STEFFEN, Nelson S. *Histórico do Município de Chapada*. Passo Fundo: Editora UPF, 1984.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

SANTOS, Márcia Pereira dos. História e Memória: desafios de uma relação teórica. *OP SIS*, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007.

ECKER, Adari Francisco. *A trilha dos pioneiros*. Passo Fundo: Berthier, 2007.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Bels, 1974.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

⁵ Frase de Carlos Galvão Krebs – genearca chegado à colônia alemã de São Leopoldo em 15 de janeiro de 1826.

ROSTOS E RASTROS NO BARRIL 1954 – 2004 – FREDERICO WESTPHALEN

Terezinha Pezzini Soares¹

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo da construção histórica de Frederico Westphalen, realizada por Wilson A. Ferigollo, em *Rostos e Rastros no Barril, 1954-2004*. Esta obra resgata os fatos de como foi colonizada a nossa região, especialmente a Vila Barril, como ele mesmo escreve: “Com este trabalho, espero estar contribuindo com o resgate histórico da região, mas principalmente do velho Barril colocado à sombra e que serviu de local de descanso, nascendo uma pujante cidade” (2004, prefácio).

Ferigollo dedicou-se durante mais de uma década em pesquisas, entrevistas, informações, relatos, reproduções de fotografias, cópias de documentos, reuniões, viagens, telefonemas, verificando a exatidão de dados. Porém, a tarefa principal de um historiador não se reporta a relatar os fatos tal qual aconteceram, mas “criar uma explicação verossímil para o passado de um grupo que vive numa circunscrição política e geográfica. O resultado final desse esforço é o aparecimento das histórias oficiais das nações ocidentais” (TORRESSINI, 1996, p. 7).

A respeito do autor verificamos que foi membro ativo da comunidade frederiquense, na qual fez e ainda faz parte de vários segmentos da sociedade ao longo de mais de quatro décadas, como diretor, fundador, conselheiro. Instigador da criação de entidades sociodesportivas, culturais e religiosas, conselhos municipais, um cidadão prestador de serviços à comunidade.

Para melhor interpretarmos os fatos relatados neste livro, é importante buscarmos mais dados sobre o autor. Wilson Ferigollo nasceu em Frederico Westphalen (RS) a 19 de abril de 1939, iniciou sua vida estudantil na Escola Nossa Senhora Auxiliadora na década de 40. Coursou em nível de hoje, ensino médio completo, o curso de técnico em contabilidade.

¹ Mestre em Letras pela URI-FW. Trabalha no IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.



FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

Como primeira profissão, bancário, iniciando no Banco Agrícola Mercantil S.A., gerenciou a agência do Unibanco S.A., onde se aposentou. Há 38 anos, tem a coluna cativa do “O Jornal Alto Uruguai”. Foi correspondente da Empresa Jornalística “Caldas Junior”, de Porto Alegre, durante doze anos. Ligado desde 1957 à Rádio Luz e Alegria.

Rostos e Rastros no Barril 1954-2004 nos apresenta uma pesquisa de mais de uma década. Nesta obra está presente a história, o registro de fatos através de documentos e fotografias, que se apresentam de forma linear, fragmentado em títulos e subtítulos², com dados geográficos do Estado do Rio Grande do Sul, região e municípios. Esses estudos minuciosos do acontecer histórico são recursos adequados em que o historiador produz um

² Localização geográfica, conquistas tecnológicas, profissionais, emancipação, repartições públicas, educação, comunicação, saúde e anexos.

conhecimento que podemos nomeá-lo histórico ou historiografia. Para Croce (apud SPONCHIADO, 2009),

A historiografia é “a consciência que a história adquire de si mesma”. A história para Croce caracteriza-se pelo fato de que o historiador “vive de novo em imaginação os indivíduos e os acontecimentos”. Assim a matéria da história é, na essência, a expressão do pensamento e do sentir humano. O repensar e o reconstruir desvendariam as condições que permitiram a descrição e a interpretação da história.

Portanto, nesse estudo pretende-se denotar as concepções presentes na obra e relacioná-la com a visão de mundo do autor, sua posição perante os fatos narrados, pois,

O ato de historiar não é uma ação neutra, indiferente às concepções do autor, mesmo que assim o declare. O modo como conduz uma pesquisa revela interesses e visões de mundo. Assim torna-se imprescindível revelar as concepções próprias do escritor, o que será possível após análise de sua formação e de seu meio. (LADEVIG, 2008).

O criador e a criação têm relações mútuas no momento da construção da obra. A partir dessa ideia busca-se um melhor conhecimento sobre o autor. Como Ferigollo continua ativo em nosso meio, foi possível entrevistá-lo em 12 de julho e, portanto conhecer os motivos que o levaram a escrever esse livro, e qual a finalidade de relatar essa história.

Ferigollo relata que sempre gostou de História, foi sempre nota dez nesta disciplina, sempre gostou de ler e pesquisar. Quando trabalhava no Banco Mercantil ficava ouvindo as pessoas idosas contar histórias em italiano. Anotava tudo em bilhetinhos, mas, sem o nome destas. Começou a escrever esses relatos na coluna do jornal *O Alto Uruguai*, e passou a receber elogios. Sentiu-se, assim, motivado a elaborar um livro em que pudesse contar tudo o que ouvira.

Então, o autor passou a ouvir várias pessoas, buscar documentos que comprovassem seus relatos em livros de atas e demais documentos guardados em repartições públicas. Sua mãe, hoje com noventa anos, foi sua colaboradora, visto que esteve presente na história desse município.

Os motivos que o levaram fazer a historiografia foi poder preservar a memória dos pioneiros que construíram uma história. Conservar essas informações para não perder tudo. Ferigollo acha ser ele, a última geração a escrever essa história, porque também fez parte dela, viveu e acompanhou a maioria dos fatos. Conviveu com os empresários, foi membro da diretoria de vários segmentos e por isso pôde acompanhar o crescimento do comércio.

Ao adentrar nas páginas percebe-se a ênfase dada aos protagonistas, Monsenhor Vitor Battistella, o engenheiro Frederico Westphalen e o comerciante Vergínio Cerutti “[...] Padre Vitor. O líder dos líderes, Vergínio Cerutti, o homem do condão da sorte [...]” (p. 43) que se destacaram deliberadamente nos aspectos culturais, sociais, políticos, econômico, na evolução, no desenvolvimento da Vila Barril, hoje Frederico Westphalen.

O pároco foi responsável pela conquista de várias instituições que só trouxeram benefícios às pessoas que aqui viveram e vivem. O maior destaque está na Igreja Catedral. Enfatizou não terem sido reconhecidos seus méritos, pois morreu pobre, sem nada, foi abrigado pela família Girardello. Também destacou sua humildade em receber os inimigos, dialogar com eles.

Questionado o porquê dessa relevância, responde ser Padre Vitor Battistella, grande benfeitor, um líder que às vezes precisava impor suas ideias porque encontrava pessoas dispostas a discordar. Não aceitava contrariedades e isso trouxe benefícios à comunidade.

Então, se o Padre Battistella não aceitava contradições, poderíamos denominá-lo como ditador? Ferigollo concorda que na Igreja poderia ser assim denominado, pois nela, ele ditava as normas e as leis a serem seguidas. Relatou que no momento em que começava a celebração religiosa fechavam-se as portas e ninguém mais entrava. Também não permitiu que outras religiões na época fossem aqui pregadas.

Porém, na sociedade não o considera um ditador e sim, alguém que tinha o dom de persuasão. Conseguia convencer as pessoas a mudarem de opinião a respeito de qualquer assunto, política, trabalho, discurso, religião. O pároco fazia uso da religião nas pregações, nos programas da Rádio Luz e Alegria, com o propósito de convencer as pessoas, os colonos, como relata Ferigollo, a segui-lo e pensarem que o melhor realmente estava nas palavras do Padre.

Para melhor entendermos as colocações do autor em *Rostos e Rastros do Barril 1954 - 2004*, referente a Battistella buscamos outras considerações. Elenice Szatkoski, (1994, p. 41),

Monsenhor Battistella, pessoa polêmica, descrita por alguns como autoritário, ditador, prepotente, por vezes incompreensível, por outros, como um verdadeiro líder, persistente, arrojado, honestíssimo, grande arquiteto da história de Frederico Westphalen, homem a quem o povo deve respeito e gratidão.

Realmente não é fácil definir o Padre, pois são lhe atribuídos vários adjetivos. Sua liderança foi positiva enquanto impulsionador do desenvolvimento da comunidade, entretanto essa liderança provocou descontentamento e revolta de alguns segmentos e também de pessoas que aqui viveram e vivem.

Frederico Westphalen, engenheiro, ajudou no desenvolvimento em benefício dos pioneiros. Era uma pessoa que ajudava a todos. Lembra dele como uma pessoa boa e honesta.

Verginio Cerrutti era uma pessoa que Ferigollo considera ser um homem ousado, tudo que queria conseguia, tinha muita sorte, pois em tudo que colocava a mão, dava certo. Soube administrar e investir o dinheiro. Também não foi reconhecido pela sociedade porque não era simpático. Colaborou muito para o desenvolvimento da cidade.

Tanto na obra como na entrevista está presente a ideologia do autor, sua visão de mundo. Para (VÁZQUEZ apud PESAVENTO, 1980, p. 63),

A ideologia é, pois, uma concepção ou visão de mundo ligado a uma classe que traduz a realidade objetiva e formula conceitos sobre ela a partir dos interesses desta classe. Como concepção do mundo da classe dominante de um contexto histórico, dado a escala de valores desta classe se impõe sobre o conjunto da sociedade, apresentando-se como a verdadeira expressão da realidade.

A ideia de progresso, desenvolvimento perfaz toda obra, demonstrando que o autor tem ideologia ufanista, especialmente quando se refere aos Homens destacados acima, mencionados com evidência, com está colocado na p. 97,

Com a chegada do Padre Vitor em 12 de março de 1932, fixando residência na incipiente vila, surgia a grande força impulsionadora do desenvolvimento, trazendo progresso pelo seu alto espírito de liderança.

[...] Com a nova atividade o Eng^o Frederico Westphalen, como homem de visão, vê um meio de melhorar as condições sociais da região, proporcionando um melhor futuro e conforto as famílias da zona rural [...] (p. 32 e 33).

Verginio Cerutti, empreendedor nato, conhecido empresário que dava a impressão de possuir o condão mágico, pois aonde botava o dedo os resultados eram surpreendentes (p. 55).

Ao questionar Ferigollo em relação à sorte, ao condão mágico de Cerutti, relata ser um homem que tinha dinheiro, e soube como aplicá-lo para render mais. Conseguiu trazer muitas instituições, repartições públicas, benefícios à comunidade oferecendo dinheiro para cobrir despesas que outros povoados vizinhos não tinham.

A obra em estudo não deixa transparecer divergências políticas, como eram feitas as eleições, as propagandas políticas, eram todos unidos? O autor nos responde que, havia bastantes divergências políticas, inclusive entre o padre e Cerutti, mas, não colocou em seu livro porque na época em que estava escrevendo não tinha elementos para comprovar essas desavenças. Não tinha elementos para comprovar essas divergências.

Outro aspecto que transparece na obra como termo predominante do discurso é a tautologia da religião católica, fé cristã, na bravura dos migrantes, nos acontecimentos e eventos mais importantes destacados pelo autor na construção de Frederico Westphalen,

Os migrantes trouxeram consigo profunda fé cristã que no início foi um grande sustentáculo, enfrentando com resignação a nova fase da vida familiar. [...] O fato religioso, no início, contribuiu na formação das comunidades, que prosperaram de capela para a escola, para a recreação e organização social [...] (p.32).

Em 20.09.1935 a comunidade comemorou o Centenário da Revolução Farroupilha com programação especial [...] começando com uma missa campal na Praça da Matriz [...]

Monsenhor Vitor Battistella [...] O pastor cuida, guia e organiza as ovelhas [...] O texto do Evangelho de São João (10-1-13) era aplicado ao pé da letra pelo pastor [...] Continuar no mundo a missão de Jesus é tarefa da Igreja, devendo estar ligada aos problemas sociais [...] (p.174).

Ainda, no sentido de ideologia, convém comentar outro conceito de Pesavento (1980, p. 61), “Conjunto de ideias acerca do mundo e da sociedade, que corresponde, a interesses, aspirações, ou ideias de uma classe num contexto social dado, que guia e justifica o comportamento dos homens de acordo com estes interesses, aspirações ou ideias”.

Embora o historiador procure escrever de uma forma neutra, não o faz. Assim, Ferigollo está evidenciando seu pensamento subjetivo e também da classe dominante da qual estava vinculado. Os imigrantes, em especial os italianos, trouxeram sua crença na religião católica e a presença de um padre “líder” que guiava e conduzia os integrantes da sociedade civil, pertencentes a partidos, Igreja, sindicatos, indivíduos em geral.

Na entrevista questiona-se o título do livro, *Rostos e Rastos no Barril*, o autor justifica ser difícil aparecerem os rostos das pessoas na multidão. O livro mostra alguns rostos, alguns rastros, sinais evidentes de que alguns passaram por aqui. Pelos rastros quer mostrar o rosto, reconhecer esses homens.

Os rostos das mulheres também estão presentes na obra, destacadas por seu trabalho e não como impulsionadoras do progresso, crescimento do município. Menciona costureiras, parteira, professora, telefonista. Escreve um capítulo sobre a Beleza da Mulher Barrilense.

Questionado, o entrevistado nos diz que realmente naquela época, a mulher era submissa, vivia para a família e algumas obras sociais, sem muito destaque.

Ao finalizar a entrevista, Ferigollo, diz não se considerar um historiador, mas, por achar importante, procurou provar os fatos com cópias de documentos, atas, fotografia. Não tem curso de História, por isso foi muito criticado. Considera-se um curioso, um autodidata. Tem como virtude a facilidade de comunicar-se. Informa ter mais três livros prontos e alguns documentários. Registra seu agradecimento a José Fernandes Fortes e ao professor Breno Sponchiado.

Ferigollo se emociona na entrevista ao lembrar o passado do qual também fez parte. Considera-se feliz em poder colaborar e envolver-se na história frederiquense. Para Proust (apud SANTOS, 1871-1922, p. 5), “o narrador, então, passa a envolver-se na narrativa linear da história. A neutralidade do discurso do historiador acaba por ser superada. Há um autor determinando perspectivas, ou seja, um narrador que se posiciona diante dos fatos e narra”.

Tanto na obra como na entrevista, o narrador deixa transparecer a subjetividade na escrita. Esta história foi escrita de uma maneira espontânea, sem intuito científico, reproduzindo o que considerou mais importante e visível. Escreveu uma história pacífica lançando mão dos recursos disponíveis no momento.

Referências

FERIGOLLO, W.A. *Rostos e Rastros no Barril 1954-2004*. Frederico Westphalen: Pluma, 2004. 424p.

LADEVIG, F. *Mons. Vitor Battistella sob as lentes da história: uma análise historiográfica de painéis do passado*. Frederico Westphalen. Monog. Curso de História, URI- Universidade Regional Integrada, 2008.

PESAVENTO, S. J. *Historiografia e ideologia*. In: FREITAS, Décio; DACANAL José; GONZAGA, S. (Org.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre Mercado Aberto, 1980, 168 p.

SANTOS, R.C. dos. *História e Literatura: divergências, convergências*. *Revista História Hoje*, v.1, n. 2, dez. 2003.

SPONCHIADO, B.A. *Historiografia Regional: textos e contextos*. Frederico Westphalen: URI-FW, 2009. [apostila material didático].

SZATKOSKI, E. *História da construção da catedral de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Marin, 1994.

TORRESINI, E.W.R. Reflexões acerca da História e da Historiografia Contemporânea. *Ciências e Letras – Especial*, p. 95-100, 1986.

VAIFAS, R. *A micro-história nos bastidores*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 105-192.

QUEM CHEGA, QUEM SAI: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO SOBRE A NARRATIVA DE NILSE CORTESE DALLA NORA.

Suzana Raquel Bisognin Zanon¹

A história, se tem como etapa decisiva a escrita,
não é anulada por ela,
pois não há sociedades sem história.
Le Goff

Os estudos historiográficos têm contribuído ao longo dos anos para a interpretação, bem como a compreensão da construção da história nacional e regional, a qual permite evidenciar tanto a escrita da história de grandes metrópoles como de pequenos municípios, há pouco emancipados.

Pode-se dizer que a historiografia subjaz no seio da história, história essa que enaltece as ações humanas ao longo do tempo dentro de uma determinada época e espaço. Outrossim, o estudo historiográfico permite originar um olhar microanalítico sobre os fatos históricos, adaptando-se dessa forma ao que pode ser chamado de micro-história. A respeito disso, Vainfaz nos lembra que “a microanálise se debruça sobre um universo onde as individualidades e motivações se multiplicam, por vezes de forma avassaladora, e com isso alarga-se a margem de imprevisibilidade e de possibilidades de interpretação” (VAINFAZ, 2002, p. 130). Nesta perspectiva microanalítica, por sua vez, os fatos e personagens até então largados às margens e considerados minorias assumem agora o seu lugar nessas narrativas micro-históricas.

Sob este ponto de vista, acredito que seja pertinente no decorrer deste artigo, não me referir à escrita da história como um mero relato, tampouco como reprodução, mas sim, uma reconstrução do momento histórico, pois creio que o historiador não reproduz simplesmente a história, mas a reconstrói por meio de seu trabalho de pesquisa.

Várias são as obras, as quais se detêm em reconstruir com maior nível de veracidade a história de colonização e formação de municípios de determinadas regiões do Rio Grande do Sul, tal como a obra de Nilse Cortese Dalla Nora *Quem Chega, Quem sai: a política de distribuição de terras no Rio Grande do Sul - caso de Jaboticaba*, livro que será o objeto de estudo do presente artigo, que referenciar-se-á à escrita da história, ou seja, a historiografia.

¹ Mestre em Letras. Trabalha na Faculdade Borges de Mendonça e Faculdade Decisão, em Florianópolis, SC. Cursa Doutorado em Ciências da Linguagem na UNISUL. E-mail: su09zannon@yahoo.com.br.

Nilse Cortese Dalla Nora nasceu na cidade de Sarandi, Rio Grande do Sul, no dia 06 de agosto de 1945. Filha de pais italianos, veio para a cidade de Jaboticaba quando tinha 17 anos de idade, pois seu pai, em busca de uma vida melhor para sua família, havia se mudado para Jaboticaba quando Nilse ainda tinha 10 anos de idade. Em 1964, começou a lecionar no interior do município na escola Estadual Paulo Amaral. cursou a faculdade curta em Estudo Social e, posteriormente faculdade plena em História na Universidade de Passo Fundo, Especialização em Educação na URI de Santo Ângelo e, por fim, Mestrado em História Pela Universidade de Passo Fundo. Atualmente a autora ministra aulas de Sociologia, História e Filosofia na Escola Estadual de Educação Básica Padre Francisco Goettler, no município de Jaboticaba, e Escola Estadual de Ensino Médio Lucilla Nogueira, no município de Boa Vista das Missões. Dalla Nora, além de publicar sua dissertação de Mestrado, transformando em livro – *Quem Chega, Quem sai: a política de distribuição de terras no Rio Grande do Sul - caso de Jaboticaba* publicado em 2006 , também publicou em 2008 o livro sobre a história do Município de Novo Tiradentes intitulado *Novo Tiradentes: uma história*.

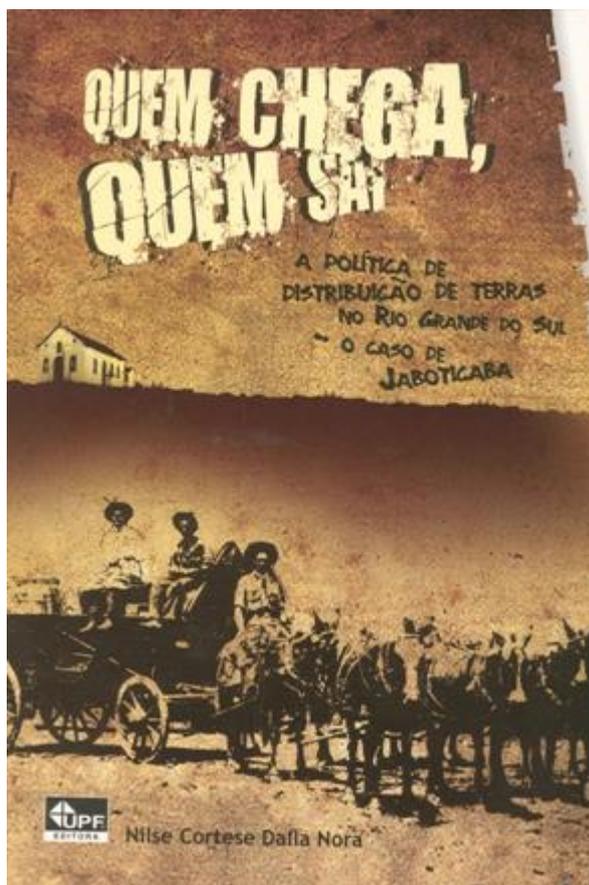


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

O Livro de Dalla Nora, *Quem Chega, Quem sai*, foi fruto de sua dissertação de Mestrado, a qual gira em torno da temática da distribuição de terras da região de Palmeira das Missões. Também ressalta como se deu a colonização no município de Jaboticaba, “um município que se localiza no Noroeste do rio Grande do Sul, na região do Médio e Alto Uruguai [...] pertencendo a Palmeira das Missões como distrito até 30 de Novembro de 1987.” (DALLA NORA, 2006, p. 11).

Em entrevista realizada com a autora do livro, a respeito da perspectiva em que o escreveu, Dalla Nora diz que:

Procurou-se ao construir a história local, analisar a atuação dos governos do Rio Grande do Sul, no que tange à distribuição de terras e os trabalhos realizados pela diretoria de Terras e Colonização no Norte do Estado-onde se destacou a política do Partido Republicano Rio Grandense e a ação dos coronéis. Abordaram-se aspectos significativos da história agrária do Rio grande do Sul, canalizando os fatos até confluir no processo de emigração e colonização da região em foco. Recorreu-se ao estudo das fontes escritas, documentos e imagens encontrados. Relevante foi a contribuição da história oral, uma vez que serviu de base para a reconstrução da história local. Houve a necessidade de filtrar os fatos a fim de que os dados coletados se tornassem objetivos. (DALLA NORA, 2009, entrevista).

Em nota introdutória do livro, ao se reportar aos pressupostos teóricos de Loiva Felix a respeito da escolha da metodologia a ser adotada pelo historiador e o seu método científico e histórico, a autora diz que, “no desenvolvimento do presente trabalho preocupamos seguir esses princípios, deixando que o processo se desenvolvesse de forma natural na busca exploratória de conhecimento” (DALLA NORA, op. cit. p. 16).

A referida naturalidade se mostra na obra de Dalla Nora, na medida em que esta não segue uma rigorosidade no recorte de fontes históricas para o desenvolvimento do trabalho, sendo que, utiliza tanto documentos históricos, relatos orais, explorando a memória, a qual nas palavras de Tedesco, “é essencialmente um ato de evocação, isto é, o ato de “recuperar mentalmente” a imagem; portanto é um ato de representação do real que se dá através de imagens mentais, pois o passado enquanto tal não volta. Ele retorna apenas na lembrança [...]” (TEDESCO, 2002. p. 23).

Importante mencionar que *Quem Chega, Quem Sai*, foi resultado de um trabalho que obteve orientação metodológica e científica em prol da construção de um trabalho acadêmico de Pós Graduação *Strictu Sensu*. Para tanto, há de se convir que a narrativa não revela sinais de subjetividade da escritora, mas sim racionalidade e lógica, devido ao trabalho ser de cunho científico.

Sobre esta questão metodológica, faz-se relevante mencionar que a autora, seguida de orientação acadêmica, não se utilizou em seu percurso historiográfico de arsenal teórico considerado grandioso, ou seja, ela não emprega teoria de autores renomados e bem como considerados clássicos de teoria histórica, mas sim, utiliza-se de suporte teórico pertinente a seu trabalho de pesquisa contando com autores contemporâneos, como consta no exemplo: Considerando que, conforme Loiva Félix, “a extração da erva-mate foi a riqueza econômica primordial da região, mantendo essa importância ao longo do século XIX e durante a República Velha, entende-se que o comércio desse produto constituía-se num meio de sobrevivência dos caboclos [...]” (DALLA NORA, op. cit., p. 114).

Este livro conta com orelha, introdução, apresentação, escrita pela Professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, sumário e considerações finais, o que contribui para a credibilidade organizacional e metodológica do livro. O título, *Quem Chega, Quem Sai*, é sugestivo, ou seja, implica a saída dos primeiros habitantes do município de Jaboticaba – os índios e caboclos – na medida em que os descendentes de imigrantes chegavam em busca de melhores condições de vida colonizando o local.

Os personagens centrais do livro não coincidem com minorias, mas sim, na maior parte da narrativa há indivíduos que marcaram o seu tempo por serem privilegiados pelo poder, tais como Getúlio Vargas e coronel Juca Lau: “A questão da distribuição das terras em Jaboticaba está diretamente relacionada com o poder público local. Nesse sentido, faz-se necessário mencionar a figura do coronel José Pedro Rodrigues, conhecido na vida política do norte do estado como ‘Juca Lau’” (Ibid., p. 131).

A metodologia a partir do quarto e último capítulo sofre alterações, visto que, aparecem nesta reconstrução histórica, várias famílias principiantes do município em questão, ou seja, de uma forma coletiva, contando com seus relatos e testemunhos de sua chegada no município.

Aurélio Zanon chegou a Jaboticaba no dia 04 de maio de 1945. Conversando com Aurélia Zanon, sua esposa, ela nos contou que a família se dedicou à agricultura e que, em 1945, quando se mudaram para esta localidade, as terras eram cobertas de mato, de modo que tinham de abrir picadas nele[...] Ao saírem de Nova Palma, já tinham trabalhado muito, mas continuavam pobres e com cinco filhos, o menor com apenas um ano de idade. (Ibid., p. 155).

O texto também explora, de maneira objetiva, as realidades negativas da região no período de 1930 quando o Rio grande do Sul foi marcado pela ditadura Getulista, a qual

segundo a escritora, repercutiu em dificuldades na obtenção de terras pela parte dos colonos pobres que viviam da agricultura.

[...] a partir do governo de Getulio Vargas e com seus sucessores, os assuntos da colonização do estado sofreram uma mudança radical, tornando-se compreensível também o fato de, na inspetoria de terras do Norte, muitos colonos pobres somente terem legalizado suas terras apenas após a promulgação da lei n 1542, criada pelo então governador Ernesto Dorneles [...]. Getulio Vargas representava para o povo a esperança de conseguir, através de sua benevolência, alcançar melhores condições de vida diante do momento de grave crise nacional. Porém, o chefe da nação revelou-se autoritário, e as mudanças aconteceram no país com um novo tipo de desenvolvimento capitalista, que passou de agrário e comercial para o industrial e destinado ao abastecimento interno. (DALLA NORA, 2006, p. 89-90).

A obra em questão reproduz o contexto da região Norte do estado, visto que, a colonização de Jaboticaba se deu por vias do ano de 1940, constando nesta abordagem a vinda dos primeiros descendentes de imigrantes na região – os italianos: “Com a vinda dos descendentes de imigrantes italianos [...] deu-se a ocupação das terras que eram habitadas por caboclos” (Ibid., p.142).

Neste encadeamento de ideias, a historiadora também se reporta de forma genérica, às minorias existentes na região em meados de sua colonização, como os índios e caboclos, conforme mencionado: “a ocupação da terra foi feita por três comunidades: A indígena, a cabocla e descendentes de imigrantes italianos” (Ibid., p. 109). A narrativa de Dalla Nora, conta com a descrição dos costumes, hábitos e cultura da comunidade indígena – a Kaingáng – a qual se fazia presentes na terra do atual município: Segundo Mozart Soares, “os índios caracterizavam-se por uma cultura elementar: possuíam utensílios de madeira, alguns instrumentos de pedra polida e cultivavam a terra pelo processo ainda usado entre nossos caboclos mais atrasados [...]” (Ibid., p. 109).

A autora enaltece a questão dos caboclos existentes na colônia, seus métodos de subsistência - o qual procurava na extração de erva-mate - e sua fragilidade e dificuldade diante a agricultura, pois os mesmos não contavam com o apoio do poder público municipal.

No período anterior a década de 1950, os caboclos de Jaboticaba viviam, em sua maioria, na condição de ocupantes de terras não legalizadas e proprietários de pequenas roças [...] Por essa razão, caracterizavam-se pela mobilidade à procura de meios para sobrevivência. Eram pessoas sem instrução, que se deixavam facilmente enganar, pois não tinham conhecimento dos aspectos jurídicos da lei. (Ibid., p. 115).

O texto também deixa explícito que faz menção ao sistema sociopolítico e econômico da região, visto que noticia a negligência, exclusão e pobreza das pessoas desprovidas de chances de construir um futuro melhor, como no caso dos caboclos e, bem como o sistema coronelista, o qual se aproveitava de seu comando para obter acúmulo de bens - grandes lotes de terras - e privilégios.

Durante quase três décadas, isto é, até 1850, não existiu uma legislação específica sobre o acesso à propriedade da terra, razão pela qual, no período intensificaram-se as posses não apenas dos pequenos posseiros, mas envolvendo grandes extensões. Na ausência de uma legislação específica, o que predominou foi a imposição do poder dos coronéis locais, os quais se apoderaram de grandes extensões de terra. (Ibid., p. 104).

Neste mesmo contexto, a luta pelo poder e as ações fraudulentas também são evidenciados na narrativa, como nas eleições de 1916: “[...] como havia discórdias políticas no município e as eleições foram fraudulentas, Mario Mello, candidato de oposição de Frederico Westphalen, saiu-se vitorioso. Os prejudicados então, apelaram com recurso, e o processo arrastou-se por longos meses [...]” (Ibid., p. 72).

O texto pode ser lido por adquirir compreensão pela parte de leitores leigos, sendo dá de forma precisa, com uma linguagem simples, porém elaborada, constando objetivamente a relevância dos fatos históricos a serem narrados. Nesta mesma perspectiva, o mesmo é estruturado em quatro capítulos, os quais reproduzem progressivamente o contexto do município em questão, desde pertencente ao município de Palmeira das Missões até a sua colonização, de forma que, os fatos se interligam coerentemente. O primeiro capítulo *Terra – Mãe*, procura fazer uma retrospectiva a ocupação do espaço e poder político; em contrapartida, o segundo capítulo, *A administração das terras públicas*, busca tratar da abertura das terras do Norte para a colonização; o terceiro capítulo, *A colonização de Jaboticaba*, relata suas origens e o sistema de governo local, ou seja, o coronelismo e, posteriormente o quarto e último capítulo da obra, *Terras de Palmeira*, gira em torno das atividades desenvolvidas pelos ocupantes, a imigração e seus padrões de ocupação.

A historiografia tem se valido de vários recursos recorrentes a veracidade do objeto histórico a ser reconstruído. Neste caso em especial, refiro-me às fontes orais, a qual Dalla Nora utilizou em sua narrativa como recurso essencial de reprodução das memórias dos colonizadores que ainda em vida, puderam contribuir para o aprimoramento de seu texto.

Quando Burke faz referências aos pressupostos teóricos de Ranke a respeito da história oral, ele diz que

Sob a hierarquia de dados rankeana, quando forem disponíveis fontes oficiais, escritas, elas devem ser as preferidas. Quando não se dispuser delas, tem-se de tolerar a segunda escolha, buscando-se as informações longe da fonte pura do texto oficial. Os dados orais são, nesses termos, certamente a segunda melhor escolha, pois seu papel é facilitar as histórias de segunda escolha sobre as comunidades com fontes escassas. (BURKE, 1992, p. 164).

Neste sentido, essa ‘escassez’ de fontes mencionadas por Burke, equivale à prerrogativa de Dalla Nora, na introdução de seu livro, quando a mesma afirma que o ‘esgotamento’ de fontes documentais resultou em uma necessidade de mais informações que, neste caso recorreu a fontes orais. Segundo a autora,

Fizemos um esforço para elucidar como se deu o desenvolvimento do processo de colonização, buscando todas as transformações possíveis em fontes primárias, quais sejam: mapas, fichas de cadastros pessoal, registro de cadastro dos lotes, e em documentos como, requerimentos, atos de concessões, ofícios, relatórios e outros existentes no Arquivo Histórico de Frederico Westphalen [...] Esgotados todos os esforços na busca de informações a respeito do assunto, para o enriquecimento do trabalho, valemo-nos das fontes relacionadas a história oral [...]. (DALLA NORA, 2006, p. 12-13).

Contudo, há de se destacar que essas fontes orais que a autora utilizou para a produção de sua narrativa histórica, por ora são reproduzidas em discurso indireto, privilegiando a escrita na norma culta padrão da língua portuguesa, como na seguinte referência:

“Catia” - Catarina Pegoraro - relata que o sogro possuía pouca terra e que a família era grande. Então foram reconhecer terras em Palmeira, terras de mato que eram próprias para a cultura. Relata que deu a sela de montar em troca dos direitos da terra de Hipólito Correa, fato que foi relatado ao comentarmos a cultura cabocla, no capítulo anterior. (Ibid., p. 148).

Ora o relato testemunhal é representado em discurso direto, em primeira pessoa: Sobre a região em análise, Hemetério José Velloso da Silveira relata: “A natureza tornou essa zona missioneira uma das mais interessantes pela beleza do solo [...]” (Ibid., p. 28).

Apesar de a oralidade ter revelado maior destaque na narrativa, como suporte memorialístico do momento histórico a ser investigado, a autora também empregou o uso de mapas e fotografias, esta última assumindo maior relevância. Conforme Dalla Nora, “a

utilização de fotografias proporciona-nos informações valiosas e, mesmo esclarecedoras sobre o modo de vida e a evolução social e material da comunidade em estudo” (Ibid., p. 146). Este recurso por meio de imagens desempenha papel importante na reconstrução da história em questão. Contudo, ainda nas palavras de Dalla Nora, “a imagem fotográfica, por ser estática e não ter memória, só pode ser compreendida quando inserida no próprio universo interpretativo do receptor , considerando que nesse universo, ela se transforma em testemunho de um fato ocorrido (Ibid., p. 146).

Enfim, o discurso historiográfico no livro de Dalla Nora, *Quem Chega, Quem sai*, procura de forma objetiva reconstruir através de fontes históricas a história de colonização do município de Jaboticaba, de forma que busca valorizar os diversos aspectos sociais, políticos e econômicos da região, tornando-se desta forma um grande arsenal de representação de personagens que não somente são pacientes e anônimos, mas sim, verdadeiros agentes de sua história.

Referências

BURKE, Peter. *A escrita da história – Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

DALLA NORA, Nilse Cortese. Entrevista realizada em 14 jul. 2009.

DALLA NORA, Nilse Cortese Dalla. *Quem chega, quem sai: a política de distribuição de terras no Rio Grande do Sul – O caso de Jaboticaba*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

VAINFAZ, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História – Micro-História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

TEDESCO, João Carlos. *Usos de Memórias*. Passo Fundo: UPF, 2002.

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA D'OS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE E O NOROESTE GAÚCHO

Rudião Rafael Wisniewski¹

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço.

Maria Stella M. Brescianni

Todos nós, seres humanos da chamada civilização, conhecemos ou vivemos em uma cidade. No entanto, raras vezes nos questionamos a respeito de como tal cidade se formou. Essa curiosidade, aliada à necessidade de estudo dos textos e contextos narrativos da Historiografia Regional, fizeram-me procurar as narrativas das origens de meu município – Miraguaí. Visto que não há um material específico sobre sua colonização, estudei a colonização de Tenente Portela, município do qual Miraguaí descende, para compreender a origem deste.

Analisando os livros escritos a respeito dos municípios citados, percebi que são todos divididos em itens, escritos cada item por um autor diferente, o que impossibilita a compreensão do ponto de vista do autor sobre sua cidade como um todo. A narrativa que melhor se ajusta às intenções deste trabalho é o artigo do jornalista portelense Jalmo Antonio Fornari: “Os primórdios da colonização do Rio Grande e o noroeste gaúcho”, cuja retrospectiva aponta fatos importantes para a formação e desenvolvimento de Tenente Portela e, por conseguinte, Miraguaí. O referido artigo foi apresentado no ano de 2006 e encontra-se nos anais do Seminário “Memórias de Tenente Portela e Municípios descendentes”. Em sua introdução, o autor enaltece a satisfação em ter sido convidado para falar sobre a cidade em que nasceu, creditando o convite ao fato de ter dedicado a vida à difusão de informações nos meios de comunicação com os quais trabalhou e ainda trabalha. Um enfático agradecimento é feito à Unijuí, promotora do evento e publicadora dos anais deste.

O objetivo do artigo é registrar a passagem das primeiras pessoas pelas matas subtropicais da costa do Rio Uruguai, nos primórdios da colonização do Brasil; relatar registros dos padres jesuítas como o padre Roque Gonzáles, a proliferação da erva mate;

¹ Mestre em Letras pela URI-FW. Professor Titular do Instituto Federal Farroupilha, Brasil.

mostrar o início da colonização interiorana e a criação dos municípios que mais tarde originaram Tenente Portela e Miraguá.

Jalmo A. Fornari é diretor da Rádio Província FM, de Tenente Portela, e proprietário do Jornal Província, trabalhando com sítios da internet vinculados à rádio e ao jornal. Desde criança o jornalista interessa-se pelas histórias de sua terra e, no mesmo artigo, afirma que mesmo no período em que viveu na capital do nosso estado, procurou “nunca perder a ligação com as coisas desta região” (FORNARI, 2006, p. 37)². Na verdade, Jalmo é um narrador nato, não do tipo dos romancistas, mas um *story teller*, conforme o artigo de Walter Benjamin, pois seu trabalho com a transmissão de informações se sobrepõe a sua história pessoal:

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo de trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual. (BENJAMIN, 1994, p. 205).

Esse estilo de contador de histórias pode ser percebido na proximidade criada pelo autor ao rememorar para o leitor alguns nomes importantes que já havia referido, como quando fala dos descendentes de imigrantes requerentes de terras à inspetoria, no ano de 1940 e 1941. Ao citar o nome destes faz relembra quem são com características que permitam o leitor recordar sua história rapidamente: “José Panassolo (aquele da serraria) [...] Antonio Panassolo (irmão do José), Ângelo Macagnan, João Gheller (irmão do Luiz Marcelino)” (p. 69).

² Todas as citações serão retiradas dessa edição.

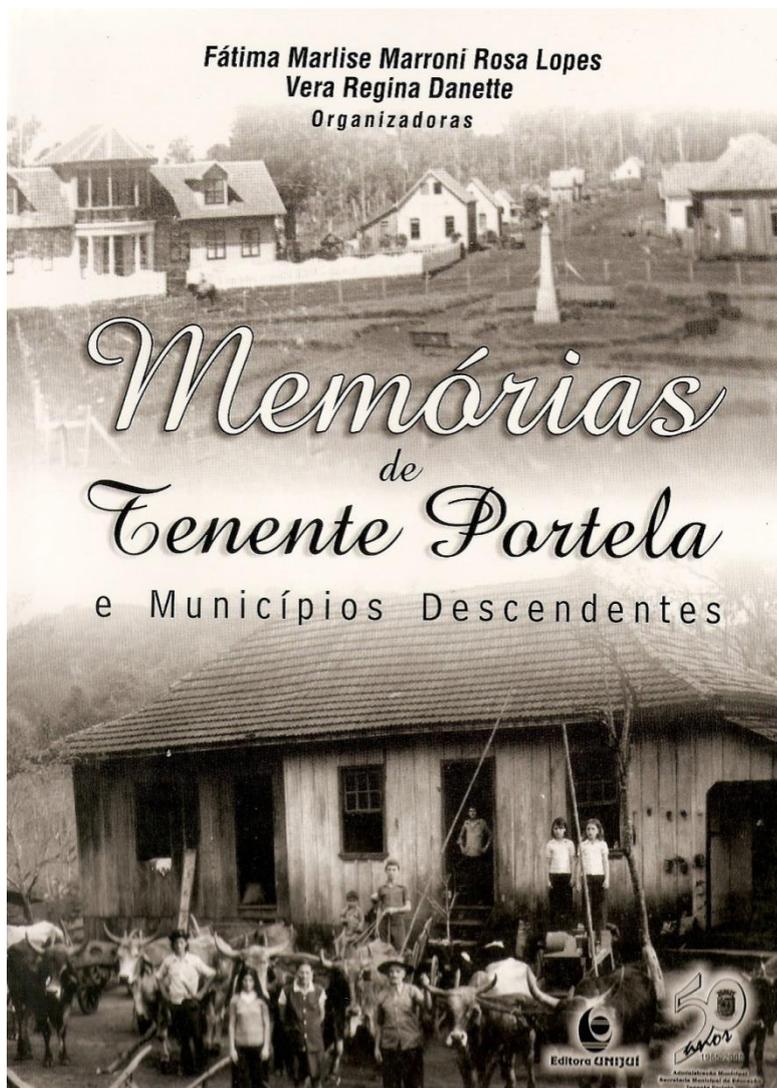


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

O trabalho do diletante da história regional na produção do artigo, que possui 63 páginas – mais do que a maioria dos livros sobre a história dos municípios da região possui no total – alia fontes orais, transcrições, sua experiência, as informações transmitidas pelo autor no decorrer de sua vida profissional e uma pesquisa bibliográfica que lhe permitiu enriquecer o artigo com citações de autores com maior probidade, tais como: Riograndino da Costa e Silva, Neumann de Souza Christensen, Jacó Beuren, Pe. Arlindo Rubert, Breno Antonio Sponchiado, entre outros. Também possui dois mapas, um da serra do Alto Uruguai, com a localização do que viria a ser Pary (Tenente Portela), e um mapa do Rio Grande do Sul, com uma divisão fisiográfica do estado para localização atual do município.

Em entrevista realizada no dia 14 de julho de 2009, o jornalista destacou seu interesse pelo trabalho de resgate de aspectos históricos e sua preocupação com a visão de

reportagem, veios presentes em suas atividades cotidianas à frente da direção dos meios de comunicação em que atua.

A linguagem utilizada pelo autor é a popular, com expressões cotidianas, como: “pedaço de chão gaúcho” (p. 38) e “neste mundo de meu Deus” (p.39), também possui uma forma didática de desenvolver sua narrativa, o que o autor atribuiu na entrevista anteriormente citada, ao seu veio jornalístico que tende a esclarecer da melhor forma possível todas as informações referentes aos assuntos abordados. Tais esclarecimentos tornam a leitura interessante e atrativa à comunidade. Exemplos disso são as explicações sobre a origem do sobrenome Caxambu, anteriormente Simplício de Castro, e do termo maragatos, ao tratar sobre o estabelecimento de revolucionários na região:

O termo maragatos tem origem no Uruguai onde o termo nominava os descendentes de imigrantes espanhóis oriundos da Maragateria, na província de Léon, onde eram tidos como ciganos que usavam uma faixa vermelha na cintura, cor inclusive que se tornou dístico na cor dos lenços dos nossos maragatos. (p. 56).

Nem mesmo quando fala nos prefeitos demonstra uma visão elitista, pois apenas ressalta os detentores dos cargos em questão. A forma como as informações históricas são organizadas lembra uma notícia radiofônica. Por exemplo, ao discorrer sobre o descontentamento dos políticos, por ocasião do segundo pleito de Tenente Portela, a respeito de uma fábrica de óleo que o prefeito da época (1960-1964) não quis instalar no município, o autor do artigo transcreve um depoimento dado pelo ex-prefeito, Sr. Romário Rosa Lopes, ao *Jornal Província*, no ano de 1986, como se fosse um direito de réplica às acusações anteriormente relatadas:

O frigorífico Três passos, antes da sua instalação naquele Município procurou o Doutor Ambros [primeiro prefeito] – eu não havia assumido – e propôs que a prefeitura doasse àquela empresa uma chácara, que a administração teria que adquirir por conta própria. Como isso aconteceu nos primeiros meses do Município, o doutor Ambros achou que o Município não tinha condições de fazer tal compra. E, realmente não tinha. A única possibilidade de fazer tal aquisição seria fazendo um movimento popular para que a própria comunidade comprasse tal chácara, o que na época lhe pareceu uma possibilidade muito remota. Mas, em momento algum houveram negociações concretas ou formalizadas. Todos os contatos foram feitos apenas com a sondagem da empresa. (p. 83).

O artigo carece de revisão ortográfica, pois muitas palavras não estão de acordo com a norma culta padrão. Há também repetição de informações, como a data da criação do Parque Estadual do Turvo, em 1947, que se encontra na página 67 e se repete na página 71. No

entanto, a repetição de alguns fatos até ajuda o leitor a gravá-los em sua memória. O autor afirmou na entrevista do dia 14 que recebeu críticas quanto à bibliografia, por não haver citado autores mundialmente conhecidos, todavia, vale lembrar que ele é um dileitante e para o intento de seu trabalho não convinhem os estudos estrangeiros destes teóricos da ciência histórica. Por conseguinte, as críticas academicistas não merecem consideração.

Podemos observar claramente a construção dos anti-heróis da narrativa: os perseguidos da Revolução Federalista de 1893, da Coluna Prestes e da revolução de 1923, da Aliança libertadora e o famoso bandido Artur Arão, “que ajudaram a construir uma imagem de terra de ninguém” (p. 57), descritos no subtítulo “Uma região de homens perigosos e decididos”. O herói também é evidente, Pe. Albino Busatto, o qual, conforme Jalmo Fornari, conseguiu ajuda do prefeito de Três Passos – quando Portela era apenas distrito deste município – para construir 35 pequenos prédios no interior, servindo de igreja e escola, criou a primeira biblioteca do município, comprou uma olaria para construir a igreja matriz, “despertou para a importância do cinema na cultura e na formação de seus paroquianos em uma demonstração cinematográfica feita no pavilhão da igreja em 15 de maio de 1949” (p. 95), decidiu que a comunidade precisava de um hospital e conseguiu concretizar seu desejo. Com o propósito de enaltecer o padre, o jornalista chega a exagerar dizendo que este converteu os índios da reserva indígena do Guarita, liderando um mutirão do apostolado da oração em 1948. Também é colocado como mentor da emancipação por ter convocado a primeira reunião no salão paroquial, no ano de 1953, para tratar da possibilidade do distrito se emancipar. Apesar das construções de heróis e anti-heróis, Jalmo Fornari não faz análise psicológica das personalidades narradas, somente descreve os acontecimentos.

Nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. Esse processo de assimilação se dá em camadas muito profundas e exige um estado de distensão que se torna cada vez mais raro. (BENJAMIN, 1994, p. 204).

São contemplados aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos, com a História sendo movida pelo desejo de progresso, pelos interesses econômicos e pela religião. A colonização é descrita sob três vieses: a extração da erva mate; o ciclo da madeira e das serrarias; a agricultura e os descendentes de imigrantes. A religião possui papel central na narrativa histórica de Jalmo Fornari, como visto anteriormente, o Pe. Busatto é o herói

emancipacionista de Tenente Portela, por isso, a religião está presente em todos os subtítulos e o padre ainda recebe o antepenúltimo e penúltimo exclusivamente a ele: “O Padre Albino e a instalação da paróquia – 1946” e “A influência do padre na comunidade”. Este só não encerra o artigo porque há a “Lei que criou o município de Tenente Portela”. A forma como o religioso é descrito na história, lembra uma Hagiografia. Um fato que merece destaque referente à influência da igreja na pessoa do Pe. Busatto é o ataque da peste suína, em 1952, quando a solicitação das autoridades de que os agricultores vacinassem os seus animais não foi ouvida. “Foi necessário um acordo com a igreja católica para que o vigário entrasse na luta e nas missas procurasse orientar os colonos de que a vacinação era necessária e fazia efeito. Segundo o relato verbal dos antigos colonos esta foi a única forma de controlar a praga” (p. 72). Um fato curioso sobre a disciplina apologética do religioso é transcrito do livro *Monsenhor Albino Busatto – 60 anos a serviço do reino*, do professor Breno Antonio Sponchiado, demonstrando a necessidade do vigário de combater os males da cidade:

Por estes tempos, vindas de Três Passos e Palmeira, umas vinte mulheres de vida fácil se espalharam pelos arredores da vila, ocasionando escândalos e intrigando os casais. Chegaram a inaugurar com solenidade um ‘cabaré’ na casa do Senhor Tal. O Pe. Albino contra atacou: fez uma campanha atacando a imoralidade pública, chamando a atenção dos homens casados, da mocidade e também dos condutores de carros. Mandou carta ao subdelegado do distrito pedindo que conseguisse o fechamento da ‘casa de perdição’ em nome das famílias católicas. (1999, p. 59).

As únicas mulheres que Jalmo cita na narrativa são a professora Fátima M. Marroni Rosa Lopes, quem convidou-o a escrever o artigo analisado, e a dona Tautilina Lima, que descreveu as indústrias e casas dos apoiadores da Coluna Prestes, as quais viu serem queimadas por “agrupamentos de soldados arregimentados entre a população para combater os revolucionários” (p. 53). No entanto, não há uma personalidade feminina ativa na construção da história do município que tenha sido mencionada. Como o herói do artigo também o fez. Ao discorrer sobre o lugar social do não-dito, Michel de Certeau afirma que

Analisando uma ‘dissolução do objeto’ (R. Aron), tirou da história o privilégio do qual se vangloriava, quando pretendia reconstituir a ‘verdade’ daquilo que havia acontecido. A história ‘objetiva’, aliás, perpetuava com essa ideia de uma ‘verdade’ um modelo tirado da filosofia de ontem ou da teologia de ante-ontem; contentava-se com traduzi-la em termos de ‘fatos’ históricos... Os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados.

Desde então veio o tempo da desconfiança. Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma ‘filosofia’ implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organiza-o à sua revelia, remete à ‘subjetividade’ do autor. (2007, p. 67).

Desconfiando dessa omissão, penso que o narrador assume a postura de seu herói: as mulheres são lembradas quando podem ser úteis, porque sua fragilidade poderia obstar o tão sonhado progresso, por isso, na “filosofia implícita” da igreja e na “subjetividade do autor” as raras referências ao gênero feminino são passivas. A sociedade da época da colonização da nossa região guardava ainda os preceitos cristãos europeus – eram na grande maioria católicos – com um sistema de organização familiar patriarcal. Destarte, o papel das mulheres era subalterno. Preservava-se a definição europeia de ideais masculino e feminino. Segundo Peter N. Stearns (2007, p. 105), “os homens eram em primeiro lugar trabalhadores e figuras públicas. As responsabilidades das mulheres eram prioritariamente domésticas”.

Culturalmente, os sistemas patriarcais enfatizavam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade. Insistiam nos deveres domésticos e algumas vezes restringiam os direitos das mulheres a aparecerem em público. O alcance do patriarcalismo foi poderoso e extenso. Muitas mulheres ficaram tão intimidadas e isoladas pelo sistema que formas de protesto se tornavam improváveis. (Ibid., p. 33).

Até na atualidade a hegemonia masculina ainda age, embora de maneira camuflada, notadamente neste artigo, escrito por um jornalista que discute as minorias e preocupa-se com formas de discriminação, visto que atenta para a maneira como “a inspetoria de terras propositadamente misturou nas glebas colonos de origens europeias e os nossos matutos” (p. 69) e relega as mulheres portelenses ou imigrantes para o lugar social do não-dito. De acordo com Pierre Bordieu (1999, p. 17), a divisão entre os sexos é tão natural e tão presente que parece estar “na ordem das coisas”.

A narrativa histórica de Tenente Portela é situada num contexto mais amplo, ajudando o leitor em sua localização espaço-temporal. Alguns fatos também são comparados com a realidade contemporânea para facilitar a compreensão e mostrar a similaridade com os ocorridos atualmente. Um exemplo é o impasse entre a igreja católica e outros setores da comunidade quando o padre Albino sugeriu que fosse realizada uma missa na frente da Igreja antes dos festejos de 7 de setembro de 1956, sugestão que os representantes das outras religiões não aceitaram porque cada criança devia ter o direito de assistir os cultos de sua própria religião e não ser obrigada a assistir missa antes do desfile. Como sempre, a vontade da Igreja católica prevaleceu. Outra forma de demonstrar que as coisas não mudam muito com o passar do tempo, é a passagem em que o autor do artigo relata o ocorrido com o prefeito

Antoniolo, em 2001, o qual ameaçou tirar o desfile da frente da igreja, no entanto, aquele continua sendo o local da tradicional parada cívica.

De parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora. Hoje como ontem, é determinada por uma fabricação localizada em tal ou qual ponto desse sistema. Também a consideração deste lugar, no qual se produz, é a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconheceria a si própria, como classe, nas relações da produção e, que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida. (CERTEAU, 2007, p. 77).

A desavença político-partidária é outra questão infindável nos municípios da região. Desde as eleições de 1985, com “uma disputa acirrada e de muito embate na comunidade. O confronto gerou conflitos e situações de animosidade” (p. 85), perdurando até a atualidade, com casos de morte a cada pleito.

A postura que adotamos com relação ao passado, quais as relações entre passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis. É inevitável que nos situemos no continuum de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer tais comparações entre o passado e o presente: é essa a finalidade dos álbuns de fotos de família ou de filmes domésticos. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a experiência significa. Podemos aprender coisas erradas – e, positivamente, é o que fazemos com frequência –, mas se não aprendemos, ou não temos nenhuma oportunidade de aprender, ou nos recusamos a aprender de algum passado algo que é relevante ao nosso propósito, somos, no limite, mentalmente anormais. (HOBSBAWN, 1998, p. 36).

Concluindo este trabalho, entendo verdadeiramente as palavras de Rubins S. Aquino:

As mudanças na estrutura mental evoluem progressivamente de uma a outra sociedade, através de um lento e contínuo processo que, por vezes, comporta sobrevivência de formas de abordagens diferentes, contraditórias e até antagônicas. Nesse sentido, também, mais uma vez, você poderá perceber o quanto o passado ainda está presente entre nós. [...] O Homem é um ser do tempo e, portanto, existe em cada sociedade uma certa condição de possibilidade de os homens se inserirem no processo histórico, assim como não há ausência de inserção no processo histórico: o que há são vários modos e graus de inserção e de retenção históricos, de acordo com a vida de cada sociedade, o que determina a estrutura mental vigente. (1980, p. 24).

Dessa forma, cada ser humano vê sua cidade com os olhos que sua inserção social nesta possibilita, pois, lembrando o que afirmou Brescianni “As cidades são antes de tudo uma experiência visual”.

Referências

AQUINO, Rubim S. et al. Um novo mundo, porque não uma nova história? In: AQUINO, Rubim Santos Leão de; FRANCO, Denize de Azevedo. *História das Sociedades*. Das comunidades primitivas às sociedades medievais Rio de Janeiro: Ao livro técnico S.A., 1980, p. 19-40.

BENJAMIN, Walter. (Org.). O narrador. In: _____. *Magia, técnica e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRESCIANNI, Maria S. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 237-270.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FORNARI, Jalmo A. Os primórdios da colonização do Rio Grande e o noroeste gaúcho. In: LOPES, Fátima Marlise Marroni Rosa; DANETTE, Vera Regina (Org.). *Anais do Seminário Memórias de Tenente Portela e Municípios descendentes*. 1.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 37-100.

HOBBSBAWN, Eric J. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPONCHIADO, Breno A. *Monsenhor Albino Busatto – 60 anos a serviço do reino*. Frederico Westphalen: Pluma, 1999.

STEARNS, Peter S. *História das relações de gênero*. Trad. Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

DUAS SÍNTESES HISTÓRICAS E UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA: DIFERENTES ENFOQUES

Isabel Cristina Brettas Duarte¹

A condição do autor enquanto sujeito com determinada identidade social e histórica leva à necessidade de situarmos o discurso num contexto, o que é de suma importância no âmbito de uma análise historiográfica. Nesse sentido, no presente trabalho faremos uma análise do discurso, para tentarmos entender como Amado Grisolia construiu seu “Resumo Histórico das Reduções Jesuíticas”, levando-se em consideração, para tanto, sua condição de escritor comprometido com as comemorações do centenário de um município de Santo Ângelo, e também como Dom Estanislau Amadeu Kreutz construiu sua “Missões Jesuítico-Guaranis: síntese histórica”, levando-se em consideração, para tanto, a sua condição de autoridade religiosa.

Não existe texto neutro, desprovido de algum tipo de ideologia, esta entendida como sendo o conjunto de ideias, opiniões, valores, crenças, enfim, que formam determinada visão de mundo. O caráter ideológico de qualquer discurso decorre do fato de que um discurso está sempre inexoravelmente atrelado a uma situação histórica, social e cultural. Assim, emerge nas entrelinhas do texto, explícita ou implicitamente, determinadas visões que são frutos dessa visão de mundo. A interpretação historiográfica implica sondar os sentidos, estabelecer relações entre o que está explícito no texto com o que não está escrito nele, mas que são elementos subjacentes: o discurso está sempre a sugerir, a propor ou até mesmo a impor, ainda que de maneira implícita, seus pontos de vista, suas convicções, sua visão de mundo.

Dessa forma, começaremos analisando a estrutura da obra de Grisolia, para que seja possível entender alguns aspectos que lhe são subjacentes. A obra de Amado Grisolia é uma edição comemorativa ao centenário do Município de Santo Ângelo, cujo prefácio anuncia que se trata de “um trabalho de cunho narratório, em que a realidade histórica se exhibe num estilo fluente de reportagem” (GRISOLIA, 1973, p. 6). Assim, o prefácio anuncia que a obra surgiu para satisfazer a curiosidade dos turistas, e reflete a “realidade histórica”, expressão perigosa por guardar uma aproximação com uma ideia única de verdade, demonstrando o uso daquele conceito desprovido de cuidado.

¹ Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – *Campus* de Santo Ângelo/RS. Professora do curso de graduação em Direito e Mestre em Letras pela URI - *Campus* de Frederico Westphalen. Assessora Jurídica da Prefeitura de Santo Ângelo/RS. isabelcristinabd@yahoo.com.br.

Após o prefácio, sob o título “Opiniões que encorajam e desvanecem”, o autor traz “inequívocas demonstrações de luminares de nossas letras”, iniciando com a transcrição na íntegra da carta do historiador Gustavo Barroso, na época presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, cujo fax-símile, do seu próprio punho, é exposto na página seguinte, numa nítida forma de afirmação e legitimação da obra de Grisolia. Ainda, transcreve as cartas de Osvaldo Gaidanich, Diretor do Serviço Estadual de Turismo, Gildásio Amado, Diretor do Instituto Secundário, Irmão José Otão, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de Hipólito Kuntz, Superintendente do Ensino Secundário e, por fim, do Brigadeiro do Ar Dario Cavalcanti de Azambuja, Diretor Geral da Aeronáutica Civil, todos personalidades importantes no cenário social e político da época.

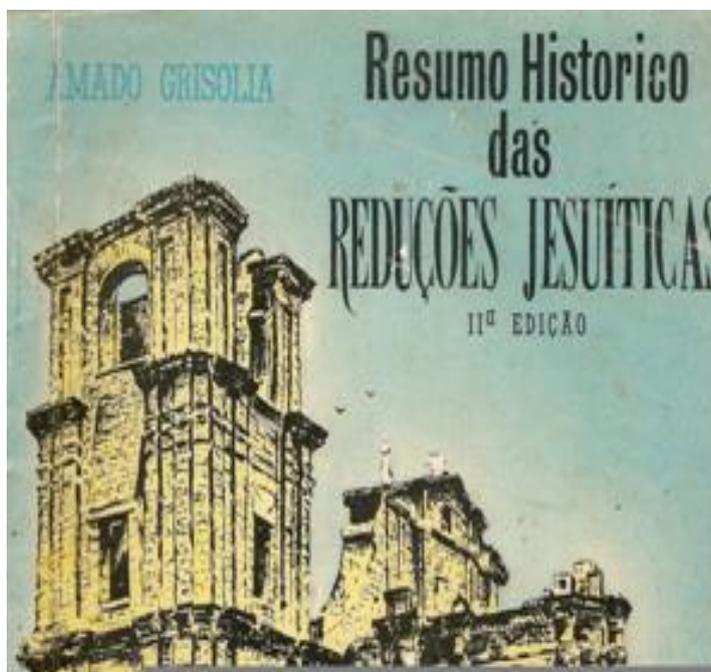


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

Então, segue-se a Abertura e nela a Parte Histórica, com a advertência de que “o que se lê não é a história dos Sete Povos das Missões e sim um resumo sintético dessa história, trabalho idealizado pelo Prefeito Dr. Ricardo Leônidas Ribas, para ser distribuído às pessoas que nos dão a honra da sua visita por ocasião do nosso primeiro centenário de emancipação política, como uma pequena lembrança oferecida pela Prefeitura de Santo Ângelo” (GRISOLIA, 1973, p. 11).

Alerta que o trabalho se baseia nas citações de historiadores eméritos como Hemérito Veloso, Cônego Gay, Padre Antônio Sepp, Rosauro Tavares, Sait Hillaire, etc, e de resto, é baseado em contos e leituras de alhures. Também refere ideias sem exercer sobre elas qualquer reflexão e censo crítico, como por exemplo, a de que “os índios tinham mentalidade simplista, caracterizada por qualquer poder de abstração; em compensação, possuíam notável talento copista ou poder de imitação” (GRISOLIA, 1973, p. 12).

Também, em diversas passagens, é possível perceber os propósitos da obra de exaltação regional, servindo a uma finalidade política. A título de exemplo, quando menciona que “coube a essa privilegiada região a primazia da iniciativa de empreendimentos de grande vulto, como a fundição do primeiro ferro no Brasil, a instalação da primeira tipografia e a edição do primeiro livro. Fundição e imprensa – o trabalho e o pensamento – aliados para a conquista dos supremos ideais de grandeza e progresso de um povo!” (GRISOLIA, 1973, p. 13). Ainda, corrobora essa ideia uma série de expressões carregadas de adjetivação, tais como “este recanto glorioso da Pátria” (GRISOLIA, 1973, p. 14), “nesga gloriosa da terra brasileira” (GRISOLIA, 1973, p. 21) e mesmo a contracapa do livro, em que se lê com letras garrafais “Capital da Produtividade”.

Após, trata da Fundação dos Sete Povos das Missões, esclarecendo que “não vamos nos referir às primitivas fundações de alguns povos missionários como Santa Teresa, Santa Ana, Natividade, São Cosme Candelária, [...] mas sim fazer uma rápida descrição dos que ficaram, dos definitivos, localizados onde existem atualmente” (GRISOLIA, 1973, p. 23).

Assim, descreve São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Borja, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo, sendo que neste destaca o tópico Sepé Tiaraju, justificando que “ao iniciar este trabalho, tivemos em mira dedicar um capítulo especial ao imortal caudilho gaúcho Sepé Tiaraju” (GRISOLIA, 1973, p. 33). Nesse desiderato, transcreve trechos do escritor Manoelito de Ornellas, “aureolando a figura lendária desse valoroso caudilho” (GRISOLIA, 1973, p. 33).

Posteriormente, para o último capítulo do trabalho, Grisolia comenta que se vale de um relatório de autoria de Ulisses Rodrigues, Prefeito do Município no período de 1928 a 1935 (GRISOLIA, 1973, p. 46), a partir do qual traz uma série de dados históricos, bem como fotos comentadas de “Santo Ângelo de ontem e hoje”, encerrando, assim, sua obra. A foto do então Prefeito Ricardo Leônidas Ribas enaltece seu dinamismo, qualidade esta que “vem impulsionando o progresso do Município” (GRISOLIA, 1973, p. 45). Com relação àqueles dados, alude principalmente ao Poder Legislativo, aos então distritos de Santo Ângelo,

Superfície e População, Cooperativas, Veículos, Trabalhadores Rurais, Água e Esgoto, Telefones Automáticos, Rebanhos Bovinos e Suínos, Finanças Públicas, Meios de Transporte, Instrução Pública, entre outros aspectos.

Dentre tudo isso, é possível afirmar que houve uma clarividente forma de utilização da máquina pública em prol da promoção pessoal, seguindo uma tradição brasileira ainda hoje corrente no que tange à indevida mescla do público com o privado. A título de exemplo, o autor traz sobre uma das fotos o comentário de que se trata da “magestosa(sic) Ponte de concreto sobre o rio Itu, construída na administração do Dr. Ricardo Leônidas Ribas” (GRISOLIA, 1973, p. 52). Também comenta quando menciona as Finanças Públicas que “talvez este ano muitos desses orçamentos dupliquem, o que atesta o nosso impressionante desenvolvimento” (GRISOLIA, 1973, p. 53), ou ainda quando comenta sobre Instrução Pública que

o nosso atual Prefeito Dr. Ricardo Leônidas Ribas tem dedicado uma atenção toda especial ao ensino no Município, uma das principais metas do atual governo. Durante a gestão do Dr. Ricardo Leônidas Ribas foram construídos inúmeros colégios de alvenaria, não só na cidade como no interior do Município, alguns destes, obras de grande porte, como pode-se observar pelas fotos que ilustram esse trabalho. (GRISOLIA, 1973, p. 54).

Já obra de Dom Estanislau Amadeu Kreutz, escrita em 2007, portanto, 34 anos após a obra de Amado Grisolia, apresenta uma série de diferenças, ainda que também escrita com o desiderato de síntese histórica. Dom Estanislau, nascido em Santo Cristo, RS, em 1928, é o atual bispo emérito da Diocese de Santo Ângelo. Formou-se em Filosofia em 1950 e em Teologia em 1954. Especializou-se em Sociologia Religiosa em 1963, e fez Doutorado em Teologia Sistemática pela Universidade de Santo Tomás, entre 1964 e 1967, em Roma, na Itália. Em 1973, Dom Estanislau foi nomeado bispo da Diocese de Santo Ângelo, cargo que exerceu até 2004.

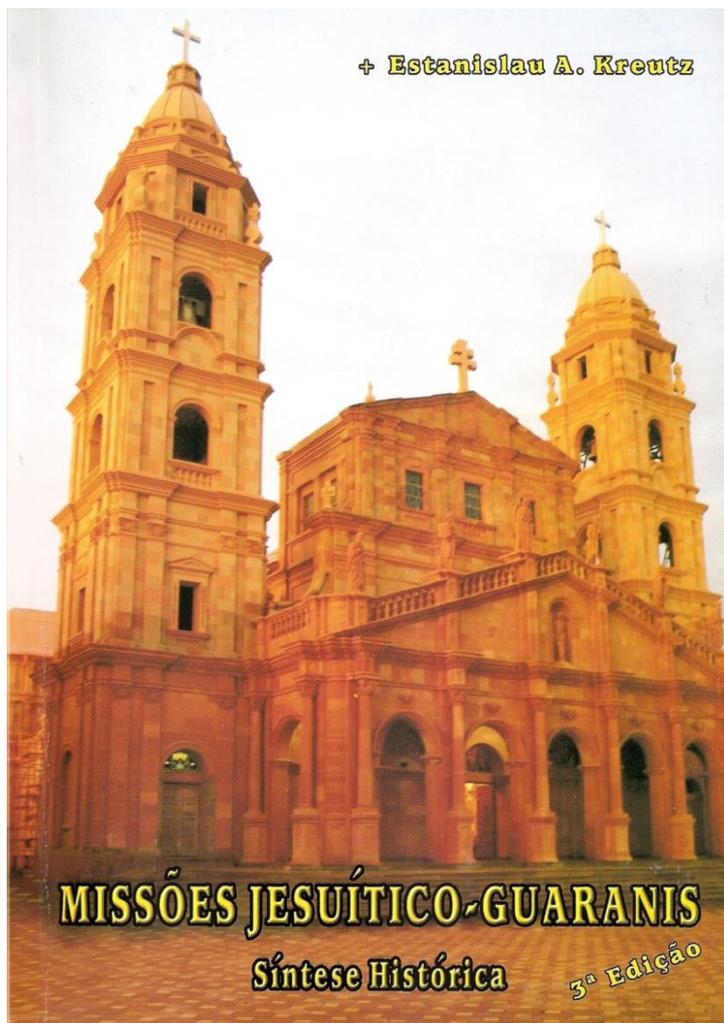


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

Primeiramente, traremos algumas informações do Prólogo da obra em 2007, disponível na Internet, e do Prólogo da obra em 2009, no livro em comento, pois ambos se mostram reveladores das intenções de quem os redigiu. No Prólogo da obra em 2007, o autor começa tratando das opiniões divergentes, de sorte que

à luz de uma atenta pesquisa feita, consultando eminentes historiadores, aceito o desafio de elaborar uma brevíssima síntese da utopia missioneira. Essa utopia constitui, sem dúvida alguma, um dos mais belos e comprometedores capítulos da história da humanidade, bem como da história da Igreja. [...] não será um despropósito aduzir alguns dados referentes à pré-história dos índios guaranis, bem como da ação evangelizadora dos frades menores franciscanos, desenvolvida entre os indígenas, em época anterior ao advento dos jesuítas. (KREUTZ, 2007, p. 9).

Já no Prólogo em 2009, acrescentou que “no exercício de meu ministério episcopal, por mais de três décadas tive o privilégio de percorrer, com regular frequência, a histórica

Região dos Sete Povos das Missões e visitar sítios arqueológicos da Argentina e do Paraguai” (KREUTZ, 2009, p. 9). Ainda, reiterou a última ideia do parágrafo anterior e reorganizou aquela primeira ideia desse mesmo parágrafo, da seguinte forma:

Correspondendo a reiteradas solicitações de não poucos missioneiros, à luz de uma atenta pesquisa feita, consultando eminentes historiadores, aceito o desafio de elaborar uma brevíssima síntese da utopia missioneira. No decurso desses decênios, li considerável número de autores que, em Língua Espanhola, Italiana, Alemã, Latina e Portuguesa, abordam, em profundidade, vida e conjunturas das Reduções Jesuíticas-Guaranis. Chega-se espontaneamente à conclusão de que o drama missioneiro constitui, sem dúvida alguma, um dos mais belos e comprometedores capítulos da História da Humanidade, e ao mesmo tempo, da História da Igreja. (KREUTZ, 2009, p. 9-10).

Quando se refere à vastíssima literatura existente a respeito da História missioneira, acrescenta um comentário no sentido de que “não se pode negar que autores há que partem de um pressuposto ideológico hostil no processo de cristianização implantado nas missões guaranis. Sustentam teorias parciais. Buscam denegrir a obra evangelizadora dos jesuítas” (KREUTZ, 2009, p. 9).

A apresentação da obra é feita pelo Padre Arthur Rabuske, da Unisinos (São Leopoldo/RS), que, entre outros tópicos do prólogo do autor, ressalta a ideia de que a utopia missioneira de fato se constitui um capítulo histórico, comentando que

para os missionários jesuítas e toda a Ordem da Companhia de Jesus, ele continuou sendo trágico, pois levou no decênio de 1750 em diante a supressão da mesma, em 1773, por um Papa, para apenas em 1814 ser restaurada por outro Papa. [...] Dom Estanislau faz justiça aos méritos dos padres franciscanos, pioneiros das reduções guaranis, bem como aos sucessores dos jesuítas em 1768, entre os quais não faltaram missionários abnegados de outras Ordens Religiosas e do próprio clero diocesano. (KREUTZ, 2009, p. 13).

A obra é dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro Evolução Histórica, o segundo Primeiro Período da História Missioneira, o terceiro Período Áureo: os trinta povos missioneiros, o quarto Decadência do Sistema Reduacional e o quinto, Quarto Período. Citamos alguns subtítulos que evidenciam o pendor para o enfoque religioso da temática, registrando os seguintes: “Critérios de Evangelização”, “Frades Franciscanos”, “Jurisdição Eclesiástica”, “Pe. Roque Gonzales de Santa Cruz, Protagonista das Missões Indígenas”, “Os Missionários da Companhia de Jesus, “Roque Defensor dos Direitos Humanos”. Nesse último, assim se manifesta:

Roque defendia energicamente os direitos humanos e uma legítima liberdade dos povos indígenas. Ao lado de Bartolomeu de Las Casas e Antônio Vieira, pode ele ser considerado como um dos maiores paladinos desta nobre causa. Por todas as atitudes da sua vida, ele subscreve esse seu constante testemunho. Entre tantos outros, basta aduzir apenas um exemplo: certa feita, Roque recebeu uma carta de seu irmão Francisco, vice-governador de Assunção, com o pedido de que ele enviasse quarenta índios trabalhadores a uma encomienda. A resposta foi categórica. Não será enviado nenhum índio porque eles são gente livre. Não podem ser escravizados. Em sua resposta Roque incriminava os encomenderos, dizendo que cometiam um grave pecado de cobiça e de exploração dos índios. Roque defendia a implantação da cruz sem espada, mesmo que se preciso fosse derramar o próprio sangue. [...] Roque Gonzales foi impiedosamente massacrado por índios infiéis, emissários do poderoso cacique Nheçu. Com esse protomártir tombou também, Afonso Rodrigues. Dois dias mais tarde, com acintes de truculenta crueldade, foi trucidado, outrossim, o Pe. João de Castilho, em Assunção de Ijuí. Roque, Afonso e João formam o glorioso triunvirato dos pioneiros da evangelização de nossa terra gaúcha. Os primeiros mártires da Igreja no Brasil de hoje, cronologicamente falando, são os três pioneiros da evangelização: Roque, Afonso e João. (KREUTZ, 2009, p. 32).²

O subtítulo “Culto Mariano” não constava na edição inaugural de 2007, e consistia na veneração à Mãe de Cristo: “As festas em honra à Virgem foram gradativamente instituídas e sempre celebradas com particular devoção. Dentro dessa mística mariana inseriu-se, desde suas origens, a Igreja Missioneira. Para constatação concreta dessa feliz realidade, serão citados apenas alguns sinais de manifestação do culto mariano vivenciado pelos Trinta Povos das Reduções” (KREUTZ, 2009, p. 57-58). Segue, então, descrevendo como os missionários indigenistas pregavam a devoção à Maria e também milagres realizados, para posteriormente dissertar sobre “Missão dos Jesuítas”:

Os missionários que se dispuseram a enfrentar o ingente desafio das reduções indígenas guaranis, vinham exclusivamente inspirados pela mística do Bom Pastor, que vai em busca do imenso rebanho que ainda não lhe pertence. Esses audaciosos apóstolos haviam se preparado, solidamente, para uma árdua missão. Vinham desprovidos de quaisquer preconceitos étnicos e animados de um espírito maleável e aberto à inculturação do evangelho, a mais adequada possível. Enriquecidos por um acentrado amor aos povos indígenas, elaboraram e assumiram um amplo, consistente e bem delineado projeto de evangelização integral. Tentavam situar os indígenas dentro de sua realidade existencial. Na obra da evangelização buscavam integrar harmonicamente a dimensão humana, social, cultural, política, comunitária e religiosa.

O maior desafio que se antepunha à sua capacidade era o processo de inculturação do Evangelho. Além do mais, importa sublinhar que eles não vinham, simplesmente,

² Segue, ainda quando trata de Beatificação e Canonização, descrevendo esse processo: “Roque, Afonso e João foram beatificados por Pio XI, em 1934 e, canonizados por João Paulo II, no dia 16 de maio de 1988. Prodigiosamente, ficou preservada, até nossos dias, decorridos já 378 anos, a preciosa relíquia do coração de São Roque. Esse venerável coração equivale, sem dúvida alguma, a um expressivo símbolo de seu amor a Jesus Cristo, o Bom Pastor e como sinal inequívoco de sua total doação, em favor do anúncio da Boa Nova ao povo guarani. [...] Convém, outrossim, assinalar que houve outros vinte e três mártires da Companhia de Jesus, que derramaram seu generoso sangue pela causa da evangelização dos indígenas guaranis. Oito deles exerceram parte de seu apostolado missionário também no Rio Grande do Sul de hoje” (p. 33-34).

para dilatar as fronteiras geopolíticas do reino da Espanha. Expressivo número deles era originário da Alemanha, da Áustria, da Holanda, da Bélgica, da Itália e de outras nações européias. O único sonho, por eles acalentado, consistia em construir, entre os indígenas guaranis, uma réplica viva das primitivas comunidades cristãs. No empenho da realização desse grandioso projeto sacrificaram, com inexcedível generosidade, suas próprias vidas. O Pe. Antônio Sepp, o gênio das Missões, em suas detalhadas crônicas: *Ein Südtiroler im Jesuitenstaat* faz uma minuciosa descrição do dia-a-dia do missionário, bem como das características e da identidade dos índios guaranis.

Os filhos de Santo Inácio levavam vida austera e ascética a toda prova. Bem de madrugada rezavam seu breviário. Davam catequese diária às crianças, particularmente. Celebravam a eucaristia. [...] Esses apóstolos eram solícitos pelo atendimento religioso, como sua missão principal. [...] Participavam, com particular solicitude, das angústias e preocupações do povo, em período de crises, estiagens, ou epidemias. Não gozavam de férias em momento algum de sua vida... enfim, toda sua ação evangelizadora e seu testemunho existencial orientava-se para o cumprimento de sua extraordinária e exigente missão. (KREUTZ, 2009, p. 88-91).

Esse subcapítulo foi estendido na edição de 2009 com citações que não constavam em 2007, do historiador Andrés Lamas, “imbuído de um liberalismo assanhado e nada simpatizante com tudo o que é eclesiástico”, mas que, ainda assim, “emitiu sobre as Missões um juízo tão elogioso que dificilmente pudesse ser superado, até mesmo por um católico fervoroso” (KREUTZ, 2009, p. 90). Ou seja, traz à baila esse historiador pelo fato de, segundo ele, mesmo sem ser um entusiasta da religião, afirmou que

a missão da Companhia de Jesus na conquista destes países é altíssima; porque ela representa em nossa história um dos sistemas ensaiados para submeter e civilizar os indígenas. [...] E nada mais respeitável que a conduta pessoal dos jesuítas em contato com os costumes depravados dos conquistadores. Nenhuma leviandade os maculou; e a casta severidade de sua vida foi uma das bases mais visíveis da autoridade que exerceram sobre os neófitos de suas relações... (KREUTZ, 2009, p. 90-91).

Porém, mais que em subtítulos, no corpo da obra é possível verificar esse pendor para a exaltação do trabalho jesuítico, associado à ideia de progresso. Quando trata do “Sistema Reducional”, por exemplo, conceitua Redução ou aldeamento como sendo

um processo de reunião de expressivo número de tribos indígenas, no mesmo povoado, proporcionando-lhes todas as condições de uma vida digna, sob os mais variados aspectos: alimentação, moradia, educação e, sobretudo, formação cristã. Sonhava-se com a constituição de uma réplica viva das primitivas comunidades cristãs, das quais se fala nos Atos dos Apóstolos 4,32 ss: Daquela multidão de fiéis um só era o coração e uma só a alma e ninguém dizia ser coisa sua o que possuía porque, entre eles tudo era comum [...]. O sistema reducional veio a propor, de modo concreto, a vivência da mais bela utopia de uma sociedade justa, fraterna e solidária. Sob o prisma deste espírito, essa utopia merece, pois, ser valorizada e assumida como o maior patrimônio histórico-sócio-político-cultural-religioso da humanidade. Guillermo Furlong, grande historiador, observa que os povos das reduções gozavam

de uma felicidade como raras vezes, ou nunca, desfrutou povo algum. Mais de um milhão de indígenas, entre os anos de 1609 a 1767 usufruíram da felicidade em forma plena, ainda que com a magra plenitude outorgada aos mortais neste mundo. (KREUTZ, 2009, p. 27-28).

Como se vê, a descrição das reduções e do sistema reducional como um todo, sempre enfatizando os feitos dos jesuítas e a sua importância vital na vida indígena, cumprindo com a função cristianizadora, traz uma imagem positiva dos mesmos, ligada à ideia de progresso: expansão territorial, das construções, da qualidade da saúde... ao ‘civilizarem’ os índios, os jesuítas, de certa maneira, cumpriam um ideal de progresso, além do ideal religioso. Civilização se opõe à barbárie, mas, afinal, será que esses conceitos têm sentido? De fato, os jesuítas ‘civilizaram’ os índios ou foram os índios os verdadeiros civilizados condenados à barbarização?

O autor traz a observação de um historiador no sentido de que os povos das reduções gozavam de uma felicidade como raras vezes, ou nunca, desfrutou povo algum, mas em nenhum momento se questiona que a verdadeira felicidade os índios desfrutavam era quando os colonizadores e os jesuítas sequer cogitavam que houvesse esse mundo desconhecido dos ‘civilizados’. Desconheciam uma série de doenças, usavam racionalmente a natureza, sem agredi-la, vivendo sem qualquer tipo de amarras.

No subitem Formação Popular, o autor coloca que três foram as maiores conquistas que os jesuítas obtiveram em favor dos indígenas: erradicaram a bebedeira, a poligamia e a ociosidade: “Para terminar com o hábito da excessiva bebida, introduziram o chimarrão. Para acabar com a poligamia, criaram um alto conceito de matrimônio e de família. Para superar a ociosidade inventaram as mais variadas frentes de trabalho, sempre animadas por música e canto” (KREUTZ, 2009, p. 62-63).

Porém, trata-se de conquistas sob a ótica cristã ocidental, que sequer cogita esse estilo de vida como saudável. Buscam fixar um padrão que, mesmo hoje, sabemos que não se estabelece em muitos lugares do planeta, de forma que é bastante questionável se seriam estas realmente conquistas que os jesuítas obtiveram em favor dos indígenas. É de se pensar se hoje, se pudessem voltar no tempo e ter liberdade de escolha, os índios não teriam dispensado todas elas...

A obra está repleta de exemplos, especialmente no terceiro capítulo, referente ao Período Áureo, de descrições nas quais se pode perceber a apologia às verdades jesuíticas, no sentido de defesa dos seus propósitos e enaltecimentos do que seriam os seus feitos e

contribuições. Porém, silenciadas quaisquer perspectivas críticas desse projeto, seja civilizatório, seja cristianizador, como por exemplo, a desconsideração da forma de vida e de religiosidade dos índios antes da chegada dos europeus.

No subitem “Garantia Alimentar”, o autor refere que

uma das primeiras preocupações dos missionários referia-se à segurança alimentar do povo. Para tanto, já haviam introduzido, há meio século, gado vacum, cavalos, ovelhas e animais domésticos. Foram repartidas, pois, harmonicamente, áreas de pastagens e estâncias, atribuindo-se uma a cada redução. [...] Observava-se notável diversificação agrícola e pecuária, segundo as propriedades do solo de cada um dos Trinta Povos. Em alguns havia superprodução de trigo, cana-de-açúcar ou algodão. Faziam-se permutas entre os povos, segundo o critério de preços pré-estabelecidos. (KREUTZ, 2009, p. 50-51).

Neste mesmo subitem, houve um acréscimo à edição de 2007, mas que serviu a esses mesmos propósitos: Com relação à medicina e à siderurgia missioneira, traz uma passagem do historiador Padre Luiz Gonzaga Jaeger, o qual escreveu: “não nos consta que cidade alguma da colônia luso-espanhola se pudesse vangloriar de semelhante progresso. Relativamente à siderurgia, pode-se afirmar que aos Sete Povos coube a primazia nesse progresso em todo o Brasil e provavelmente em toda a América” (KREUTZ, 2009, p. 54).

Essa visão de legitimação e enaltecimento do projeto missionário dos jesuítas também é passível de ser observada quando o autor menciona a Companhia de Jesus, afirmando que “o ideal humanitário-cristão da convivência reducional veio a ser abraçado, ardorosamente, por toda uma plêiade de religiosos, primeiramente franciscanos, mas, sobretudo, jesuítas, que dedicaram toda sua vida apostólica à execução desse fascinante projeto. Nele se realizavam os mais belos sonhos de uma vida feliz, de forma integradora” (KREUTZ, 2009, p. 28).

Portanto, o autor estabelece um traço distintivo entre o antes e o depois da chegada dos jesuítas, engrandecendo uma infinidade de contribuições que eles trouxeram aos índios, sob a ótica da Igreja. Estabelece a atuação dos jesuítas como um marco de referência a partir do qual tudo se desenrola. Também descreve o que denominou de decadência após a expulsão dos jesuítas, pois para ele, isso está associado à ideia de regressão. A seguir, citamos três exemplos disso; quando descreve o Sistema de Medicina e Saúde vigente nas Reduções, quando descreve as Reduções dezoito anos após a era jesuítica e quando menciona o testemunho de três escritores que visitaram as reduções nos primeiros decênios do século XIX:

Os Irmãos jesuítas especializavam-se como boticários (farmacêuticos) e cirurgiões-médicos. Os Superiores Provinciais, sucessivamente, os requisitavam na Alemanha, Áustria, Boêmia, Flandres e Espanha. Tornaram-se, particularmente, beneméritos nessa ação humanitária os Irmãos Pedro Hornaer, Ruperto Dalhamer (austríaco), Tomé Heyrle (bávaro), Marcos Bilobas, Pedro Montenegro e Norberto Zuilak (da Morávia). Este último gozava de grande fama. Os médicos acompanhavam, ordinariamente, também os combatentes em situação de guerra. Após a expulsão dos jesuítas, as reduções ficaram sem médicos e cirurgiões. A partir de 1790, contava-se novamente com a presença de algum médico. A pastoral da saúde era muito dinâmica no seio das reduções. Os padres visitavam os enfermos em casa, de manhã e de tarde, acompanhados por ministros e enfermeiros, os curuzuyás, portadores da cruz. Em caso de gravidade, os padres administravam a unção dos enfermos e o sagrado viático. Os enfermeiros aplicavam medicina caseira. Após a expulsão dos jesuítas, os hospitais não eram mais aproveitados. Os mortos não eram sepultados na igreja, pelo anti-higiênico que poderia representar, mas no cemitério. (KREUTZ, 2009, p. 52-53).

Dezoito anos após a era jesuítica, dois terços das casas, nos Trinta Povos, estavam desmoronando. Já não se via carpinteiro algum. Os índios tornaram-se insensíveis e apáticos a tudo, à dor, à opressão [...]. Chegou-se a uma mera caricatura de um povo oprimido e desesperado. Os oficiais despojaram os templos do mais precioso que possuíam. Tudo, na prática, tornara-se propriedade absoluta do administrador geral. Os índios viviam em clima de total desolação. A agricultura ficou semiabandonada. Reinava situação deplorável de fome e miséria. [...] Promessas demagógicas e abusos de poder faziam com que os índios abandonassem, amargurados, suas reduções. (KREUTZ, 2009, p. 112-113).

Os escritores Roberston D’Obigny, Aimé Bombland e August de Saint Hilaire visitaram as reduções nos primeiros decênios do século XIX. Eles dão testemunhos eloqüentes da situação reinante. Este último, em 1821, afirmou que não se encontrava índio algum, que tenha vivido sob o regime jesuítico, que não declarasse que o governo dos mesmos constituiu a época feliz daquelas províncias. O superior provincial Aguirre lembra: aquela economia cristã, na qual os sãos e os enfermos, os pequenos e os grandes, homens e mulheres, eram socorridos no tempo dos jesuítas, com a maior pontualidade com que o faz um pródigo pai de família em sua própria casa. O Padre Antônio Sepp assim escreve: cada um (dos índios das reduções) pode caçar ao bel prazer, não há zonas proibidas, permite-se a caça grande e pequena, todos têm o direito de pesca e podem procurar o mel na selva e produzir cera, cada redução pode conduzir à casa vacas e bezerros aos milhares... numa palavra, se não me engano, não existe sob o sol um país mais feliz do que aquele de nossos índios, porque podem apreciar e gozar essa vida afortunada. Reveja o benévolo leitor... não há nenhum país, nenhuma classe social do gênero humano, que goze de uma vida tão pacífica, tranquila e democrática como estes guaranis que usufruem do que Deus lhes tem concedido. (KREUTZ, 2009, p. 113-114).

Porém, assim era a vida dos índios antes da chegada dos espanhóis: gozavam de liberdade para suas atividades. Essa vida afortunada não foi um direito outorgado pelos jesuítas, mas sim uma condição natural que foi sendo modificada ao longo dos séculos. Enquanto donos da terra, não precisavam pedir permissão. Sob esse prisma, se gozavam de liberdade na era jesuítica, não era por um favor, mas sim por um direito, que lhes foi sendo gradativamente suprimido.

Ao falar da decadência do Sistema Reducional, ainda, menciona que “os opositores dos jesuítas não sossegavam. Eram eles: encomendeiros, alguns governadores, ministros absolutistas de Portugal e Espanha... inventavam calúnias, as mais absurdas, contra a Companhia de Jesus” (KREUTZ, 2009, p. 106). A isso, a edição de 2009 acrescentou à edição de 2007 algumas razões pelas quais os jesuítas eram odiados por hispano-americanos, fatores estes ligados às contribuições do projeto dos jesuítas:

puseram fim ao processo de escravização dos guaranis; implantaram um sistema antagônico e alternativo de sociedade em flagrante contradição ao sistema liberal e escravocrata vigente na época dos conquistadores; possuíam estâncias povoadas por um milhão de cabeças de gado; abriram concorrência, embora não intencionalmente, aos colonialistas através da indústria e comercialização de erva-mate de qualidade superior; administravam, supostamente, fabulosas minas de ouro e prata; não apoiavam movimentos de emancipação nas Colônias. (KREUTZ, 2009, p. 106-107).

No último capítulo, Dom Estanislau trata da transformação das Reduções em municípios, dando enfoque à Santo Ângelo, que se tornou um polo geopolítico, cultural e religioso. Mas foi no polo religioso que ele se deteve; um exemplo disso é a descrição da praça:

A grande praça, em frente à majestosa catedral, foi totalmente remodelada pela Prefeitura Municipal sob a administração do Prefeito Eduardo Debacco Loureiro. Tanto a reforma desta igreja, quanto à remodelação da praça, neste momento histórico teve como escopo a comemoração dos trezentos anos de fundação da histórica redução e hodierna capital das missões, a cidade de Santo Ângelo. (KREUTZ, 2009, p. 126).

Aqui é possível perceber nitidamente a diferença de enfoque de um autor para o outro, em razão das diferentes motivações que os norteavam. Ao falar de Santo Ângelo e sua História, Dom Estanislau não deixa transparecer intenções políticas; embora cite a administração do atual Prefeito; antes confere grande destaque para a Igreja Catedral e o histórico dos párocos locais, como se pode perceber também no seguinte trecho:

Os oitenta e seis vitrais coloridos fazem respirar, no interior da igreja, uma atmosfera de fé e religiosidade. No andar térreo da torre direita foi instaurado, em 12 de dezembro de 2006, um lindo oratório em honra de Nossa Senhora de Guadalupe, Padroeira da América. Destaca-se, ali também, um dos raros índios canonizados pela Igreja: São Diego. Do alto das torres da Catedral ressoa, em dias de festa e em final de semana, um carrilhão sonoro de seis sinos, os quais pesam seis mil quilos. A Catedral emerge atualmente como um dos mais belos templos do Brasil, restaurada que foi em sentido artístico-litúrgico pelo Irmão Renato Koch e sua equipe, com o entusiástico apoio do pároco, Padre Rosalvo Frey, a generosa colaboração do Monsenhor Joannes Dieter Becker, com a participação ativa da comunidade da catedral e da constante orientação do bispo diocesano Dom José

Clemente Weber. (KREUTZ, 2009, p. 125. Grifo nosso para destacar o acréscimo em relação à edição de 2007).

A utilização dessa descrição demonstra que, de certa forma, ela implica uma interpretação do autor a respeito daquilo que descreve, e carrega um objetivo que está ligado a uma imagem, no sentido de representação estética. Assim, no caso, causa uma impressão positiva, aliada ao enaltecimento da perspectiva religiosa do lugar descrito.

Por fim, o epílogo da obra de Dom Estanislau, da primeira edição da obra:

A Sagrada Experiência (Sacrum Experimentum) das missões jesuítico-guaranis, com toda a razão, é reconhecida, pela UNESCO, como patrimônio histórico-cultural da humanidade, desde 1983. Para nós cristãos, essa Sagrada Experiência, representa, acima de tudo, um modelo inspirador, capaz de instaurar a tão sonhada sociedade justa, fraterna e solidária: sociedade na qual se integra fé e vida, em sintonia com o testemunho e a vivência das primitivas comunidades cristãs.

A presente síntese histórica não visa tão somente evocar os gloriosos capítulos da utopia missioneira, na qual temos o privilégio de estar inseridos. Não rememoramos exclusivamente luzes e sombras da era jesuítico-guarani.

Sentimo-nos, isto sim, interpelados a resgatar um preciosíssimo patrimônio, que nos foi confiado. Verdade é que, na imensa maioria, não somos descendentes do povo guarani. Somos, todavia, filhos desta terra missioneira e, portanto, herdeiros de um legado histórico de incalculável valor. À luz deste contexto, sentimo-nos convocados a dar continuidade ao Sacrum Experimentum, abrindo perspectivas para a instauração de uma nova sociedade e de uma Igreja comprometida com a construção do Reino de Deus.

Na comemoração dos Trezentos Anos de Fundação de Santo Ângelo, é hora de acordarmos de um prolongado sono e lançar-nos, decididamente, à obra da construção da Terra Sem Males. (KREUTZ, 2007, p. 94-95. Todos os grifos são nossos).

E para que possamos analisá-lo comparativamente, eis o Epílogo de 2009, modificado substancialmente em relação ao de 2007:

A Sagrada Experiência (Sacrum Experimentum) das missões jesuítico-guaranis, com toda a razão, é reconhecida, pela UNESCO, como patrimônio histórico-cultural da humanidade, desde 1983. Para os cristãos, essa Sagrada Experiência, representa, acima de tudo, um modelo inspirador, capaz de instaurar a tão sonhada sociedade justa, fraterna e solidária: sociedade na qual se integra fé e vida, em sintonia com o testemunho e a vivência das primitivas comunidades cristãs.

Finamente, sem subestimar os merecimentos e o ardor apostólico de mil e quinhentos missionários jesuítas que participaram ativamente da concretização da Epopéia Missioneira, convém destacar três reconhecidos protagonistas do processo de inculturação evangelizadora dos ameríndios. São os crioulos Padre Roque Gonzales de Santa Cruz, nascido em assunção do Paraguai, Padre Antônio Ruiz de Montoya, originário de Lima, Peru, e o tirolês, o Gênio das Missões, Padre Antônio Sepp.

Em suma, é preciso assinalar que a presente síntese histórica não visa tão somente evocar os gloriosos capítulos da utopia missioneira, na qual o povo do Cone Sul tem o privilégio de estar inserido. Não se rememoram exclusivamente luzes e sombras da era jesuítico-guarani.

Procurou-se, isto sim, resgatar um preciosíssimo patrimônio, que foi e continua sendo confiado às presentes e sucessivas gerações. A imensa maioria dos atuais habitantes não é descendente do povo Guarani. Entretanto, passo a passo, se integram a um processo de identificação como filhos desta terra missioneira e, portanto, herdeiros de um legado histórico de incalculável valor. A história desta terra não deixa de ser sua história.

[...] À luz desse contexto, sintam-se os missioneiros contemporâneos interpelados a dar continuidade ao Sacrum Experimentum, abrindo, assim, perspectivas para a instauração de uma nova sociedade e de uma Igreja comprometida com a construção do Reino de Deus.

Tanto na comemoração dos Trezentos Anos de Fundação de Santo Ângelo, quanto depois, é hora de acordar de um prolongado sono e lançar-se, decididamente, à obra da construção da Terra Sem Males. (KREUTZ, 2009, p. 129-132. Todos os grifos são nossos).

Quando analisamos esses diferentes epílogos, logo percebemos uma mudança na enunciação do discurso: houve uma despersonalização do discurso, fazendo com que o seu sujeito pareça impessoal. As construções impessoais eliminam o sujeito da enunciação, como por exemplo, pelo uso do “se” impessoal, configurando a existência de um sujeito não definido. Além da impessoalidade, operada por meio das formas impessoais do verbo, há outros procedimentos que aparecem no epílogo de 2009 e igualmente esvanecem o sujeito individual, tais como “Convém destacar”, “é possível assinalar”.

Resta a pergunta do porquê dessa mudança, sendo que uma provável resposta é a de que, realmente, esse tipo de estratégia, entre outras razões, é usada com o objetivo de despersonalizar o sujeito do discurso, mascarando-o para que não transpareçam de forma evidente os valores éticos, sociais e culturais subjacentes ao texto. Porém, são esses fatores primordiais no entendimento do sentido da produção discursiva, por traduzirem o olhar do autor, razão pela qual é preciso estar atento à forma de enunciação do discurso no bojo de um texto, sempre intencional e revelador de um sentido, de um olhar.

Como é possível perceber ao longo do trabalho, a síntese de Dom Estanislau é mais complexa que o resumo de Amado Grisolia, e nem poderia ser diferentes, guardadas as diferenciações que resultam do propósito de cada uma. Grisolia constrói uma imagem positiva do Município e da sua Administração, enquanto Dom Amadeu Kreutz constrói uma imagem positiva dos jesuítas. As obras de ambos demonstram o quanto a visão de mundo e os objetivos subjacentes são importantes para que possamos realmente compreender o seu sentido e fazer uma leitura do discurso que está nas entrelinhas. Nesse breve análise historiográfica, os sentidos que decorrem do não-escrito, do não-dito revelam a riqueza desse tipo de abordagem e também sua contribuição na aproximação disso que se convencionou chamar de “realidade” de um discurso a partir das suas subjacências.

Referências

GRISOLIA, Amado. *Resumo Histórico das Reduções Jesuíticas*. Santo Ângelo: Artes Gráficas Ltda., 1973, 56p.

KREUTZ, Estanislau Amadeu. *Missões Jesuítico-Guaranis: síntese histórica*. Santo Ângelo: EDIURI, 2009, 137 p.

_____. *Missões Jesuítico-Guaranis: síntese histórica*, 2007. Disponível em:
<http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/Missoes_Jesuítico-Guaranis.doc>. Acesso em: 05 jul. 2009.

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DE *ERVAL SECO NO CAPRICH* DE FREI SYLVIO DALL'AGNOL

Adilson Barbosa¹

É importante destacar que, na época da pesquisa e publicação do livro *Erval Seco no capricho*, o município de Erval Seco, localizado na região do Médio Alto Uruguai, noroeste do Rio Grande do Sul, contava com uma população de aproximadamente 15 mil e quinhentos habitantes, sendo sua principal atividade econômica a agricultura familiar. É neste contexto, histórico e geográfico, que o religioso e historiador Frei Sylvio se alicerçou para escrever o seu relato histórico.

Essa obra foi publicada no ano de 1988, pelo Instituto Social Padre Berthier, inicialmente para comemorar o jubileu de prata do município, contando com o apoio financeiro do poder público municipal e de muitas empresas locais, que ao patrocinarem tiveram seus nomes divulgados na contracapa do mesmo. A partir desta conjuntura, foi realizado o projeto do Frei- escritor. Para compreendermos melhor a obra analisada é necessário que conheçamos o seu autor. Frei Sylvio Dall'Agnol, de acordo com a pequena biografia colocada na contracapa e com registros da Paróquia Santa Terezinha de Erval Seco, nasceu no Vale do Lajeado Pepino, afluente do Rio Pelotas. Conheceu e estudou profundamente a vida de São Francisco, de Santa Clara, de Frei Leão e de Irmã Inês. Viveu meses em Assis e Belém. Conheceu os Alpes europeus e os vales da Ungria. Sua vida foi profundamente pautada pela devoção eclesiástica e pelo amor às letras.

Nessa busca por registrar o passado, Dall'Agnol contou com o depoimento e pesquisas de muitas pessoas a fim de escrever a história cultural, social e política do município. Sem esconder que tem preferências por alguns aspectos, parte do pressuposto de que a origem comunitária vem da existência de organização religiosa, e que, portanto, a Igreja seria a mola mestra para o desenvolvimento em todos os sentidos. É interessante para analisarmos a obra em questão que percebamos como esta está subdividida e as razões que levaram o autor a optar por tal estruturação. Antes mesmo do prefácio, Dall'Agnol transcreve um salmo e um hino, de sua autoria, dedicados a Erval Seco. Os primeiros capítulos do livro, que estão da página 13 a 18, dedicam-se quase que exclusivamente à história dos primórdios

¹ Mestre em Letras- URI- Frederico Wesphalen. Professor da rede municipal de ensino de Erval Seco, da Rede Estadual de Ensino do RS e Professor da Líder Educacional- PóloUniasselvi- Erval Seco. Comunicador da Rádio Nativa FM- Erval Seco.

do município, principalmente de como se deu a expulsão dos povos indígenas destas terras. As páginas seguintes são dedicadas a relatar a chegada dos imigrantes europeus e a enumerar quais foram os primeiros comércios, indústrias, culturas agrícolas, moradores e escolas a se estabelecerem nesta terra. Já desde a página 25, dedica-se a contar a história política e religiosa das localidades, nos momentos antecedentes e precedentes à data da emancipação. Nas páginas seguintes, o Frei fala da religiosidade popular, superstições e lendas que permeiam o imaginário do povo.

A partir da página 53, o autor faz um levantamento da história da emancipação política e administrativa de Erval Seco, bem como do nome de todos os agentes políticos que até então haviam passado pela administração pública. Nesse momento ele volta ao presente da narração e expõe ao leitor dados atuais sobre o município, como localização geográfica, situação educacional, situação social, principais entidades, localização e principais funções. A partir deste ponto, Frei Sylvio passa a detalhar a fundação de cada comunidade do interior do município, na qual é possível perceber que a história ora é narrada por Dall’Agnol, ora por membros da comunidade que está sendo narrada, facilmente identificados através dos créditos colocados no final de cada capítulo. Na verdade, o pároco alterna sua função no texto do livro: ora é autor, ora é apenas organizador.



FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

O livro, além de ser composto por textos, faz uso de fotos, mapas e gráficos com a finalidade de possibilitar a ilustração do que está sendo narrado, localizar o leitor no tempo e no espaço e permitir uma melhor visualização de dados referenciais. Esse recurso vem corroborar para uma melhor leitura do texto. As fotos colocadas são contemporâneas à escrita do livro e mostram as comunidades e sua população. Todas foram tiradas em frente a uma igreja, mais uma vez, simbolizando que esta é o centro da organização social comunitária, aqui entendida em sentido duplo: templo físico e entidade mantenedora de princípios e preceitos. No entanto, já em menor número, os mapas presentes no livro são apenas cinco: mapa do Rio Grande do Sul (p. 16), mapa do município de Erval Seco, com delimitação de limites com outros municípios (p. 18), croqui do perímetro urbano (p. 70), mapa das comunidades (p. 72) e mapa da diocese de Frederico Wesphalen (p. 83). Da mesma forma que os mapas vêm situar o leitor geograficamente, os gráficos vêm especificar dados que não são detalhados no corpo do texto. O pároco utilizou como bibliografia básica para sua escrita,

muitos livros da história regional e de registros de paróquias católicas, que junto a entrevistas com pessoas mais velhas do município, ajudaram a trazer o contexto histórico da época enfocada. Ele mesmo admite que deveria ter consultado muito mais pessoas, mas devido à falta de tempo não foi possível fazê-lo, como podemos perceber:

Este livro foi escrito durante o ano de 1988. A pesquisa bibliográfica foi boa. O que poderia ter sido melhor é a pesquisa popular. Realmente, as pessoas entrevistadas, elencadas acima, foram uma fonte inestimável. De fato, poderiam ter sido consultadas muitas outras pessoas, mas a urgência de impressão do livro impediu. (DALL'AGNOL, 1988, p. 4).

Nesse sentido, é possível que compreendamos o fato do frei Dall'Agnol não haver angariado mais tempo para sua pesquisa popular. Contudo nos questionamos com relação à escolha das pessoas entrevistadas. Por que a maioria dos entrevistados pertence a classe média alta de Erval Seco? Seria o fato dos entrevistados exercerem um papel de grande destaque social um fator determinante na escolha feita pelo pároco? A circunstância de os pesquisados confessarem o catolicismo foi um quesito levado em consideração pelo pesquisador? Certamente, essas perguntas inquietam e levam, inclusive, o leitor mais desatento a refletir sobre, talvez, uma possível preferência do escritor na escolha dessas pessoas. Segundo Walter Benjamin, é importante saber com quem o historiador estabelece empatia ao ressuscitar uma época, para assim sabermos interpretar os implícitos do texto histórico e da própria história:

A natureza dessa tristeza se tomará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

A partir dessa concepção benjaminiana, é importante que compreendamos com quem Frei Sylvio se identifica ao escrever seu relato. No caso específico, assim como pensara Benjamin, há por parte desse historiador uma grande identificação com os vencedores, no caso a Igreja Católica e o poder estatal. Nesse ponto, o leitor nos perguntará em que nos baseamos para fazer tal afirmação. Para responder a essa pergunta, nada melhor do que realizar um outro questionamento. Sendo o livro composto por cento e vinte e seis páginas, o que levaria Dall' Agnol a dedicar apenas duas páginas ao luteranismo em Erval Seco? Tendo em vista que mais de 50% (cinquenta por cento) da população pertence a uma igreja

evangélica, das mais diversas denominações, por que sequer essa porcentagem foi ouvida ou citada?

A partir desses questionamentos, percebemos claramente que o livro do frei priorizou o catolicismo no município e teve um olhar profundamente sob o ponto de vista da Igreja Católica. Apesar disso, Dall’Agnol não exclui os povos marginalizados, totalmente de sua narrativa, ainda que deixe poucas páginas para a cultura marginal e a descreva sob o ponto-de-vista de dominação. Tendo em vista a forte influencia sofrida pela educação extremamente doutrinária da igreja, o pároco não consegue se desvencilhar das amarras do dogmatismo católico. Desde o início, deixa claro oficialmente para o leitor o objetivo de sua narrativa sobre Erval Seco:

A finalidade deste esboço histórico de Erval Seco é de propiciar a todos os cidadãos da Comunidade o conhecimento de sua História, de suas potencialidades e de suas responsabilidades na construção de seu destino no Destino que Deus Pai- Mãe Criador planejou, que em Jesus Cristo Filho- Irmão tem a salvação e que no Espírito Santo Amigo se realiza a santificação em igreja, Povo de Deus. (DALL’AGNOL, 1988, p. 12).

A defesa do cristianismo e da cristianização, como meio de salvação dos povos indígenas, fica evidente quando cita os jesuítas como criadores de uma sociedade comunitária e cristã, salvadores das almas perdidas:

De um lado os jesuítas querendo cristianizar os índios, criando uma sociedade comunitária. Do outro lado os invasores e saqueadores provocando o genocídio dos índios e o roubo das riquezas naturais. Estes últimos, com força das armas, conseguiram seu intento. As Ruínas de São Miguel são testemunhas tristes e silenciadas daquele ideal humano e cristão e deste crime covarde e diabólico. (DALL’AGNOL, 1988, p. 13)

No capítulo dedicado às primeiras famílias que chegaram a Erval Seco, Dall’Agnol ressalta que elas só conseguiram sobreviver e vencer a todos os obstáculos, como a falta de recursos instrumentais e a falta de uma sociedade já organizada, graças ao poder da fé cristã na Igreja:

Venceram tudo isto no esforço dos pais e mães, professores voluntários em escolas familiares, a força da Fé Cristã na Igreja vivida em família, reuniões e festas simples, nas raras visitas de padres para a celebração dos sacramentos. Todas estas famílias merecem um monumento pela luta, pelo tutano da vida de Fé e família. (DALL’AGNOL, 1988, p. 16)

Também se referindo às primeiras famílias que aqui chegaram, vemos que o escritor segue a ideologia de dominação patriarcal, nomeando as famílias a partir do nome do patriarca. Vemos isso no capítulo “Outra História”:

As famílias que aqui chegaram por estas épocas foram elencadas pelo engenheiro naturalista Maximiliano Beschoren: Entre os rios Guarita e Ogarantin: José Gomes de Medeiros, Manoel leite de Azevedo, Vicente do Amaral, M. Antônio de Arruda, Silvestre da Silva Gularte, José Mesquita Lobo... (DALL’AGNOL, 1989, p. 15)

Através da linguagem utilizada pelo autor, torna-se possível verificarmos que ele faz uso da linguagem poética como recurso para tornar o discurso menos pesado e cansativo, ao passo, que nos fornece pistas para compreendermos que seu texto não deve ser confundido com um estudo de cunho estritamente científico, mas sim apenas como uma das possíveis interpretações da realidade da história. Vemos isso quando ele diz que as famílias que primeiro vieram a Erval Seco eram “Gente ‘pelo duro’, mas de almas suaves como os orvalhos do sertão” (DALL’AGNOL, 1988, p. 16). Ao terminar o capítulo intitulado “História dos migrantes”, o pároco sai do texto puramente informativo para entrar num texto opinativo, confundindo-se com uma oração:

Queira eu que em breve haja uma só comunhão de fé, de amor, de progresso, de bem-estar na justiça do bem comum, Este é o sentido real do Evangelho de Jesus Cristo.
Porque não idealizar para o futuro uma população mais culta com escolas mais instrutivas e formadoras de pessoas de conhecimento globais. (DALL’AGNOL, 1988, p. 20).

Também vemos que no capítulo nomeado de “História Psicossocial de Erval Seco”, o frei faz uma análise social, no modelo de Benjamim, sobre o problema da violência durante a formação do município. Para ele, “o espírito de violência que a cada dia faz acontecer ofensas e atritos, agressões e mortes deve-se ao complexo de inferioridade, de culpa, e à situação de sub-homem que a ignorância e a miséria acarretam”. Apesar de toda essa corrente fortemente religiosa que impulsiona Frei Sylvio Dall’ Agnol a uma escrita marcada pela doutrinação e dogmatismo, nota-se que ele, ainda que superficialmente, aborda temas considerados pagãos, no capítulo intitulado “Religiosidade Popular: Superstições - Lendas”. Através desse capítulo, ele nos depara com simpatias contra raios e tempestades, com a lenda do Nicolau, com a lenda do homem que orneia, com a lenda da cobra grande do rio Guarita, lenda do Caipora, lenda da existência de panelas de dinheiro e feitiços. Obviamente que este capítulo é o menos

valorizado no livro, até por que na sua introdução o autor justifica a credence do povo devido a serem um povo simples e desprotegido. Por isso, antes da presença da Igreja, tiveram que se abrigar numa mitologia fantástica para se sentirem seguros em meio a natureza hostil.

Apesar de toda a sua ideologia marcar profundamente seu texto, o pároco tem consciência do seu fazer histórico; de suas limitações quanto às fontes, recursos e tempo; e principalmente da existência de um leitor, que poderá suscitar múltiplas interpretações e talvez até mesmo realizar sua própria investigação histórica confirmando-o ou desmentindo-o. Vemos isso logo no início numa nota colocada antes mesmo do prefácio:

Outros historiadores futuros poderão realizar uma consulta mais técnica e global. Deixo aqui registrado um agradecimento aos anciãos que colaboraram com suas memórias inestimáveis. À datilógrafa D^a Maria de Cesaro, um muito obrigado. (DALL'AGNOL, 1988. p. 4).

Também percebemos que o autor tem conhecimento verdadeiro de o que foi colocado no texto pode e deve ser aprofundado pelo leitor, pois o conteúdo é limitado e serve apenas como referência. Vemos isso na introdução do capítulo das superstições:

Nesta pesquisa muito superficial se colheram umas amostras bem eloqüentes do que o povo simples e desprotegido, no meio do sertão precisou para se sentir entre mil perigos naturais e humanos. Colo-as como as colhi, deixando o leitor fazer o estudo. (DALL'AGNOL, 1988, p. 46).

Por fim, podemos concluir que o texto de Frei Sylvio Dall'Agnol é o primeiro grande estudo histórico, antropológico, social e literário, realizado sobre e em Erval Seco, e, portanto, merece toda a nossa atenção. Qualquer que se proponha a estudar a história desta localidade, deve necessariamente, não apenas ler o texto do frei, mas percorrer todo seu trajeto de pesquisa para, a partir de então, investir em seu próprio caminho. Os primeiros passos foram dados em busca de uma pesquisa histórica fundamentada e, é por meio de seus rastros que devemos nos guiar, sem, no entanto, deixar de perceber todo o contexto de sua escrita e sua ideologia. Dall'Agnol teve êxito em fazer um texto bem estruturado, simples e, ao mesmo tempo, didático. É um livro que pode ser lido e estudado por pessoas de todas as idades e níveis de estudo, pois sua linguagem é muito acessível, sem, claro, tornar-se banal.

Referências

DALL'AGNOL. *Erval Seco no capricho*. Passo Fundo: Berthier, 1988. 126p.

BENJAMIN. Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense. 2. ed. 1986. 331p.

UM NOVO OLHAR SOBRE A OBRA *A VILA FAGUENSE* - REFLEXÕES SOBRE *ESTE E OUTROS PÓLOS TURÍSTICOS DE FREDERICO WESPHALEN*

Adriana Maria Romitti Albarello¹

Introdução

A obra *A Vila Faguense: Um pólo turístico de Frederico Westphalen* procura lançar um novo olhar sobre o Médio Alto Uruguai, com o objetivo de não servir apenas de roteiro dos meios de acesso a este local panorâmico de particular beleza, mas também oferecer um pouco da pré-história da região, com destaque para os sítios paleontológicos, situados na bacia do Rio Uruguai, que fica no entorno do município de Frederico Westphalen, fazendo divisa com o Estado de Santa Catarina.

Escrita por Fiorindo David Grassi, a presente obra foi publicada pela Editora da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen – RS, onde o escritor foi professor de Direito Romano e de Direito Ambiental. Publicou vários livros e, atualmente, é membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e Advogado em Iraí-RS.

A URI, ao publicar este ensaio, através da Editora da URI, conforme consta no prefácio escrito pelo professor Ivo Blatt, “está contribuindo com a produção e a difusão do conhecimento e do resgate da história regional, iluminando o passado e projetando o amanhã”, já que na Vila Faguense “a URI mantém um polo tecnológico voltado principalmente para o desenvolvimento da pequena propriedade rural, que caracteriza toda a região abrangida pelo Câmpus de Frederico Westphalen” (GRASSI, 2000, p. 94).

A ideia de explanar a História da Vila Faguense surgiu a partir do então Diretor Geral do *Câmpus* da URI de Frederico Westphalen, “pelo fato de termos sido um de seus fundadores, contando com uma plêiade de valorosos pequenos agricultores das margens do Arroio das Tunas, que banha a Vila Faguense”.

Pela leitura da obra, percebe-se que o autor demonstra grande apreço pela referida Universidade, talvez por ter trabalhado nela, mas também pelas pessoas que fazem parte da história da mesma, como se pode constatar no trecho: “Cabe-nos ainda consignar nosso reconhecimento ao dinâmico Diretor Geral da URI, Campus de Frederico Westphalen (...) de

¹ Trabalha na Escola de Educação Básica da URI - FW e na Rede Estadual de Ensino. Mestra em Letras – Área de concentração Literatura – URI – FW. E-mail: adrimra@yahoo.com.br.

quem tivemos a honra, que sempre nos enaltece, de termos sido seu professor, quando ele, moço irrequieto e ansioso por aperfeiçoar sua formação, frequentava o ensino secundário nesta cidade de Frederico Westphalen.” (GRASSI, 2000).

Mais adiante, Grassi destaca novamente a URI –FW como “uma instituição superior com os pés no chão, prática e eficiente, em torno da qual se está construindo o presente e o futuro da região, em bases firmes, porque alicerçadas cientificamente no sólido binômio Educação-Formação integral”. Nessa passagem, fica evidente que o autor sente necessidade de elevar a Universidade a um alto grau quer pela importância da mesma na região ou pela contribuição desta para com seu trabalho, já que o livro foi aceito e endossado por ela.

Fiorindo David Grassi, nasceu em Frederico Westphalen, a 13 de maio de 1921, e completou seus estudos de Teologia, em cujas aulas só era permitida a língua latina ou o texto grego para a interpretação da Bíblia. Em seus primeiros anos de Sacerdócio, atuou no Rio Grande do Sul, na Catedral de Santa Maria, em Rodeio Bonito e em São Pedro do Sul. Em 1959, bacharelou-se em Letras Neolatinas. Já em 1964, bacharelou-se em Direito pela UFSM – Universidade de Santa Maria – RS, passando a conciliar o Sacerdócio e a profissão de Advogado. Faleceu em 18 de outubro de 2009, durante a solenidade da comemoração dos 60 anos da Paróquia de Rodeio Bonito, onde foi o primeiro pároco.

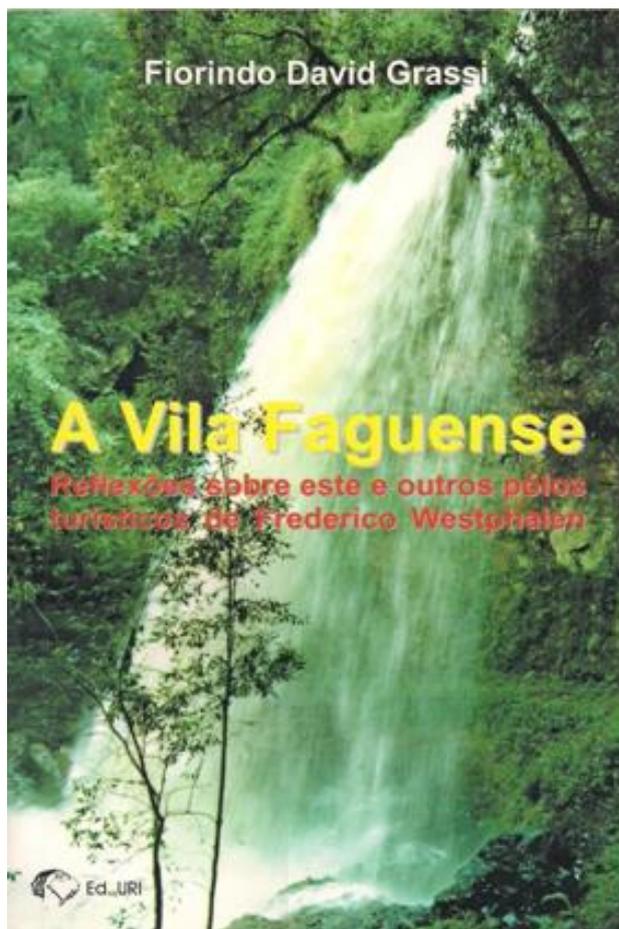


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

Segundo o próprio autor, o livro procura servir de guia para as pessoas que têm curiosidade a respeito da razão de ser da Vila Faguense, com sua paisagem bucólica e a saga que lhe deu origem, limitando-se a mostrar os caminhos sem preocupar-se com as reflexões dos visitantes ao contemplar o panorama que se apresenta. Embora não se apresente como escritor e sabendo, que não é detentor da verdade, como afirma, o autor manifesta suas convicções, procurando expor as pesquisas realizadas acerca do tema e convida o leitor para uma reflexão conjunta, demonstrando que a interação se faz.

A obra *A Vila Faguense: Um Polo Turístico Regional* foi estruturada em capítulos que, a partir do sumário, direcionam o leitor ao seu conteúdo. Na medida em que o texto é lido, tem-se a impressão de que os capítulos são fragmentos e que foram colocadas lado a lado para a formação do trabalho. Porém, na sequência da leitura é possível perceber que apresentam uma ligação, pois se trata de situações que giram em torno do tema proposto: a Vila Faguense, a origem do nome, os prováveis primeiros habitantes, os sítios paleontológicos

que confirmam, segundo o autor, essa origem, a Catedral da Natureza e a Catedral da Sé e a importância das mesmas no desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

O capítulo VII é uma narrativa feita por um descendente de agricultores, ligado diretamente à Vila Faguense, que conta suas impressões e lembranças a respeito do local. Por não ser a visão de Grassi, não será considerado nessa análise.

Segundo Grassi, “as lacunas, os vazios, as imperfeições do quanto aqui dizemos, certamente serão supridas por melhores, mais sábias e criteriosas correções que aguardamos”. (GRASSI, 2000, p. 93). Nessa passagem o autor deixa claro que seu trabalho não está acabado e que as observações que possam surgir a partir da análise do mesmo só contribuirão para o aperfeiçoamento da referida obra, julgando que serão feitas por alguém com mais fonte de informações que ele próprio. Porém, também menciona que isso não significa que irá abdicar de suas ideias “por causa de qualquer palpite furado”, o que transmite a ideia de que nem todas as críticas serão aceitas.

Nenhum historiador, por mais objetivo que pretenda ser, é alheio aos seus próprios interesses, ideologia ou mentalidades, nem pode subtrair-se ao seu ponto de vista particular. Quando muito, ter em conta múltiplos pontos de vista. Nessa narrativa não seria diferente. Há sempre um rumo a ser tomado, de acordo com os interesses que o autor defende. Este, ao escrever o relato sobre a Vila Faguense, conta com a sua memória e com as fontes bibliográficas, interpretando o evento à sua maneira. A perspectiva que é apresentada pelo narrador é apenas uma das várias possibilidades interpretativas do evento.

A Historiografia

A historiografia é a ciência da história, que se modifica através dos tempos, recebendo contribuições inclusive de outras ciências. Não está definitivamente feita e está constantemente sendo modificada. Cabe à historiografia a análise da história escrita, das descrições do passado, especificamente dos enfoques da narração, interpretações de mundo, uso das evidências ou documentos e os métodos da apresentação pelos historiadores, além dos estudos destes, por sua vez sujeitos e objetos da ciência.

De maneira restrita, a historiografia é o modo pelo qual a história foi escrita; num sentido mais amplo, refere-se às metodologias e às práticas da escrita da história; já em um sentido mais específico é escrever sobre a história em si. Assim, sendo a história a memória

do homem, proporciona a este a consciência de si mesmo, de sua identidade cultural, de sua situação na época e de sua continuidade.

Segundo Flores (1989), o objeto de estudo da história passa a ser o conhecimento histórico, acumulado ao longo da produção dos textos dos historiadores. Portanto, não é o passado em si que interessa ao historiógrafo, mas a metodologia, a teoria, a forma, as causas, a filosofia, o objeto, as técnicas de pesquisa para a elaboração do texto de história. O historiador recorta, seleciona, elege de acordo com suas impressões pessoais, atitude similar a do literato ao montar sua narrativa, e nos apresenta uma visão fragmentada do real, por ser a exposição de um momento único, de uma experiência vivida por ele (o autor), que seja física ou reflexiva. Assim, é possível entender que não há verdades nem mentiras em questão de história; a representação do que foi é percebida através das formas que o discurso histórico assume ao tornar-se inteligível.

Sendo assim, a obra *A Vila Faguense*, por ser escrita de maneira fragmentada, apresenta algumas características do trabalho de um literato, como se pode perceber nas descrições feitas, especialmente, no primeiro capítulo, a respeito do surgimento do nome da Vila em questão, em que o autor se vale de uma linguagem que se caracteriza pelo cuidado na elaboração, pelo apuro, pelo lirismo, pelo uso de termos em latim, além de buscar suporte em textos de escritores românticos. Um exemplo dessa linguagem pode ser observado em “...contando com uma plêiade de valorosos agricultores...” , “... numa referência obrigatória como célula mater geradora e impulsionadora de todo o progresso...” , “... como diz o adágio latino “de gustibus et coloribus non est disputandum...” (GRASSI, 2000, p. 93-94, 88).

Se tanto autor literário, quanto autor histórico narram a partir de suas vivências, talvez a validade da narrativa como documento histórico esteja no tipo de vivências pelas quais cada um passa a construir seu texto. Ambos podem compartilhar os mesmos acontecimentos, através das mesmas fontes, sejam arquivos documentais, relatos orais de terceiros, conhecimento do pensar de um determinado grupo social, ou a presença física do narrador durante tal acontecimento. As fontes podem ser aparentemente as mesmas, mas a diferença está na maneira como foram absorvidas e expostas durante a construção da narrativa.

É necessário chegar à reflexão e à interpretação para produzir qualquer relato, partindo-se do conhecimento e análise dos acontecimentos. Quanto às fontes, essas passam a depender do uso que o escritor, literato ou historicista, faça delas; sua importância ou insignificância ficam a cargo do seu uso e do que se constrói com elas. Assim, percebe-se que

a função da narrativa está ligada à intenção de quem narra, ou seja, expor um universo de ficção ou mostrar o como e o porquê dos acontecimentos, como o autor Grassi fez no momento em que relatou a Fundação da F.A.G., Frente Agrária Gaúcha, em 1963. Na verdade, a narrativa que é autobiográfica nessa parte da obra, pois é desenvolvida a partir de fragmentos dos fatos ocorridos.

A palavra escrita no papel, segundo Rubin, é uma presença, uma conquista de espaço no mundo, é, portanto, um documento que registra um momento, um tempo, um estágio de vivência, um estágio de pensamento; registra fatos que ocorrem em uma sociedade, em um determinado instante ou lugar. O ser humano não pode ficar alheio à sua condição existencial em um tempo e espaço determinados. Isso é o que vai determinar todas as suas atitudes diante da vida e sua maneira de expressar-se de forma oral e, principalmente, escrita.

Para compreender o Homem, é necessário contextualizá-lo, situá-lo no mundo, perceber sua historicidade, partindo sempre dos questionamentos sobre o modo de vida e a posição que o indivíduo ocupa na sociedade, a fim de entender suas atitudes e a sua visão de mundo.

A situação atual da História é a de uma Ciência em plena evolução e consciente desse fato, no entanto o seu crescimento atingirá uma real importância quando a tarefa de construção do Homem novo for assumida por todos. Não se faz História longe das problemáticas da atualidade e, portanto, sem um conjunto de problemas acerca do passado, sem um questionamento. É necessária uma visão de mundo consciente, a adoção de uma teoria, de um campo conceitual capaz de dar conta das preocupações do historiador, associados a método, fonte e técnicas compatíveis para a execução de uma tarefa intelectual no campo da história. Para tanto, a pesquisa é fundamental, pois a história tornou-se um vasto campo de pesquisa das Ciências Humanas, com material documental diversificado, além de todas as tecnologias de investigação.

No livro *A Vila Faguense*, o autor enfoca a história regional, recordando, redescobrimo, desvelando a história viva, vivida e registrada, pois a história é um permanente reviver. Procura resgatar não apenas o passado, mas fazer uma releitura da paisagem, do meio ambiente desta parte do extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao iniciar a obra, o autor esclarece o objetivo do texto e explica a localização do lugar. Depois, explica a origem do nome Vila Faguense, por meio da associação do termo “*faguetiro*” e seu significado, fazendo uso de uma linguagem carregada de lirismo, acessível, porém rebuscada.

Em seguida, o autor quebra as expectativas, mencionando que o vocábulo “*Faguense*” tem pouco de inspiração poética, talvez nada, pois é o simples enunciado da sigla “FAG”, Frente Agrária Gaúcha, que surgiu no Rio Grande do Sul, quando entrou em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural. Explica que, na época, os trabalhadores não tinham informações sobre a associação sindical das classes rurais e que, mesmo depois da publicação do Estatuto do Trabalhador Rural, que considerava lícita a associação em sindicatos para defender seus interesses econômicos, o sindicato era visto com reservas. Isso se devia ao fato de a palavra sindicalismo ser entendida como greve, boicote, sabotagem, paralisação.

O Episcopado gaúcho, visando à formação e treinamento de futuros líderes sindicais no meio rural, aprovou a iniciativa de economistas, sociólogos, juristas, médicos, empresários, advogados, agricultores e demais pessoas de categorias variadas a fim de oportunizar a fundação de sindicatos rurais à luz da doutrina católica (GRASSI, 2000, p. 21). Em partes como essa, é possível notar a influência da Igreja na sociedade como classe dirigente para com o restante das classes. O vínculo que os une não implica que possuam a mesma extração social da classe que representa. O que importa é a função que os criadores da ideologia desempenham no grupo, garantindo os interesses de sua classe (Pesavento, 1980).

Ainda, segundo Pesavento (1980), “a ideologia é, pois, uma concepção ou visão de mundo ligada a uma classe que traduz a realidade objetiva e formula conceitos sobre ela mesma a partir dos interesses desta classe”. Como concepção de mundo da classe, a escala de valores se impõe sobre o conjunto da sociedade, apresentando-se como a verdadeira expressão da realidade. Essa ideologia “manifesta-se em todas as atividades econômicas, sociais, políticas, intelectuais e culturais”.

As observações a seguir exemplificam, mais uma vez, a força da Igreja junto às comunidades: “A Carta Encíclica (...) e outros documentos pontifícios sobre a doutrina social da Igreja serviram de alicerce para a prática cristã no âmbito do sindicalismo rural do Rio Grande do Sul, com reflexos nos vizinhos estados da Federação”. Assim, “em 1962, surgiu a Frente Agrária Gaúcha, com a finalidade precípua de expor as bases doutrinárias calcadas no Evangelho, visando principalmente aos pequenos produtores rurais que, juntamente com seus empregados na agricultura, passariam a constituir o futuro Sindicato dos Trabalhadores Rurais tal qual hoje existe” (GRASSI, 2000, p. 21-22).

No Médio Alto Uruguai, um dos fundadores da Frente Agrária Gaúcha é o autor do livro *A Vila Faguense*, Fiorindo David Grassi, designado para servir à causa sindicalista, à luz do Evangelho de Jesus Cristo, na região de Frederico Westphalen, depois de ter atuado na

Diocese de Santa Maria. Portanto, Grassi é testemunha presencial das atividades da Frente Agrária Gaúcha e, como padre, representante da doutrina católica, a obra contempla os aspectos de caráter religioso.

Na sequência do livro, há, por meio de uma linguagem poética, descrição da paisagem, dos pássaros, mais precisamente os sons destes, dentro da mata. Segundo Grassi, nos arredores da Vila Faguense, além dos pequenos pássaros que ainda conviviam harmoniosamente, ouvia-se o som das águas do Riacho das Tunas, as quais caíam por cima das pedras formando uma gruta. De difícil acesso, a beleza do lugar era exuberante e inenarrável, uma verdadeira maravilha da natureza. Nessa parte da narrativa, o autor reflete acerca de quem seriam os primeiros habitantes a passarem pelo solo da Vila Faguense (GRASSI, 2000, p. 25-26).

Em partes do livro, privilegia-se a história das comunidades, dos indivíduos, gente comum em situações aparentemente banais, pois esse é o trabalho do historiador, ou seja, ser um pesquisador de evidências periféricas, incertas, porém capazes, se reunidas em uma trama lógica, de reconstruir a estrutura e dinâmica de seus objetos. Por isso, cabe ao historiador a interpretação das comunidades ou sociedades concretas, visto que a história, em geral, é uma ciência do cotidiano. Em outras, destaca-se a importância de pessoas consideradas respeitáveis dentro da sociedade e a colaboração destes para com a história, no que se refere a trabalho, auxílio financeiro e outros.

A micronarrativa e o livro *A Vila Faguense*

Juntamente com a história, aparece a micro-história que se encarrega de situações e processos que se encontram à margem da história geral. A sua proposição de análise histórica defende uma delimitação temática extremamente específica por parte do historiador, inclusive em termos de espacialidade e de temporalidade.

Para Chartier, “a micro-história pretende construir, a partir de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos” (apud VAINFAS, 2002, p. 56).

Numa escala de observação reduzida, a análise desenvolve-se a partir de uma exploração exaustiva das fontes, envolvendo descrição etnográfica e tendo preocupação com uma narrativa literária. Contempla temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas – geográfica ou socialmente -, às situações limite e às biografias ligadas à reconstituição de microcontextos ou dedicadas a personagens extremos, geralmente figuras anônimas, que passariam despercebidas na multidão.

Esta nova corrente historiográfica foi mal compreendida, ora tomada como história cultural, ora confundida com a história das mentalidades e com a história do cotidiano. Segundo o historiador brasileiro Ronaldo Vainfas, a micro-história também foi percebida como a expressão típica de uma história descritiva, de viés marcadamente antropológico, que renunciou ao estatuto científico da disciplina e invadiu o território da literatura, rompendo de vez as fronteiras da narrativa histórica com o ficcional (2002).

Giovanni Levi chama atenção de que tais análises estão equivocadas, pois apesar de produzirem resultados interessantes, o recorte em micro-história deve ser temático e, mesmo assim, relacionado com um assunto mais amplo. O autor menciona que a micro-história deveria servir como um “*zoom*” em fotografia. O pesquisador observa um pequeno espaço bastante ampliado, mas, ao mesmo tempo, tendo em conta o restante da paisagem, apesar de esta não estar ampliada (apud VAINFAS, 2002).

Uma das características da micro-história, segundo a interpretação de Levi “é a tentativa de demonstrar, através de um relato de fatos sólidos, o verdadeiro funcionamento de alguns aspectos da sociedade que seriam distorcidos pela generalização e pela formalização quantitativa usadas independentemente, pois essas operações acentuariam de uma maneira funcionalista o papel dos sistemas e dos processos mecanicistas de mudança social” (apud VAINFAS, 2002).

Não se trata de negar os sistemas de regras nem os processos mecanicistas de mudança por meio da narrativa de casos singulares, mas de propor, por intermédio dela, um deslocamento de foco. Por meio da narrativa amidiada de certo caso, o que se pretende é exhibir a relação entre determinado sistema de regras ou determinações históricas da sociedade estudada e as ações individuais: as escolhas que fizeram ou deixaram de fazer os agentes históricos dentro da margem de liberdade pessoal que lhes podia tocar, quer em relação a episódios específicos, quer em relação ao quadro normativo do mundo em que estavam inseridos.

Outra característica da micro-história, nas palavras de Levi “é aquela de incorporar ao corpo principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas. Esse método rompe claramente com a assertiva tradicional, a forma autoritária de discurso adotado pelos historiadores que apresentam a realidade como objetiva” (apud VAINFAS, 2002).

Despreocupada com a generalização e sem comprometimento com a explicação geral da sociedade em questão, a microanálise se atém a um universo onde as individualidades e motivações se multiplicam de forma avassaladora, e com isso alarga-se a margem de imprevisibilidade e de possibilidade de interpretação. Nesse sentido, o historiador ordena seu texto de modo a contextualizar seu tema, delimitar seu objeto, enunciar suas hipóteses e demonstrá-las metodicamente, conferindo inteligibilidade à história, a partir de seu entendimento.

Assim, uma narrativa com enredos minúsculos, somada às dúvidas do historiador, os dilemas e impasses dos personagens, estabelece uma ligação entre o que escreve e o que lê, e entre ambos e os personagens do enredo, ou seja, “o leitor é envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo de construção do argumento histórico” (apud VAINFAS, 2002). Para isso, é necessário que o historiador domine a técnica da narrativa para conseguir estabelecer esse diálogo entre escritor e leitor.

Nesse sentido, é possível perceber no livro *A Vila Faguense*, a narrativa micro-histórica, tendo em vista que o mesmo focaliza o texto em alguns aspectos específicos do tema, fazendo um recorte a fim de analisar mais detalhadamente algumas situações como a origem do nome, tratada na primeira parte da obra e os primeiros habitantes, a partir do capítulo terceiro. A maior parte da narrativa é realizada em terceira pessoa, porém em algumas passagens o autor se inclui num tom dialogal com o leitor como ocorre na passagem “este que vos fala”, quando fala da vinda deste para a cidade de Frederico Westphalen.

Nesse capítulo, o autor faz um retrato minucioso dos prováveis primeiros habitantes da região do Médio Alto Uruguai, narrando a trajetória desses desde a Ásia Central, vindos pelo Estreito de Bering, até aqui. Outra hipótese, segundo Grassi, seria a via marítima, por meio de pequenas embarcações até o continente, há aproximadamente setenta mil anos, como vem comprovando a ciência paleontológica.

A partir dessas suposições, Grassi faz uso do livro *Odisséia* para justificar a possibilidade de navegar e chegar aos destinos, exaltando a exímia habilidade dos legendários marinheiros como Ulisses. Menciona, também, a Revolução Farroupilha, mais precisamente

Giuseppe Garibaldi, além de jangadeiros, balseiros, pilotos de lanchas e outros “*corajosos*” que enfrentaram as águas do Rio Uruguai.

Esses argumentos passam a impressão de um certo exagero, pois para justificar a vinda dos habitantes primeiros da região é necessário fazer uso de argumentos de autoridade ou científicos e não somente suposições baseadas meramente em ficção.

A partir dessa volta ao passado, Grassi menciona a descoberta do Brasil pelos europeus, apresentando sutilmente outra versão para o fato, porém não dando tanta ênfase. Ele apenas menciona e prossegue a narrativa. Segundo ele, os índios foram assim chamados por Cabral e Cristóvão Colombo por serem originários da Índia e que os europeus poderiam também ser descendentes asiáticos.

A visão ufanista da realidade é percebida quando se refere aos jesuítas e aos índios. Estes, que um dia fizeram parte dessa paisagem, têm papel de destaque na obra, pois segundo o autor, “de modo algum podem ser discriminados, oferecendo-lhes terras improdutivas, matas de preservação permanente, com pouca água e de extensão reduzidíssima, impróprias para seu desenvolvimento integral, obrigando-os a esmolar ou servir de simples garotos-propaganda para atrair turistas. Nossos índios merecem, pois, todo o respeito e consideração” (GRASSI, 2000, p. 55-56).

Monsenhor Vítor Battistella endossa mais essa hipótese quando relata que nas imediações da Vila Faguense foi encontrada uma ferramenta como as que os índios usavam. Isso reforça a ideia da presença do indígena nesse meio.

O assunto da Pré-história brasileira, em bases paleontológicas vem tomando feições científicas patrocinadas por Universidades Gaúchas, reforçando os estudos já publicados por outros autores e consolidando cada vez mais a ideia de que tais sítios e outros que se descobrirão, constituem-se na prova material, idônea, para se confirmarem as pesquisas bibliográficas a cartoriais, inclusive via computador, para se chegar à conclusão de que as raízes asiáticas dos animais e do homem, realmente, existem na Vila Faguense (GRASSI, 2000).

Na sequência da obra, o autor fala das tribos indígenas, da miscigenação com o negro e o branco e das conquistas dos silvícolas, os quais deixaram de ser considerados incapazes, passando a ter a proteção do Estado até se integrarem à “comunidade nacional”, para assumirem a condição de membros de sociedades distintas e diferenciadas que possuem direitos especiais, os quais devem ser protegidos nas relações com o Estado e com a sociedade brasileira.

Grassi menciona o papel dos padres jesuítas que chegaram ao Brasil na época dos conquistadores, fazendo uma apologia ao trabalho destes. Ainda que contestados, os jesuítas usavam a palavra e não a espada. Para os índios, fazer parte de um novo sistema sociopolítico era melhor do que serem escravizados nas fazendas de mineração ou serem caçados pelos bandeirantes. Esses padres delinearam o sistema de autonomia, naturalmente sem paternalismos, que deveria ser adotado para os “irmãos índios”, como seriam os descendentes daqueles que se estabeleceram no território que antecede à Vila Faguense, no qual, naquela remota época, os índios se regiam por seu “sistema sociopolítico autônomo” e eram participantes de sua autodeterminação que, hoje, só seria controlada pela Justiça e pelas Leis do Estado (GRASSI, p. 69-70, 2000).

A obra apresenta uma mescla de citações e passagens de autores como jornalistas, filósofos, teóricos, literatos, passagens bíblicas e demais fontes de informações que da mesma maneira com que enriquecem o texto, acabam, também, confundindo o leitor pela quantidade de fontes.

Grassi, a partir de fontes como o Jornal Correio do Povo, comenta que os jesuítas deixaram muitos conhecimentos aos índios. Certas tradições ainda permanecem, como o cultivo da erva-mate e da uva e o costume do chimarrão e do chá paraguaio, assim como o churrasco. Os padres também trouxeram novidades no aproveitamento da terra, desde a enxada e o arado até as técnicas de adubação, irrigação e rotação de culturas. Nesses comentários podem-se perceber a ideologia religiosa presente na obra, as características do discurso religioso na defesa do trabalho dos jesuítas.

Essa visão se manifesta em muitas outras passagens da obra, principalmente, quando se refere aos indígenas como “*irmãos índios*”, demonstrando os ensinamentos bíblicos de que todas as pessoas são iguais diante de Deus. Observa-se o caráter religioso, também, em frases como “mas, afinal, quem foram os jesuítas, europeus que desbravaram a América em nome de Deus e levaram aos índios a nova visão de mundo?” (GRASSI, 2000, p.69).

O historiador Grassi, deteve-se na narrativa micro-histórica, a qual se interessa somente por fatos obscuros e minúsculos. Assim, destaca o índio como personagem central, e sua importância para a história. Menciona os jesuítas, porque esses fizeram parte da história do índio, defendendo o trabalho realizado por tais padres na época da colonização do Brasil. Também, exalta os agricultores que não mediram esforços para fundar a Frente Agrária Gaúcha, que tinha como lema a trilogia fé, trabalho e vida comunitária.

Não é possível apreender da obra a tendência que a mesma segue, visto que à vezes apresenta relação com a maioria e, ao mesmo tempo, com nenhuma. Não tem relação com o liberalismo, pois os escritores rio-grandenses preocuparam-se em propagar suas ideias políticas sobre o controle do poder do governo, onde a busca da liberdade é a força motriz da história. Quanto ao Positivismo, tem alguma relação enquanto evolucionista que crê ser o presente uma herança dos antepassados e por conter a noção de progresso. Já com o Determinismo Sociológico identifica-se um pouco mais por ser um texto que trabalha com as categorias de coragem, independência, hospitalidade, religiosidade. Também, o Historicismo tem ligação quando demonstra a importância da religião católica, em que o espírito antecede e transcende o homem e quem for contra a missão de Deus será castigado. Por fim, o Regionalismo e Tradicionalismo que se vale da análise de fontes, em que são escolhidos os fatos mais importantes relegando os demais ao esquecimento.

Outras considerações

A micro-história considera seu propósito fundamental de resgate de personagens anônimos, situações aparentemente sem importância ou situações-limite de determinada época, dentro do tempo dos acontecimentos e, simultaneamente, no tempo das estruturas. Nesse sentido, é capaz de operar nessa ambivalência temporal que combina o fato específico, explícito na narrativa, e o sistema geral de códigos e normas, quase sempre implícito.

A micro-história conseguiu alcançar uma combinação difícilíssima, ou seja, o tempo longo das estruturas com o tempo curto dos acontecimentos, capazes de captar as continuidades e as mudanças. Calcada na redução da escala de observação, na exploração exaustiva, na descrição etnográfica e na preocupação com a narrativa literária, a micro-história pode se interessar por temas ou personagens desconhecidos. Tem seus temas preferenciais ou tipos de temas mais passíveis de serem estudados em escala reduzida. Assim, pode-se dizer que os temas mais aptos a uma investigação microanalítica são aqueles ligados a comunidades específicas, referidos geográfica ou sociologicamente, às situações-limite e às biografias, ou seja, para aquilo que está na sombra da história.

No capítulo sexto do livro, o autor faz uma comparação entre a “catedral da natureza, na Vila Faguense, e a Catedral da Sé em Frederico Westphalen”, e a importância de ambas para o município no que se refere ao turismo, demonstrando claramente o espírito dos discursos e sermões religiosos. A primeira como dádiva de Deus, “uma gruta-catedral que se

constitui num memorial em que o Criador gravou uma lembrança perene para brindar ao homem uma pequena, mas significativa parcela das maravilhas da criação divina”. A segunda, um monumento emergente da “mão inteligente do homem, que nos leva a contemplar o que de mais expressivo existe em Frederico Westphalen em termos de cultura artística e popular” (GRASSI, 2000, p. 75).

Ao longo do capítulo, o historiador Grassi relata a construção da Catedral e as manifestações de fé da população. Nessa parte coloca a Catedral da Sé como grande responsável pelo crescimento econômico e cultural da cidade. “*É de se perguntar: Frederico Westphalen seria o que é se não tivesse sua Catedral Diocesana?*” A catedral é a própria ostentação de poder que a Igreja católica quer assegurar, conforme é possível perceber na página 78 do livro analisado, quando foram questionados os gastos a respeito da construção da mesma, ao que o então Monsenhor Vítor Battistella respondeu: “*O futuro dirá*”.

O livro traz, também, trechos de escritores que falaram sobre o amor, a fé e a persistência da população frederiquense, além de mencionar o monumento Cristo Rei, outra obra da ação humana, que representa o respeito e o valor para com as coisas divinas.

No último capítulo do livro, que fica à parte da historiografia, o escritor fala do Projeto de Preservação do Lajeado das Tunas e a importância deste para a região, no que se refere ao aproveitamento e pesquisa das espécies vegetais e animais, bem como ao turismo. Para o autor, é necessário o compromisso das entidades e da sociedade em geral. Para isso, deixa uma lista de sugestões para a realização do tão sonhado Projeto Lajeado das Tunas.

Referências

AQUINO, Rubin S. et al. *História das comunidades*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico AS, 1980.

BATTISTELLA, Vítor. *Painéis do Passado*. Frederico Westphalen: Marin, 1969.

CIGANO, Caio. *A Pré-história vem à tona em Alegrete*. Artigo. Porto Alegre: Jornal Zero Hora, 2000.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: Memória, Identidade e Representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.

FISCHER, Martin. *Iraí: Cidade Saúde*. Ijuí/RS, 1954.

FLORES, Moacyr. *Historiografia – estudos*. SI.: Nova Dimensão, 1989.

GRASSI, Fiorindo David. *A Vila Faguense - reflexões sobre este e outros pólos turísticos de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: URI, 2000, p. 124.

GUIDON, Niéde. *História dos Índios do Brasil*. Organização Manuela Carneiro da Cunha, 2. ed. São Paulo: Schwarcz Ltda., 1998.

JORNAL CORREIO DO POVO, jan. 2000.

JORNAL ZERO HORA. *A pré-história vem à tona em Alegre*. Out./1999, Jan./2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. *Especial sobre a Pré-História Brasileira*, abr. 1999.

TORRESINI, Elizabeth W. Rochadel. *Ciências e Letras: Especial*, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História*. Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

O PAPEL DA MEMÓRIA NA (RE) CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA: UM OLHAR À OBRA *PALMITINHO: ORIGEM E TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL*

Sandra de Fátima Kalinoski¹

1 Introdução

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. Se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderíamos nos prestar quadros que subsistiriam apenas em estado de informações históricas, impessoais e despojadas? (HALBWACHS apud TEDESCO 1990, p. 67).

Rememorar o passado histórico e cultural de uma nação, comunidade ou grupo, nas suas mais variadas dimensões, é uma tarefa muito desafiadora, mas que recebe cada vez mais destaque e atenção em diversas áreas do conhecimento, como sociais, históricas, humanas, e, por que não, literárias.

O resgate do passado passa a adquirir importância devido à gama de potencialidades que pode oportunizar às gerações presentes. Dentre muitos aspectos, o passado rememorado pode servir para definir espaços, tanto geográficos como sociais, tanto no âmbito local como regional, reencontrar valores que outrora promoveram atitudes, projetos de vida, integrações e até mesmo traumatismos culturais dando origem a mudanças significativas a um ou mais grupos.

Nessa perspectiva, surgem pessoas e/ou grupos que não querem que seu passado caia no esquecimento por parte das próximas gerações. Para isso, procuram registrar, através da rememoração, os acontecimentos, aquilo que sabem e lembram de um tempo já vivido. Polak (1989, p. 43) afirma que a memória tem papel fundamental na vida das sociedades, pois é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa ou de um grupo na sua construção.

Desta forma, no intuito de observar de que modo a memória contribui para a (re)composição e registro da história de um município, será feita a análise de alguns tópicos da obra *Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural*, a fim de observar se a realização

¹ Mestra em Letras – Área de concentração: Literatura – pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Frederico Westphalen. Bolsista da CAPES. E-mail: ksandra.sandra@hotmail.com

do registro da história dessa município, contempla de forma igual as pluralidades e diversidades que podem ser encontradas naquela região e como a memória do passado pode ser utilizada para o enaltecimento de alguns fatos e grupos, e também, para o apagamento de outros.

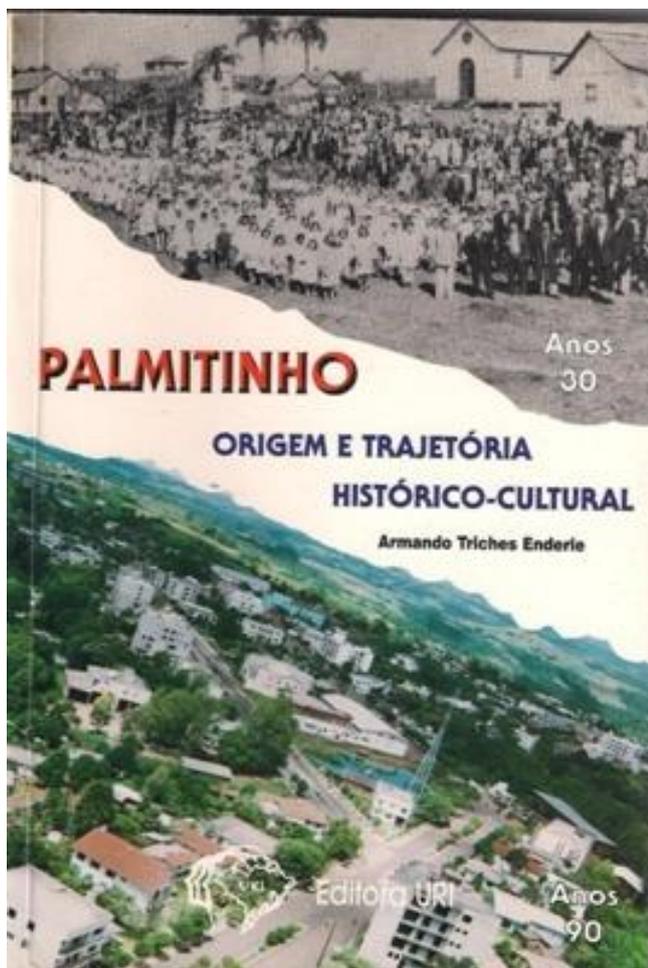


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

2 Motivação para escrever

O passado deixou muitos traços [...], se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente. Mas basta que a atenção se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas que afloram em mais de um lugar. Algumas vezes, é preciso ir muito longe para descobrir ilhas de passado conservadas, parece, tais e quais, de tal modo que nos sentíssemos subitamente transportados a cinquenta ou sessenta anos atrás. (HALBWACHS apud TEDESCO, 2001, p. 24).

A iniciativa de registrar em forma de livro a história do município de Palmitinho² se deu por parte do Poder Público Municipal como uma das principais prioridades da Administração Municipal do quadriênio 1993/1996. Essa tarefa foi incumbida a Armando Triches Enderle, professor e historiador, que já pensava em escrever essa história por iniciativa própria, mas que por motivos adversos nunca a concretizou antes. A ligação do autor com a obra, está no sentimento de pertencimento à cidade de Palmitinho e, talvez, em função disso ele mergulha no passado, através de entrevistas orais e reunião de documentos escritos, a fim de buscar o maior número possível de informações capazes de compor seu trabalho. O autor ao demonstrar orgulho de ser filho de palmitinhenses desbravadores, que contribuíram para a construção daquela comunidade, demonstra sua preocupação em registrar tais feitos dos antepassados, que assim como seus pais, não devem ser esquecidos. Tal proeza não pode ficar limitada a levantamento de dados históricos do município, mas precisa ser registrada a fim de perpetuar-se e tornar-se conhecida por muitas gerações vindouras.

Justifica-se assim o autor em seu trabalho:

Povo que não conhece a sua história, está condenado a repeti-la. E, sendo assim, sempre será um povo escravo, submisso, marginalizado. Certamente será um povo movido muito mais pelas suas carências e necessidades do que pelos seus interesses e aspirações. Conhecer a história do seu Município, do seu Estado, do seu País, é um pressuposto básico para o exercício pleno da cidadania. Conhecer suas raízes históricas, culturais, políticas, religiosas, é um direito intransferível. A História de Palmitinho, assim como ela está sendo escrita, tem por objetivo garantir que todos os palmitinhenses, residentes ou não no município, independente do grau de instrução, se sintam sujeitos do processo histórico. (ENDERLE, 1996, p. 22).

Para o autor registrar a história das origens daquele município é um compromisso para com aqueles que de alguma forma contribuíram para a construção daquela comunidade. Sendo assim, o fato de registrar essa história vai muito mais além de simplesmente imprimir em papel mas, levar ao conhecimento de todo o interessado, uma demonstração de respeito e até mesmo de gratidão para com os pioneiros do município. Por outro lado, segundo o autor, a elaboração desse trabalho buscou compreender o processo de desenvolvimento, evolução e crescimento da comunidade, seus problemas, suas potencialidades e seus limites. Nota-se um grande desejo por parte do autor de fazer com que através desse resgate do passado as novas

² O município de Palmitinho está situado ao Norte do Rio Grande do Sul e pertence à Região do Médio-Alto Uruguai . A criação do município de Palmitinho foi decretada pela Lei nº 5.087, de 08/11/1965. Atualmente, Palmitinho limita-se: ao norte, com o município de Pinheiro do Vale; ao sul com os municípios de Erval Seco, Taquaruçu do Sul e Vista Alegre; a leste, com Vista Alegre e Caiçara e a oeste, com Tenente Portela e Vista Gaúcha.

gerações também sintam-se motivadas a seguir o caminho já trilhado no levantamento da memória esquecida e das vozes ainda não ouvidas para assim resgatar e contribuir para a formação da verdadeira história de uma comunidade, que só pode ser considerada autêntica quando trazer em seus arquivos, a voz de todos.

Por outro lado, ao avançar em seu registro histórico Enderle (1966, p. 24) aponta que através do conhecimento histórico, dos costumes e hábitos de outrora, as gerações atuais conseguem entender o tempo presente e conseguir tomar decisões certas para as situações mais adversas que se apresentam. Outrossim, chama a tenção para o resgate dos valores muitas vezes deixados de lado como, trabalho, fé, valores morais e espírito de progresso e conquista que devem estar sempre presentes nos seres humanos.

De modo a contemplar tais objetivos, o autor, didaticamente, constrói sua narrativa dividindo-a em cinco partes. Em um primeiro momento aborda questões geográficas do município como a localização e como se deu a ocupação de terras por parte dos desbravadores; na sequência trata do processo migratório, enfatizando-o sempre como uma constante na construção da comunidade palmitinhense; na terceira parte adentra na questão da evolução político-administrativa ao longo dos anos; na quarta parte aborda a questão da formação das comunidades, suas características, bem como, seus primeiros habitantes e na quinta e última parte da obra, dá destaque aos fatos que ocorreram nos bastidores da história, aos acontecimentos que ficaram abafados mas que configuram-se em matéria imprescindível para preencher as lacunas da história prejudicadas por lapsos de memória ou desconhecimento da maioria.

Para contemplar o objetivo deste trabalho que se refere ao levantamento de dados capazes de verificar como é resgatada a história de um município e como é contemplada a pluralidade e a diversidade no momento da rememoração desse passado histórico, utilizar-se-á basicamente a primeira parte da obra que trata da ocupação e conquista das terras palmitinhenses e também serão observados alguns aspectos gerais que venham a ser pertinentes ao presente objetivo. Tal recorte se justifica pelo fato de que seria praticamente impossível abordar tamanha obra nesse momento e a esse propósito.

3 A (re)construção da história através da memória: o lugar do heroísmo

[S]implesmente porque a migração implica tipicamente uma ruptura, há nas famílias de migrantes uma forte tendência para a mitologização – e também, no outro extremo, para os silêncios. As histórias de vida da primeira geração

frequentemente tendem a fazer um épico da própria jornada migratória. (...). As gerações posteriores de famílias de migrantes dão sentido a essas histórias e silêncios romatizando suas raízes, ou esquecendo-as. (THOMPSON, 1993, p. 10).

A história de Palmitinho é contada pelo autor Armando Triches Enderle com base em depoimentos de migrantes italianos, alemães, portugueses e também é feita uma breve menção aos povos africanos e indígenas que na região já se encontravam quando da chegada dos colonizadores. O período de tempo relatado remete-se a 1925 – início da chegada dos imigrantes – à década de 90.

O autor procura distribuir suas informações de maneira a privilegiar as várias etnias componentes daquele município. Porém, é possível perceber, ainda que de forma muito sutil, a tendência à valorização e sobreposição da chegada dos colonizadores portugueses, alemães e italianos em relação aos outros povos que na região já se encontravam, no caso, indígenas e “negros” como o autor mesmo assim se refere.

Ao referir-se ao processo histórico originário do município, o autor até mesmo faz uma espécie de pacto com o leitor de sua obra ao afirmar: Queremos chamar a atenção para o fato de a ocupação de Palmitinho estar inserida num contexto muito mais amplo e complexo, extrapolando a vontade e os interesses dos migrantes que por aqui chegaram a partir de 1925 (ENDERLE, 1996, p. 36). Entretanto, esse pacto não se cumpre pois o levantamento histórico, a coleta e exposição de documentos, a voz propriamente dita, é dada apenas aos imigrantes.

Informações referentes à ocupação das terras palmitinhenses por parte dos indígenas são mencionadas de forma superficial, ao contrapor com a atenção que é dada à ocupação por parte dos imigrantes. Torna-se justo mencionar, entretanto, que o autor aborda a criação do primeiro aldeamento indígena no município: Para a História de Palmitinho é importante registrar o Aldeamento do Guarita, instituído entre 1848 e 1852 (Ibid., p. 63). Tal aldeamento, mais tarde irá pertencer ao município vizinho de Tenente Portela. Fato é que o autor explicita os motivos pelos quais os indígenas foram retirados de suas terras em função da chegada dos colonizados: O nativo tem dificuldades para entender e compreender a fome de terra dos colonizadores. Em síntese, o indígena não consegue compreender por que a terra passa a ser objeto supremo do homem branco (Ibid., p. 65). Entretanto, mesmo ao abordar e explicitar de forma clara essa questão do indígena, a presença desse povo em terras palmitinhenses, não é levada em consideração no momento de mencionar o início da história do município. Pois a

obra considera e registra como marco inicial histórico, o ano de 1925, com a chegada dos imigrantes.

Na medida que a narrativa avança, o relato começa a ser enriquecido com depoimentos de alguns membros das famílias que participaram da tomada de terras onde o município foi fundado:

Não tinha nada, pense! Não tinha nada. Era só mato (...) mas era só mato, mato, mato. Não tinha um pé de árvore cortada.

(...)

[E]u era pequenininho, meu pai fez a primeira casa; não fez casa, fez um ranchinho, com Meira de mato, pau roliço, cascão rachado, até “podê” “i” em Seberi “buscá’ umas tábuas “pra” “podê” “tampá” em roda da casinha. (Ibid., p. 80-81).

A forma como são colocados os depoimentos na narrativa e o modo como o autor a eles se refere contribui para a exaltação do heroísmo desses povos. Os pioneiros, através de seus relatos, conseguem falar de sua bravura e coragem na conquista por um pedaço de terra. A oportunidade de relatar como foram os primeiros tempos desses naquela região, é dada também à mulher, que através de seu depoimento, revela a ativa participação da mulher, não como simples dona de casa, mas como desbravadora ao lado dos demais membros familiares:

Era assim: se fazia um alqueire de roça, eu e ele, só, por ano (...). Primeiro se roçava, depois com um machado cada um, se fazia a barriga da madeira e depois com serrote (...) Pergunta: mas havia alguma madeira reforçada? (suspiro) Não quero nem me “alembra’! E tinha força, tinha coragem! Eu fiz de boi, fiz de mulher, fiz de homem, fiz de tudo (...) O serviço não mata ninguém...(Ibid., p. 81).

Assim como esse, muitos depoimentos ainda mostram a participação da mulher no trabalho duro e desafiante da derrubada de mato e na preparação dos primeiros hectares a serem cultivados. Sem dúvida, um depoimento como esse ao ser utilizado demonstra e enaltece a coragem e a determinação da mulher na vida da comunidade.

No entendimento de Bosi (1994, p. 40), na medida que o tempo passa e os eventos se tornam distanciados da realidade presente, a sociedade tem a tendência de lembrá-los em conjunto, pois o exercício da memória é sempre coletivo. Um testemunho não tem sentido fora do grupo do qual faz parte, porque todo testemunho supõe uma experiência vivida em comum. Isso pode ser observado na obra que por ora é analisada pois o autor busca o resgate através de depoimentos, documentos, fotos que se integrem entre si e juntos consigam demonstrar a história que ele se propõe a resgatar. A obra apresenta um “*Mural fotográfico e*

documental” no qual resgata não só a imagem daquelas famílias que contribuíram para o desenvolvimento do município como também busca rememorar algumas cenas da vida cotidiana, dos espaços comunitários, dos costumes e tradições, como jogos, comemorações, religiosidade, entre outros.

Giron, em seus contundentes comentários, acredita que o fato de enaltecer todo o trabalho de desbravamento dos imigrantes, através da rememoração, se justifica pelo fato de querer ocultar uma outra memória, aquela de sofrimento:

[N]o inesgotável repositório do passado dos imigrantes há duas memórias: uma revelada e outra oculta. A memória revelada ou coletiva guarda com detalhes os êxitos e as vitórias pessoais, o trabalho e os velhos costumes trazidos de longe. A memória oculta esconde o fracasso, os vícios e defeitos e o luto. Os imigrantes que haviam sofrido com a perda de sua pátria, na nova terra, rejeitam o seu passado pobre. A miséria, o luto pela perda da terra natal, dos pais e da própria identidade são sentimentos recalçados. A lembrança da dor é substituída pela do heroísmo. (...). Os imigrantes e seus pósteros criaram uma memória nova para o velho passado, no qual não há política, apenas trabalho. (GIRON, 2000, p. 115).

Para tanto, acredita-se que o pertencimento a uma geração de sofredores e vencedores faz com que o desejo, até mesmo inconsciente, de apagamento de algumas coisas vividas, faz filtrar a memória e tendenciar ao lado vencedor, ao heroísmo. Pode ser até mesmo uma manifestação de racionalidade interna.

Por outro lado, observa-se que a narrativa só ganha essa tendência epopeica pela característica particular de que foi construída com base em muitos relatos orais dos pioneiros. Esses relatos de situações de trabalho pesado e sacrificante, de desmatar e abrir espaço para a sobrevivência na ânsia de preencher um certo vazio econômico e até mesmo identitário, acabam por gerar uma narrativa um tanto quanto ufanista.

Considerações finais

Lembrar, recordar, memorizar nem sempre são possíveis, nem sempre são tarefas fáceis de serem realizadas e muitas vezes não são apreciadas como deveriam ser. Muitas vezes o desvelamento da memória pode criar constrangimentos aos sujeitos ou à alguma comunidade. Fato é que a questão da memória ainda se configura em algo muito complexo quando se trata de rememorar o passado em busca da sua história pois nem tudo que deve compor a história de uma comunidade é trazido ao conhecimento através da memória.

Episódios, cenas e fatos são esquecidos muitas vezes pelo desejo de exaltação, justamente para ocultar algo.

Pensar na questão do resgate da verdadeira história de uma comunidade nesse momento em que se procura com tais levantamentos contribuir para a composição da historiografia regional, torna-se algo muito desafiador em um tempo em que tudo parece fugidio e em contra partida, a pluralidade de vozes e testemunhos parece que não tem o mesmo espaço para se fazer ouvir. No intuito de observar a preservação da história local, através da obra analisada, é importante destacar que, através da rememoração, muito foi dito, explicitado, ilustrado e resgatado. No entanto observou-se carência nos aspectos como abordagem das variadas tradições étnicas que povoaram o município como também a ausência de menção a outras crenças religiosas, uma vez que observou-se somente o relato acerca da religião católica. Quanto a essas carências no relato, o autor não faz nenhuma justificativa, no sentido de explicitar do caso da não existência de outras religiões e crenças, por exemplo. Dessa forma não se sabe se isso foi simplesmente ocultado, pela não valorização por parte dessa parcela colonizadora, preocupada em enaltecer o seu trabalho e conquista, ou se realmente nada além dos costumes europeus se sobressaia.

Pode acrescentar que a obra em si está muito bem organizada e ao rememorar as práticas sociais de uma época e dessa comunidade, consegue passar ideias de valorização a tudo que já fora realizado. O historiador Armando Triches Enderle demonstra através dessa obra um claro desejo de contribuir para a perpetuação da história de seu município, mesmo que após essa análise, se acredite que a obra em si poderia ter adentrado com mais rigorosidade na pluralidade étnica e seus costumes. Fato é que se observou uma tendência muito grande, na obra, no que se refere às conquistas positivas dos colonizadores e esqueceu-se que uma história não é feita somente de conquistas e heroísmo.

Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ENDERLE, Armando Triches. *Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural*. Frederico Westphalen: URI, 1996.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, T.; HELFER, N. E. (Org.). *A memória e o ensino de História*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 23-38.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. São Paulo: FGV, 1989.

SILVA, Márcio Seligmann (Org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho da era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura. O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: EST edições, 2001.

RODEIO BONITO: SUA HISTÓRIA E SUA GENTE SOB DUAS PERSPECTIVAS **HISTORIOGRÁFICAS**

Karine Studzinski Kerber¹

Historiografia é “a arte de escrever corretamente a história”. T. Campanella

O homem é um ser que se constitui historicamente, visto que toda e qualquer pessoa possui uma história de vida, seja ela marcada por grandes realizações e feitos ou simplesmente monótona e pacata, sem grandes contribuições à história de determinado local ou grupo familiar. Porém, independentemente da grandeza de seus atos, todo o indivíduo carrega consigo um pouco da história de seus antepassados, a qual deixa marcas profundas nas gerações que se seguem e tais sinais interferem no modo de ser, pensar e agir das mesmas, uma vez que constantemente traz-se à tona alguma lembrança que serve para nortear a postura social de cada um. Resgatar valores que foram passados de geração em geração é algo imprescindível para que costumes e tradições não se percam e com elas toda a história de pessoas que contribuíram para que muito do que se sabe e se conhece hoje, possa se manter vivo na memória de cada um e possa ser imortalizado através do tempo, não deixando morrer o que foi construído ao longo dos anos.

Quando o assunto é História, vários conceitos vêm à mente, cada qual com suas especificidades e particularidades, porém todos com um mesmo propósito: representar e salientar a relevância que ela possui para a vida em sociedade, porque afinal de contas, as duas são um todo indissociável e interdependente, ou seja, uma não existe sem a outra. Seguindo por este viés, cabe aqui apontar alguns dos diferentes conceitos de História, os quais foram sendo moldados com o passar dos anos e que permanecem relevantes e esclarecedores na tentativa de explicar ou quem sabe definir o que é História.

Pois bem, sabe-se que a concepção mais comum desse termo remete, de forma quase que automática e mecânica, a uma visão de passado, a uma narração de fatos que ocorreram e que de alguma forma contribuíram ou interferiram em dado momento; que contribuem ou interferem no presente e que poderão contribuir ou interferir no futuro e é essa flexibilidade e adaptabilidade que conferem à História, tamanha relevância social. Ela pode ser vista de

¹ Mestre em Letras na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen – RS. E-mail: karine.sk@bol.com.br

diferentes enfoques, mas sempre apresentará fatos que aconteceram e que por essa razão, merecem ser lembrados. No entanto, até certo tempo atrás, ela não precisava ser reproduzida, necessariamente, tal como acontecera, visto que era concretizada através do mito, que era uma explicação da realidade à qual se agregavam componentes "mágicos", fazendo com que fantasia e realidade se confundissem. Contudo, isso se deu somente na Antiguidade Clássica, e foi evoluindo com o passar do tempo, atingindo assim a condição de Historiografia, a qual é voltada para a narração de fatos vividos coletivamente, cujos dados eram levantados através da pesquisa de fontes como base da verdade histórica. Entretanto, inicialmente nada impedia que o historiador imaginasse fatos e situações não descritas nas fontes e os relatasse como verdadeiros. Hoje, porém, ele deve ser fiel à veracidade dos mesmos, pois conforme afirma Glenisson:

A História, tal como é concebida atualmente (...) tem por objetivo as ações passadas dos homens e das sociedades, isto é, fatos reais e concretos, verificados por ela, não por observação direta, pois se trata de fatos passados, mas mediante análise e interpretação dos traços materiais ou dos vestígios intelectuais por eles deixados.

Ater-se aos fatos reais é algo imprescindível para quem pretende contar a história de um povo ou de um lugar, sobretudo através da pesquisa e análise de informações deixadas por aqueles que fizeram parte e ajudaram a construir algo que envolve o todo, o coletivo. Esses dados são fontes históricas, ou seja, o material da pesquisa historiográfica, podendo ser, conforme Abbagnano (1998, p. 508), dividido em restos e tradições. À primeira categoria pertence o que ficou das obras produzidas pelo homem, como por exemplo, casas, utensílios, monumentos, entre outros; os modos de vida das comunidades; as obras literárias e filosóficas e os documentos em geral. Já à segunda, estão relacionadas as fontes através das quais se transmitiu a memória dos fatos passados, podendo ser orais ou escritos. Sendo assim, a historiografia como um todo é construída a partir de fontes históricas, responsáveis por dar maior credibilidade à obra historiográfica, uma vez que ajuda embasar todo um contexto histórico construído ao longo do tempo.

Contudo, cabe ao historiador definir qual representação cultural pretende realizar e quais práticas culturais irá focar e salientar, visto que as mesmas têm relação direta e indissolúvel com os modos de vida, atitudes e normas de convivência de uma dada sociedade. É importante também, atentar-se à ordem dessas práticas na construção de um livro, pois segundo BARROS, ela pode ser *autoral*, que representa os modos de escrever, de pensar ou

expor o que será escrito; *editorial*, que contém uma reunião do que foi escrito para constituir em um livro; ou *artesanal*, cuja construção do mesmo se atém à sua materialidade. Tais aspectos remetem a um cuidado e a uma minúcia no momento de elaborar os textos que serão para sempre um registro "vivo" da história, pois conforme Barros:

A produção de um bem cultural, como um livro ou qualquer outro, está necessariamente inscrita em um universo regido por estes dois pólos que são as práticas e as representações (...) as práticas e representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais.

E por falar em motivações e necessidades sociais, cabe aqui salientar que, em muitos casos, as representações podem tomar um direcionamento socialmente motivado, encobrendo uma dada ideologia, a qual tem por objetivo produzir determinados resultados sociais. Ela funciona como uma forma de agir sobre a sociedade, uma vez que está sempre vinculada a um determinado sistema de valores, que visa manter o poder e controle social, mas de forma bastante implícita para que os indivíduos não percebam que estão sendo manipulados. Por essa razão, cabe ao historiador analisar essas relações ideológicas para que não faça uma mera descrição historiográfica.

Partindo desses pressupostos, este trabalho pretende analisar duas obras historiográficas feitas sobre o município de Rodeio Bonito, localizado no Médio Alto Uruguai, a 432 km da capital Porto Alegre. O *corpus* deste artigo será *Rodeio Bonito: sua história, sua gente e Rodeio Bonito e sua história*.

A primeira obra citada foi escrita por Iloni Maria Marangon Dourado, coordenadora de um projeto denominado *Raízes*. Essa obra foi publicada em 1987 e contou com o apoio da Prefeitura Municipal do município, tendo sido escrita em conjunto com demais pessoas que também queriam muito reproduzir e imortalizar a história deste lugar, construído por pessoas comuns que lutaram brava e honestamente para que isso fosse possível. O objetivo da obra é fazer com que cada geração repense a história e cultue os grandes homens que lutaram pela emancipação deste lugar.

A obra *Rodeio Bonito: sua história, sua gente*, inicia situando o leitor quanto a localização geográfica, as divisas com municípios vizinhos, aspectos físicos, colonização, primeiros habitantes, os quais são citados, com base em depoimentos de moradores. Em seguida, a autora descreve o processo de constituição da cidade antes da emancipação, na década de 40, duas décadas após o início da colonização, período no qual várias comunidades

se formaram. A partir daí, começa uma considerável mudança nesse processo, e nos anos 50, aquele até então povoado, passa a ser denominado vila e o livro retrata quando as primeiras grandes obras foram feitas, dentre elas o hospital, colégio e a igreja. Há destaque ainda, para os padres da Congregação Carlista, que juntamente com alguns moradores, empenharam-se na luta pela emancipação de Rodeio Bonito.

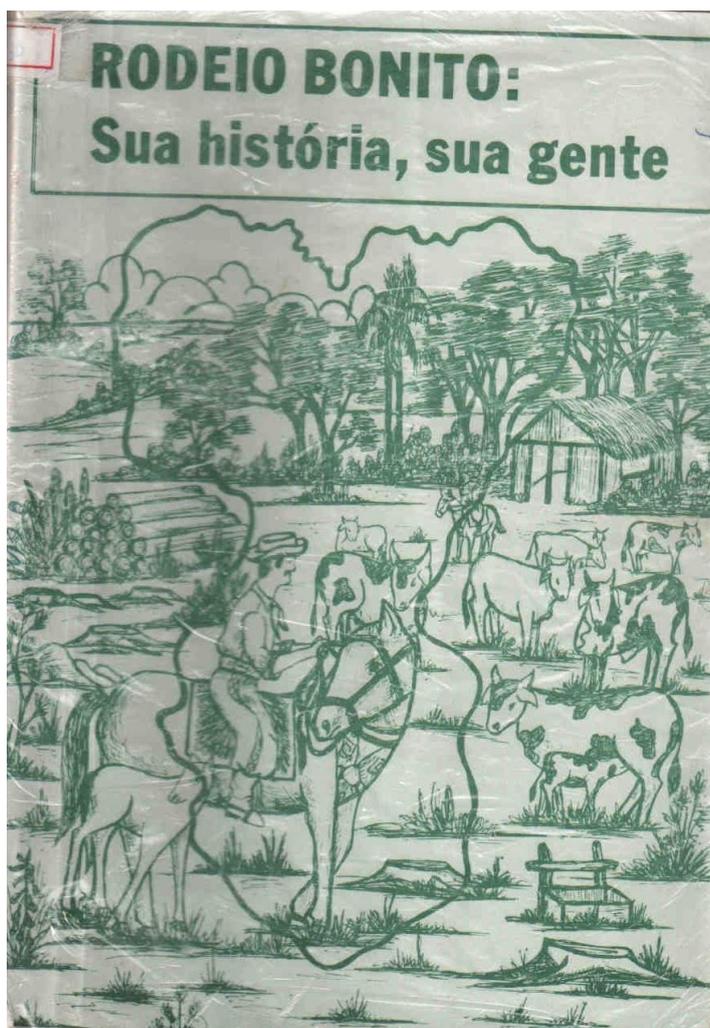


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

Dando continuidade aos relatos históricos, a obra traz um recorte bastante detalhado sobre as atividades eclesiais, desenvolvidas na então vila. Percebe-se porém, que a maior ênfase recai sobre a religião católica, a qual é bastante mencionada em diversos aspectos, e há apenas uma breve menção às comunidades evangélicas, detendo-se basicamente no seu surgimento. Posteriormente, a obra passa a apresentar informações sobre o processo de emancipação, porém peca quanto aos detalhes dessa que foi, talvez, a maior conquista para o

povo rodeiense, uma vez que faz um breve apanhado sobre o fato, seguindo diretamente para o histórico político-administrativo, onde constam os nomes dos líderes políticos de cada época, bem como um resumo das principais realizações, seguido de fotos dos vereadores. Apesar do pouco detalhamento sobre a emancipação, a autora acerta ao preocupar-se com a comprovação histórica de todas as fontes utilizadas nessa parte da obra e para tanto, anexa cópias das atas de instalação da comissão emancipatória de Rodeio Bonito, que contém a diretoria, o nome e a quantia doadas para custear o processo, além é claro, da publicação no "Diário Oficial" criando o município, bem como as primeiras leis municipais.

Após a emancipação, a obra contempla informações mais gerais, tais como agricultura e pecuária, indústria e comércio, prestação de serviços, entidades sociais, esporte, lazer, segurança, saneamento, caracterização demográfica, educacional e sociocultural, catástrofes, entre outros. Contudo, alguns aspectos são mencionados de forma bastante superficial, sem muitos detalhamentos. Já alguns, são bem minuciosos, contendo inclusive tabelas, para demonstrar e comprovar os dados apontados. Nessa obra, a autora dedica algumas páginas para falar da comunidade indígena caingangue, presente até hoje em Rodeio Bonito. Ao falar deles, ela faz duras críticas aos responsáveis pela assistência à aldeia e revela a difícil situação por eles enfrentada, onde falta o básico para levar uma vida digna, como alimentação, habitação, higiene e assistência médica e educacional, uma vez que o cenário que se configura é de pobreza e descaso. Segundo a autora, além de todos esses problemas enfrentados, os indígenas sofrem ainda com a discriminação do restante da população.

Após a leitura e análise dessa obra, publicada no final da década de 80, percebe-se que a visão da autora é um pouco pessimista, tendo em vista algumas críticas lançadas ao longo da obra, de forma bastante implícita, sem agregar a culpa a um ou vários indivíduos em específico. Sendo assim, não foi possível identificar se há uma ideologia por trás dos relatos, uma vez que ao relatar os fatos, a autora não parece defender um único ponto de vista. Numa análise mais estrutural, percebe-se que a obra em si parece ser um tanto confusa, pois não há uma delimitação cronológica dos fatos e a impressão que se tem é que as informações foram lançadas conforme foram sendo coletadas, sem seguir um roteiro, deixando o leitor um pouco confuso quanto à sequência dos fatos. Contudo, em aspectos gerais, oferece um panorama histórico sobre o município, de modo que é possível compreender como se deu o processo de colonização e emancipação de Rodeio Bonito, através de uma linguagem simples e objetiva.

O segundo livro analisado é *Rodeio Bonito e sua história*, escrito por Luiz José Savoldi, em 2003. O autor não é um acadêmico, mas sim um agricultor de Curso Secundário

(o que atualmente equivale a um curso técnico), que busca, através desta obra, o aperfeiçoamento educacional de seus conterrâneos, uma vez que foi escrita para contar a história deste município.

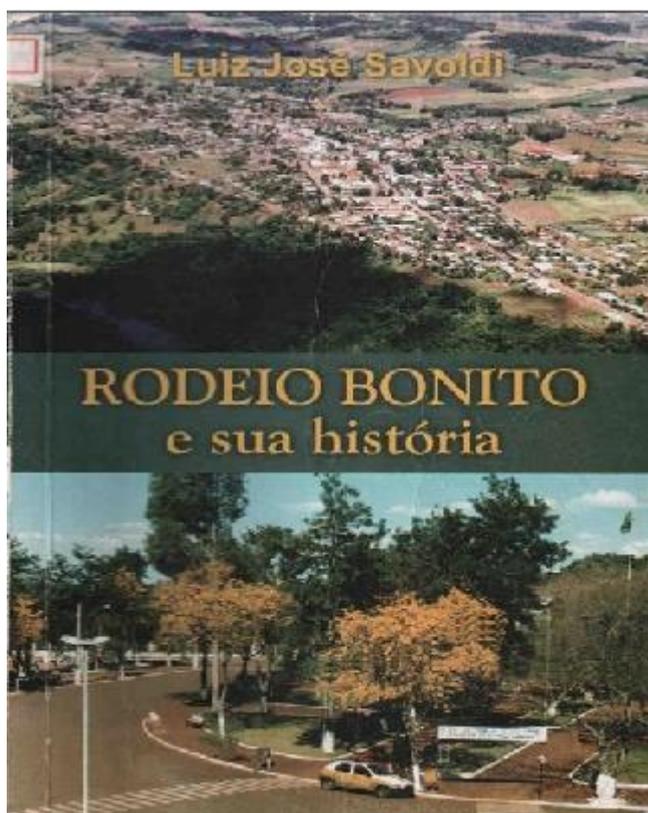


FIGURA 1 – Fac-símile da capa da obra

Savoldi inicia o livro contextualizando historicamente o período entre 1890 e 1930, o qual foi marcado pela Revolução Federalista, chegada dos primeiros moradores de Rodeio Bonito e pela Revolução de 1923, entre outros acontecimentos. Além disso, o autor descreve o processo de colonização do Médio Alto Uruguai e da divisão dos distritos que deram origem aos primeiros municípios do Rio Grande do Sul, e somente após esse recorte histórico, o autor começa a falar sobre o município em si: aspectos geográficos, origem do nome, primeiros moradores e localização, registros de casamentos e batizados, relatos históricos dos colonizadores, com a transcrição dos textos originais, por eles escritos.

Após fazer essa contextualização histórica, o autor passa a descrever o surgimento da vila de Rodeio Bonito, a partir de 1930, e relata como foi a construção da primeira capelinha, neste mesmo ano, que para ele significou que a primeira casa construída, foi a de Deus. Além

disso, Savoldi situa todas as construções da época com o hoje, situando-as geograficamente no período atual e lista as construções que surgiram após a igreja, tais como a escola, a casa comercial e as primeiras residências, todas construídas em torno da capela. Ele destaca a chegada do primeiro professor, bem como de cada um dos primeiros moradores e anexa um texto, escrito por um deles, resumindo a fundação da vila de Rodeio Bonito, que contou com a participação bastante considerável dos imigrantes alemães.

Em seguida, aspectos da vida religiosa são abordados, fazendo-se um panorama de como era a assistência eclesial até 1930, data da construção da primeira igreja, sendo que, segundo registros, em 1917 o Padre Manuel Gomes Gonzales, hoje reconhecido catolicamente como beato, esteve em Rodeio Bonito. A partir de 1930, diferentes párocos celebraram missas na capela, inaugurações foram feitas, o bispo visitou o lugar e, em 1938, foi construída a segunda igreja, que assim como a primeira, foi feita através de doações. Ainda dentro desse contexto religioso, seguem dados detalhados sobre vários acontecimentos eclesiásticos, como a criação da Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, em 1917. Somente após fazer esse relato minucioso sobre a religião, o autor fala sobre o empenho de alguns moradores para a construção do hospital e de um colégio em 1951, e da Igreja Matriz em 1965, concluída em 1967. Todas essas informações são comprovadas por anexos de cópias de documentos, tais como o decreto de criação da paróquia e do livro de registros, onde constam dados sobre os primeiros batizados, casamentos e óbitos. Em se tratando do aspecto religioso, é evidente que a religião de maior destaque na obra é a católica, uma vez que as demais religiões presentes no município são resumidamente apresentadas.

Prosseguindo essa obra historiográfica, Savoldi aborda a questão do ensino, bem como quem foram os primeiros professores, como eram as instalações e o empenho de cada um em buscar melhorias, e isso vai de encontro com o processo emancipatório de Rodeio Bonito, o qual se deu através de uma comissão, cujos membros doaram quantias em dinheiro para pagar os custos do mesmo. E assim como no primeiro livro, citado anteriormente, consta uma relação dos nomes e quantias doadas, no entanto, traz ainda maiores detalhes sobre o processo de emancipação e fotos da cidade em períodos diferentes. Em anexo, consta ainda, uma cópia da lei de criação do município.

Após a descrição sobre a emancipação, o autor passa a enfocar outros aspectos, tais como a saúde, os primeiros registros no cartório local, esporte, lazer, balsas e balseiros, agricultura, pecuária e indústria, comunidade indígena - hoje em melhor situação que em 1987 -, garimpos e personalidades de destaque, sendo que alguns deles são mais detalhados,

outros menos. Há ainda a menção sobre uma disputa entre Rodeio Bonito e Pinhal, município vizinho, quanto à instalação do Cartório, da Paróquia e a criação do Distrito, tendo em vista que o município em questão conquistou esse direito. A obra finaliza com informações sobre as entidades sociais, esportivas e outras, como também sobre as principais empresas do município e o hino da cidade.

Analisando esta segunda obra historiográfica sobre Rodeio Bonito, percebe-se logo de cara, que se baseou, em muito, na primeira para ser produzida, tanto é que há algumas citações retiradas da mesma, que é referenciada junto com as demais obras pesquisadas. Contudo, embora se assemelhem em muitos aspectos, esta é mais bem organizada que aquela, uma vez que ela situa o leitor num contexto histórico a nível de Estado, para só então ingressar nos pormenores que constituem a história do município. Além disso, este livro apresenta uma sequência histórica mais concreta, que facilita a compreensão dos fatos e que parece dar maior credibilidade às informações apresentadas. É uma obra que transmite segurança ao leitor, pois constantemente apresenta cópias de documentos anexados, que comprovam a veracidade do que é relatado.

Fazendo um paralelo entre as duas obras, pode-se dizer que ambas conseguiram contar a história de Rodeio Bonito com todas as lutas, percalços, conquistas e vitórias desses heróis anônimos, que muito se empenharam na busca pela emancipação e pelas melhorias necessárias, o que prova que toda história é feita por grandes homens e que ela só será imortalizada através da escrita, deixando para outras gerações os relatos de atos que fizeram toda a diferença no passado e que no presente, continuam exercendo influências no modo de viver das pessoas, e muitas dessas heranças históricas serão carregadas para o futuro.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DOURADO, Iloni Maria Marangon. *Rodeio Bonito: Sua História, Sua Gente*. 1987.

SAVOLDI, Luiz José. *Rodeio Bonito e sua história*. 2003.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Times New Roman,
formato e-book pdf, em junho de 2013.